

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS**

**OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E LUGAR NA
CONTEMPORANEIDADE: A PRODUÇÃO NAS TESES
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DE 2001-2011**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Mariane de Oliveira Fernandes

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

**OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E LUGAR NA
CONTEMPORANEIDADE: A PRODUÇÃO NAS TESES DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DE 2001-2011**

Mariane de Oliveira Fernandes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração Produção do Espaço e Dinâmica Regional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para obtenção do grau de **Mestra em Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Vera Maria Favila Miorin

Santa Maria, RS, Brasil.

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Fernandes, Mariane de Oliveira
Os conceitos de território e lugar na contemporaneidade: A produção nas teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001-2011 / Mariane de Oliveira Fernandes.- 2013.

153p. ; 30cm

Orientadora: Vera Maria Favila Miorin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013

1. Geografia contemporânea 2. Lugar 3. Território 4. Teses 5. Pós-Graduação em Geografia I. Miorin, Vera Maria Favila II. Título.

© 2013

Todos os direitos autorais reservados a Mariane de Oliveira Fernandes. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: marianejf@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E LUGAR NA
CONTEMPORANEIDADE: A PRODUÇÃO NAS TESES DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DE 2001-2011**

elaborada por
Mariane de Oliveira Fernandes

Como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Vera Maria Favila Miorin, Prof^a. Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Prof^a. Dr^a. (UNESP – Rio Claro)

Gilda Maria Cabral Benaduce, Prof^a. Dr^a. (UFSM)

Santa Maria, 26 de setembro de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais
Manoel e Angelina sempre
presentes na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o autor da vida que me proporcionou chegar até aqui, renovando minhas forças, trazendo sempre fé, esperança e uma nova alegria de viver.

Aos meus pais Manoel e Angelina pelo apoio, presença e carinho incondicional. À Ângela Mara que foi parceira no meu primeiro dia em Santa Maria/RS e estando comigo todos os dias através dos diferentes meios de comunicação! À Aline, obrigada pela amizade, sorrisos e aconselhamentos! Duas irmãs queridas que de uma forma muito especial sempre estiveram comigo apoiando de todas as formas possíveis, acreditando sempre onde eu poderia chegar.

Aos amigos de Santa Maria/RS em especial a Rachel Silva e Andrea Lock, sem vocês seria muito difícil viver tão longe de casa, obrigada pela acolhida, conversas e muitas risadas, obrigada por tudo! As pessoas queridas de Juiz de Fora/MG em especial, aos amigos Paulo Cesar Rodrigues, Bruna Oliveira e Rafael Lotério que estiveram comigo mesmo a quilômetros de distância, presentes através de uma palavra de incentivo, orações e confidências nas horas de dificuldades e ansiedades.

Ao meu amor Bruno Mendes que com paciência e dedicação esteve comigo dando apoio e incentivo desde o momento da aprovação de seleção de Mestrado. Muito obrigada pelo amor, carinho, compreensão e companhia!

Aos meus mestres do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências da UFSM que através dos debates e ensinamentos mostraram novos olhares e novas percepções sobre a ciência geográfica, estimulando sempre o pensamento crítico sobre os fatos. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento e fomento à pesquisa. Ao Msc. Olavo José Bortolotto pela seu olhar atento e preciso na leitura deste trabalho.

Em especial a minha orientadora Vera Maria Favila Miorin pela amizade nesses dois anos de estudos, pelo grande aprendizado através das aulas, conversas e trabalhos de campo, pois através destes, tive o prazer de conhecer o extremo meridional do nosso belo país! Muito obrigada pela disponibilidade e orientação.

A todos os meus amigos e pessoas especiais que fazem parte da minha vida, meus agradecimentos.

“Não quero ser poderoso,
nem me entregar como um fraco.
Só estar com Deus na fraqueza
e provar Seu poder.”

(João Alexandre Silveira)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

CONCEITOS DE TERRITÓRIO E LUGAR NA CONTEMPORANEIDADE: A PRODUÇÃO NAS TESES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DE 2001-2011.

AUTORA: Mariane de Oliveira Fernandes

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. Vera Maria Favila Miorin

Data e Local: Santa Maria, 26 de setembro de 2013.

A presente dissertação tem como propósito expor e discutir os entendimentos apresentados em Geografia sobre os conceitos-formas, território e lugar na contemporaneidade, obtidos através das leituras e análises em obras de autores geógrafos e não geógrafos e, também, fazendo uso da leitura analítica em teses produzidas nos cursos de Pós-Graduação em Geografia, no período de 2001-2011. Para alcançar os propósitos da investigação se recorreu ao levantamento, seleção e coleta de informações sobre território e lugar, nas teses que apresentam estas palavras-chave e que foram defendidas nos referidos Programas de Pós-Graduação utilizando-se de consultas aos portais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Domínio Público, e nas próprias páginas destes Programas. No desenvolvimento da investigação considerou-se como mais adequado aos propósitos do estudo o uso do Método Histórico Descritivo, o qual consiste em investigar acontecimentos e processos a fim de verificar a importância e a influência que exercem na sociedade contemporânea para melhor compreender seus papéis na sociedade. A escolha por este Método considerou suas características de: observação, registro, análise e descrição, as quais permitem o estabelecimento de relações e correlações entre os fenômenos visando descobrir, com precisão, a frequência de ocorrência e de suas relações com outros eventos. Ao se construir uma reflexão a respeito dos conceitos de território e lugar, muitos foram os caminhos percorridos por diversos pensadores estrangeiros e brasileiros, considerando desde a gênese adotada nestas conceituações até as atuais perspectivas do que se convencionou chamar de “temas da Geografia contemporânea”. Pode-se considerar que, no presente, a atual renovação crítica da Geografia tem inserido nos estudos dos novos pesquisadores a preocupação com o dado social, privilegiando as análises que envolvem as diversas abordagens políticas, econômicas e sociais, inseridas e debatidas nos discursos de suas teses. Também se percebe o resgate de teorias e conceitos utilizados pela geografia a respeito de território e lugar. Embora com pouca intensidade, estes conceitos-forma têm como finalidade explicar os fenômenos atuais e salientar as principais tendências teórico-metodológicas da abordagem geográfica em uso neste início de século XXI.

Palavras-chave: Geografia contemporânea. Lugar. Território. Teses. Pós-Graduação em Geografia.

ABSTRACT

Dissertation
Graduate Program in Geography and Geosciences
Universidade Federal de Santa Maria

THE CONCEPTS OF TERRITORY AND PLACE IN CONTEMPORARY: A PRODUCTION THESIS IN GRADUATE OF GEOGRAPHY 2001-2011.

Author: MARIANE DE OLIVEIRA FERNANDES

Advisor: Prof^ª. Dr^ª. Vera Maria Favila Miorin

Date and place of defense: Santa Maria, September 26th, 2013.

This dissertation aims to expose and discuss the insights presented in Geography on the concepts - shapes, place and territory in contemporary obtained through the readings and analyzes works by geographers and non - geographers, and also making use of analytical reading in theses produced in Postgraduate courses in Geography in the period 2001-2011. To achieve the purposes of the investigation was turned to survey, selection and collection of information about place and territory, the theses that have these keywords which were defended in those programs Postgraduate using queries to the portals of Coordination improvement of Higher Education Personnel (CAPES), Public Domain, and in the very pages of these programs. The development of research it was considered more appropriate to the purposes of the study using the Historical Method Description, which is to investigate events and processes in order to ascertain the importance and influence they have in contemporary society to better understand their roles in society. The choice of this method considered characteristics of observation, recording, analysis and description, which allows the establishment of relationships and correlations between phenomena in order to discover with accuracy the frequency of occurrence and their relations with other events. When building a reflection on the concepts of place and territory, there were many paths taken by various thinkers foreign and Brazilian, considering the genesis since adopted these concepts to contemporary perspectives of what is conventionally called "contemporary themes of geography." It can be considered that, at present, the current critical renewal of Geography has inserted in studies of new researchers concern with social data, focusing on analyzes involving various approaches political, economic and social inserted and debated in their speeches theses. Also realizes the rescue of theories and concepts used by geography about place and territory. Though dimly, these concepts form are intended to explain the current phenomena and highlight the main theoretical and methodological trends in use of geographic approach in the beginning of XXI century.

Keywords: Contemporary Geography. Place. Territory. Theses. Graduate in Geography.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema metodológico da pesquisa.....	78
Figura 2 – Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)	82
Figura 3 – Portal Domínio Público.....	84
Figura 4 – Biblioteca Digital da USP.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –Níveis da pesquisa geográfica	80
Quadro 2 –Teses com a palavra-chave Território (2001-2011).....	89
Quadro 3 –Teses com a palavra-chave lugar (2001-2011)	90
Quadro 4 – Agrupamento das distintas abordagens sobre o Território. In: Haesbaert, 1997.....	103
Quadro 5 – Características gerais das pesquisas em Geografia com a palavra- chave território, período de 2001-2011.	119
Quadro 6 – Características gerais das pesquisas em Geografia com a palavra- chave lugar, período (2001-2011).	135
Quadro 7 – Entendimento dos pensadores sobre o conceito Território mais utilizados nas teses, 2001-2011.....	139
Quadro 8 – Temáticas e a relação com os apontamentos dos pensadores sobre o lugar.	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB	Associação de Geógrafos Brasileiros
AM	Amazonas
Cango	Colônia Agrícola Nacional General Osório
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CMP	Central de Movimentos Populares
ENG	Encontro Nacional de Geógrafos
ES	Espírito Santo
Getsop	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MLB	Movimento de Lutas nos Bairros , Vilas de e Favelas
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MSUs	Movimentos Sociais Urbanos
MT	Mato Grosso
NDV	Instituto de Educação e Ação Social
PA	Pará
PB	Paraíba
PR	Paraná
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SW/PR	Sudoeste do Paraná
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UGI	União Geográfica Internacional
UNESP	Universidade Estadual Paulista

UNESP/PP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Câmpus de Presidente Prudente
UNESP/RC	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Câmpus de Rio Claro
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 OS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA	29
1.1 A Geografia Pragmática.....	31
1.2 A Geografia Crítica.....	35
1.3 A Geografia Crítica Marxista no Brasil	40
1.4 As contribuições estrangeiras à Geografia brasileira contemporânea	43
2 TERRITÓRIO E LUGAR NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	51
2.1 O conceito de território e sua gênese	51
2.2 Perspectivas cronológicas sobre o termo território	56
2.3 As origens do conceito de lugar	63
2.4 Transformações e perspectivas do conceito de lugar	65
3 METODOLOGIA INVESTIGATIVA.....	75
3.1 Procedimentos metodológicos	77
3.2 Instrumentos e procedimentos da coleta de dados para o estudo proposto: os conceitos de Território e Lugar nas Teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001 – 2011.	78
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	91
4.1 Produções entre 2001- 2011 com a palavra-chave território	91
4.1.1 O conceito de território na formação e relação entre grupos de poder	93
4.1.2 O Território como instrumento de gestão	101
4.1.3 O território como Organização, desenvolvimento e processo de expansão territorial.	108
4.1.4 Uso do território.....	115
4.2 Produções entre 2001- 2011 com a palavra-chave lugar	120
4.2.1 O mundo no lugar.....	121
4.2.2 A identidade do lugar.....	126
4.2.3 O lugar onde se vive através das práticas educativas	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS.....	144

As relações que se estabelecem entre homem e natureza, entendida como espaço de vida, na atualidade têm evoluído através do processo de globalização e convocam a ciência geográfica a assumir importância em estudos que procuram explicações sobre o comportamento evolutivo. Este trabalho investigativo tem como propósito pesquisar as influências do avanço científico-técnico, sociocultural e político-econômico no pensamento geográfico brasileiro contemporâneo apreendido como o período recente marcado pela inquietação que apresenta o pensamento geográfico a respeito do entendimento dos elementos constituintes do arcabouço da ciência geográfica: sociedade e natureza.

Para tanto se utiliza o conteúdo teórico-metodológico abordado em teses produzidas pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) de 2001 a 2011 que abordam as terminologias *território* e *lugar* estabelecendo as aproximações e os distanciamentos entre pontos de vista a respeito das conceituações apresentadas. Procura-se responder: como as terminologias - território e lugar - vêm se desenvolvendo na academia brasileira, que instituições de Ensino e Pesquisa as apresentam e as representam?

Para melhor compreensão do significado do espaço de vivência a partir da conceituação destas categorias e a afirmação que elas emprestam à ciência geográfica, é necessário conhecer suas origens e avanços no contexto do pensamento geográfico, em especial o brasileiro. A sistematização da Geografia como ciência, as influências e os progressos científicos que propiciam e alimentam sua epistemologia, oferecem diversos desdobramentos em seu entendimento devido às diversas correntes de pensamento que permitem a explicação de seus eventos e, de certo modo, abrem caminhos para a reflexão do significado da simbiose homem-espaço-homem ou espaço-homem-espaço.

Em um primeiro momento, esta investigação assume como foco de referência, as escolas de pensamento neopositivista (quantitativa) e crítica (marxista crítica); escolas estas que marcaram a Geografia em solo brasileiro e vieram a contribuir com o embasamento teórico-conceitual e sua aplicabilidade aos estudos

empíricos. Neste sentido destaca-se o final da década de 1970, mais precisamente o ano de 1978, quando a Geografia brasileira, ganhou novas abordagens enriquecendo o corpo de seus conteúdos e abrindo novas perspectivas de ação.

O Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) da AGB de 1978 reuniu estudiosos de várias localidades do Brasil que buscavam discutir a crise da Ciência Geográfica. Andrade (1993) defendia questões de vanguarda e para isto argumentava que desde a década de 1960, grupos de geógrafos brasileiros contestavam as reflexões desenvolvidas a respeito das grandes categorias do espaço geográfico e objeto de análise em Geografia: sociedade e natureza. Eles contestavam as ideias contidas no entendimento de que elas se relacionavam

Novos rumos e trajetórias de ação eram procurados. Os geógrafos estavam analisando os problemas, ou seja, [...] as linhas gerais da evolução da sociedade e a ação dos grupos e classes dominantes na elaboração e na reelaboração do espaço. (ANDRADE, 1993, p.8). A ocupação espacial deveria ser vista através das relações do homem com a natureza com a qual estabelecia suas trocas, levando em conta a modernização do espaço e procurando soluções para os problemas brasileiros. Segundo Carlos (2002), a década de 1970 foi o marco das grandes transformações no modo de pensar, fazer e ensinar a Geografia.

Ao construir uma reflexão sobre os conceitos de território e lugar, muitos foram os caminhos percorridos por diversos pensadores estrangeiros e brasileiros, ao se considerar desde a sua gênese até as atuais perspectivas do que se denomina de “temas da Geografia contemporânea”.

Para Holzer (1999), o lugar é um conceito fundamental para o estudo da Geografia. No entanto ele só ganhou importância para a disciplina a partir da década de 1980. Desde a implantação da Geografia como disciplina acadêmica - a partir de uma ideia positivista da ciência - o lugar foi eventualmente estudado pelos geógrafos, mas sempre em um plano secundário. Marandola Junior (2012), na obra *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia* descreve que o lugar é uma das ideias geográficas mais importantes atualmente. Transcendente em muito a ciência geográfica, permitindo diálogos e conexões com a teoria social e diversas áreas como a Filosofia, Arquitetura, Literatura entre outras.

Percebe-se como o lugar guarda em si, e não fora dele, o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o

mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Ao mesmo tempo em que, as novas formas urbanas e os modos de apropriação do lugar aparecem no ambiente familiar refletindo e explicando as transformações, a sociedade urbana que se constitui nesse final de século além das profundas transformações que tem ocorrido na sociedade rural, permitindo o uso dos termos urbanidades e ruralidades, como novos conceitos-formas que a Ciência Geográfica determina para si. O lugar aparece como um desafio à análise do mundo moderno exigindo um esforço analítico àquele que se lança a tentativa de abordá-lo em sua multiplicidade de formas e de conteúdos, buscando captar sua trajetória dinâmica histórico-espacial.

O debate sobre território, bem como outros conceitos geográficos, tem destaque nos últimos tempos. No início deste século XXI vêm sendo identificadas novas propostas sobre a construção do espaço bem como do novo funcionamento do território através das redes, insistindo com relevância aos avanços da Ciência, da Tecnologia e da Informação, como exemplo pode ser citado Milton Santos, na obra: *Da Totalidade ao Lugar* (2012), onde se pode identificar o debate sobre este conceito.

Para Alves (2011), a relação de poder é marcante nas abordagens referentes à corrente crítica, entendendo a interferência do poder nas relações sociais e nos assuntos relacionados ao Estado e às políticas públicas. O território ganha espaço nas bases conceituais das pesquisas agrárias porque se refere a um espaço intrínseco, delimitado por relações de poder e identidade. (ALVES, 2011, p.46).

Para Saquet (2010) o conceito de território é retomado de algumas décadas. Procurando ser fiel ao pensamento do autor:

[...] nos anos 1970, em abordagens que procuram explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital, a problemática do desenvolvimento desigual, a importância de signos e símbolos como formas de controle na vida cotidiana e as próprias bases epistemológicas do pensamento geográfico (SAQUET, 2010, p. 53).

Para o autor, fazendo uso das concepções de Lefebvre de 1978 nos períodos de 1960 e 1970, passa-se a ter [...] uma compreensão da *produção direta do espaço*, em vez da descrição e quantificação da *produção indireta do espaço*, [...] (SAQUET, 2010, p. 53). Neste período alcança-se o entendimento de território como produto de conflitos e contradições sociais.

Ao discutir território como espaço de dominação social, apreende-se o poder da sociedade sobre o lugar e a transformação deste em território. Apesar da autonomia de cada um deles, território e lugar, eles são analisados conjuntamente na consolidação do conceito de território. Por sua vez, o poder é relacional por estar intrínseco em todas as relações sociais.

É perceptível que o conceito-forma território como um desdobramento do conceito da Categoria Espaço Geográfico passou a obter significativo destaque e ser, para alguns estudiosos, como de fundamental relevância na compreensão do dinamismo que determinados lugares, áreas, regiões apresentam bem como para a compreensão de suas relações com os atores e instituições que os constroem. Estes conceitos-formas em suas análises vêm sendo abordados de diferentes maneiras, ora relacionados aos movimentos sociais, ora à funcionalidade territorial.

Nos conceitos-formas território e lugar são perceptíveis uma preocupação espacial demonstrando como os atores se apropriam e utilizam a parcela espacial de vida. Assim, o território e o lugar ocupam o foco das atenções no momento, instigando análises das relações e das ideologias que sombreiam estas afirmações.

Desse modo, descrever o que vem sendo produzido pelos Programas de Pós-Graduação, através da leitura de teses e de algumas obras a cerca dos termos conceito-forma território e lugar que compõem os estudos investigativos da Geografia se fazem necessários, bem como, lançar o olhar, refletir, analisar e explicar a problemática em questão: quais as contribuições de ordem científico-técnico, sociocultural e político-econômico que permitiram avanços, aproximações e distanciamentos dos conceitos de território e lugar utilizados pela Geografia brasileira contemporânea?

Por conseguinte, este estudo teve como objetivo geral discutir os entendimentos que se faz em Geografia sobre os conceitos-formas: território e lugar, na contemporaneidade, através da leitura e análise em obras de autores geógrafos e não geógrafos, e por meio da leitura em teses produzidas nos cursos de Pós-Graduação em Geografia entre os anos de 2001 a 2011. O motivo da escolha de investigação nos Programas de Pós-Graduação, nas instituições, é porque elas representam a produção intelectual de uma dada ciência e, principalmente, pelas suas características intrínsecas de rigor acadêmico.

Como objetivos específicos, será realizada a relação das teses dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, defendidas no período de 2001 a

2011, e constituídas das palavras-chave território e lugar. Por meio do material levantado, serão identificados os estudos efetuados sobre os conceitos de território e lugar analisados os entendimentos desenvolvidos e adotados para estes termos contidos no espaço de vivência geográfica.

Para alcançar este entendimento, recorreu-se ao levantamento e coleta de dados através das teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, em consulta aos portais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Domínio Público e das próprias páginas destes Programas. Além disso, foram consultados trabalhos e obras selecionadas já publicadas sobre a mesma temática.

Para melhor alcançar os objetivos da investigação e responder a problemática em questão, o trabalho se apresenta estruturado em quatro capítulos, que tratam de temas específicos que conduzem a investigação na direção do alcance dos objetivos.

O capítulo um trata da abordagem dos movimentos de renovação da Geografia brasileira, as influências estrangeiras decorrentes das visões filosóficas, epistemológicas do Conhecimento e dos pensadores segundo suas reflexões na perspectiva social, econômica, histórico-cultural e ecológica.

No capítulo dois se procurou descrever os conceitos-formas território e lugar utilizados pelos autores brasileiros e as influências de autores estrangeiros geógrafos e não geógrafos sobre esses conceitos em Geografia, no que concerne à origem dos termos, desenvolvimento e o que está escrito e analisado por autores brasileiros e estrangeiros.

No capítulo três a pesquisa define o método de análise dos conceitos-formas território e lugar implícitos nas teses dos Programas de Pós-Graduação em Geografia brasileira. São oferecidas informações mais detalhadas sobre os procedimentos metodológicos, sua descrição, justificativa, análise e alcance dos objetivos.

O capítulo quatro expõe a coleta de dados realizada a partir das leituras das teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação no portal da CAPES e das páginas destes Programas, bem como as análises, reflexões e explicações de acordo com os objetivos determinados na pesquisa referentes aos conceitos-formas território e lugar que compõem os estudos investigativos em Geografia, suas influências e contribuições estrangeiras.

Por fim realizam-se as considerações finais com base nas reflexões e explicações resultantes das análises desenvolvidas nos capítulos dois e quatro.

OS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Este capítulo trata dos principais movimentos de renovação da Ciência Geográfica no Brasil decorrente das visões filosóficas, epistemológicas do Conhecimento e dos pensadores segundo suas reflexões na perspectiva social, econômica, histórico-cultural e ecológica. Investigam-se as ideias e reflexões estabelecidas nos movimentos de renovação da Ciência Geográfica, iniciando com as principais correntes de renovação na tentativa de captar o período em que aparecem os termos território e lugar.

Destacam-se, nos períodos de transformação que determinaram as renovações, os geógrafos, pensadores estrangeiros e nacionais e suas influências na Geografia brasileira. Entre os autores brasileiros tem-se Milton Santos e as inúmeras contribuições prestadas à Geografia no Brasil. No trabalho deste geógrafo é possível compreender a importância da Geografia no desenrolar das consequências das ações humanas, que o levou a escrever: A geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2004a, p. 59). A renovação da Geografia no Brasil, na segunda metade da década de 1970, foi condicionada por mudanças sociais (políticas, econômicas e culturais) e espaciais, passando por diversas transformações na sociedade global.

Para este geógrafo, as relações que se estabeleceram nas sociedades e na natureza fruto de mudanças e progressos científicos havendo a necessidade de se buscar novas direções e fazer uso de novas tecnologias criadas com e no pós Segunda Guerra Mundial.

As críticas se referem às “Escolas Nacionais” que geravam pensamentos globais e individualizados cedendo lugar aos estudos locais, cujo método era essencialmente objetivo, com base no uso da Matemática, Informática, Probabilidade e Estatística. As críticas realizadas à Geografia não se referiam aos

pensamentos fundamentais da Geografia Tradicional, mas à análise dos fenômenos geográficos da contemporaneidade (pós-guerra) sem alterar seu conteúdo social.

A ciência geográfica buscou novos caminhos e deu origem ao movimento de renovação desta ciência que teve início nos anos de 1950, acelerando-se nas décadas de 1960 e 1970. Os aspectos mais apontados quanto à crítica da ciência geográfica, no seu âmbito tradicional, foram indefinição do seu objeto de estudo e sua generalização. Estas críticas levaram um movimento de renovação, originando a diversidade de métodos e de interpretações permitindo que Moraes, analisando este momento escrevesse: Os geógrafos vão abrir-se para novas discussões e buscar caminhos metodológicos até então não trilhados (MORAES, 1992, p. 94).

Não apenas as bases capitalistas haviam mudado, mas as de ordem social. Houve uma evolução no que diz respeito à urbanização, como descrito por Moraes (1992, p.95) entendendo que nesta evolução estariam se [...] apresentando fenômenos novos e complexos, como as megalópoles. São produzidos novos processos de desconcentração e reconcentração espacial da população, das atividades econômicas e da informação sobre o território. Para Milton Santos, o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial. O espaço agrário e o urbano se modificavam devido ao êxodo rural. Novos meios de transportes e de comunicações foram sendo inseridos, necessitando do uso de novas técnicas. A Geografia, como ciência, não mais poderia estar inserida no uso de técnicas tradicionais, implicando na crise da Geografia Tradicional. Por isso, as técnicas utilizadas até então, não davam mais conta nem da descrição e representação dos fenômenos da superfície terrestre.

Segundo Moraes (1992), as técnicas até então utilizadas não conseguiam apreender a complexidade da organização atual do espaço. O instrumental elaborado para explicar comunidades locais não conseguia apreender o espaço da economia mundializada (MORAES, 1992, p. 95).

Os instrumentos utilizados, que conseguiam apreender o espaço de forma mais globalizada, iam além dos trabalhos de campo, ou seja, da simples observação, passando a ser inseridas as imagens de satélite, através do uso do computador, entre outros instrumentos. Entende-se que estes propostos tenham levado Christofolletti (1982, p. 71), a escrevê-los como novas tendências geográficas [...]. A estas novas tendências geográficas foram sendo propostos novos adjetivos,

ou seja, uma delas a expressão “Geografia quantitativa”, que defendia o emprego de técnicas estatísticas e matemáticas nas análises de explicação dos fenômenos, daí vir a ser considerada uma das características básicas da Nova Geografia.

O movimento de renovação da ciência geográfica foi marcado pela busca do novo, abrangendo uma visão ampla de novos caminhos e de perspectivas. Ele abarcou duas vertentes, sendo elas a Geografia Pragmática e a Geografia Crítica, como perspectiva de análises renovadas com posturas filosóficas e metodológicas.

1.1 A Geografia Pragmática

Denomina-se de Geografia Pragmática o que, no entanto, recebe outras denominações, como “Geografia Teórica e Quantitativa”, “Geografia Neopositivista” ou “Nova Geografia”. São formas alternativas de nomear uma das escolas inseridas no amplo espectro do pensamento geográfico. Ela teve origem na crise da Geografia Tradicional e se desenvolveu durante o movimento de renovação da geografia que ocorreu em meados dos anos de 1950.

O progresso dos trabalhos científicos nas ciências em geral e a necessidade de novos instrumentos para a realização dos trabalhos em geografia impulsionou a investigação e a utilização de novos métodos de pesquisa e análise do espaço geográfico, ou seja, não era mais suficiente apenas uma observação, mas uma análise minuciosa capaz de dar respostas objetivas e entendidas como exatas.

Moraes (1992), tratou as mudanças do positivismo clássico para o neopositivismo, ou seja, o empirismo da observação direta (do “ater-se aos fatos” ou dos “levantamentos dos aspectos visíveis”) por um empirismo mais abstrato, dos dados filtrados pela estatística (das “médias, variâncias e tendências”), (Moraes, 1992, p. 102). Por isso, Ferreira e Simões (1994), relatam que, para explicar a realidade, o geógrafo adota conhecimento de uma certa imagem do mundo. A partir dessa imagem constrói um modelo, para a verificação do qual levanta uma hipótese. Para testar a sua hipótese recolhe dados que seleciona, descreve, classifica, isto é, divide em classes. Como se tratam de dados muito numerosos, é frequentemente necessário fazer um tratamento por computador.

Percebe-se que para haver a explicação da realidade deve haver não apenas uma simples observação dos fatos, mas a verificação, descrição e sua classificação. Por isso, há uma necessidade de elementos estatísticos, como descrito por Moraes (1992, p. 100): A finalidade explícita é criar uma tecnologia geográfica, um móvel utilitário. No entanto, surge uma nova Geografia, denominada Geografia Quantitativa para a qual Gomes (2007, p. 250) relata que A quantificação é efetivamente um de seus aspectos mais familiares. Pode-se dizer que esta Geografia é instrumentalizada, utilizando-se de uma linguagem matemática.

Segundo Nilo Bernardes (1982), ao longo da década de 1970 com a propagação dos métodos quantitativos e a preocupação por teorias e modelos, resultou em uma aproximação da Geografia com alguns centros norte-americanos e foi inicialmente inspirada por Brian Berry em 1968 e muito influenciada por John Cole. Brian Berry, que é considerado um dos expoentes da nova Geografia, veio ao Brasil em 1967 e ministrou cursos sobre uso de técnicas quantitativas. Posteriormente, um grande número de geógrafos brasileiros iniciou a lida com uma matematização mais sofisticada [...] (bem diversa daquela até então empregada nas estatísticas nacionais) (CAMARGO E JÚNIOR, 2004, p. 366).

John Cole também teve sua participação no Brasil. Este geógrafo da *University of Nottingham* veio ao Brasil no ano de 1968 para auxiliar nos estudos sobre o Censo de População. Segundo Camargo e Júnior (2004), Cole retorna em 1969 e, desta vez, ajuda na aplicação de outras técnicas quantitativas úteis nas abordagens regionais.

Moraes (1992), discute a utilização de métodos estatísticos e matemáticos, por meio das relações e inter-relações de fenômenos e elementos, das variações locais da paisagem, da ação da natureza sobre os homens, etc., (MORAES, 1992, p. 102-103). Tais afirmações estão interligadas aos números, pois tais variações são medidas e compreendidas através dos cálculos. Moraes exemplifica de forma bem clara com o seguinte relato:

Ao se estudar uma determinada região, a análise deveria começar pela contagem dos elementos presentes (número de estabelecimentos agrícolas, total de população, extensão, número e tamanho das vilas e cidades etc.); este procedimento forneceria tabelas numéricas de cada dado, as quais seriam trabalhadas estatisticamente pelo computador [...] ao final, surgiriam resultados numéricos, cuja interpretação daria a explicação da região estudada (MORAES, 1992, p. 103).

Por exemplo, através de vários cálculos envolvendo desvio-padrão, medianas, variações, entre outros, poder-se-á chegar a um resultado como o tamanho de cidades, terrenos, por meio da coleta de dados e análise, chegar-se-á à explicação da área estudada.

Já a análise feita através da teoria dos sistemas também denominada como Geografia Sistemática ou Modelística, vem propor o uso de modelos de representação e explicação, no trato dos temas geográficos. (MORAES, 1992, p. 103). Na verdade, possuem a ideologia da proposta anterior, porém [...] os modelos seriam representações das estruturas fundamentais da organização do espaço, assim as articulações seriam tidas como constantes em todos os casos singulares. Estes modelos atuam, na pesquisa, como hipóteses lógicas dadas aprioristicamente, sendo constituídos de dados constantes, ou “fatores”, e de elementos agregados, ou “variáveis” (MORAES, 1992, p. 104).

Através dos dados obtidos e a articulação entre eles, por meio das pesquisas levantadas, juntamente com a utilização de um computador, resultarão termos de padrão e tendências, tudo isso através do modelo de representação em conjunto com os dados adquiridos nos aspectos visíveis. Os resultados alcançados poderiam ajudar no estudo da formação de redes de cidades, produções agrícolas, entre outros.

A corrente Teórica Quantitativa iniciada, nos países como Suécia, Estados Unidos e Grã-Bretanha, promoveu mudanças na Geografia Tradicional (Clássica), porém sofreu resistência na Alemanha e França. A partir dos países de origem esta concepção se propagou através dos estudos de Geografia aplicada, inclusive na França. As ações de ordenamento dos territórios, os diagnósticos de área e a reorganização dos espaços, ocuparam os primeiros anos do pós-guerra.

As necessidades de reconstrução contaram com a participação ativa de geógrafos em estudos referentes às espacialidades geográficas. Deste modo, abriram-se caminhos para a afirmação desta corrente em trabalhos de ordenamento territorial das áreas rurais e urbanas, da infraestrutura de produção, comércio e circulação e de atendimento geral das populações. As tarefas desenvolvidas não se detiveram meramente ao planejamento de reconstrução, mas imprimiram nas espacialidades *designer* de acordo com as novas concepções técnicas, econômicas e informacionais que, mais adiante, no tempo, tornaram-se a base da modernidade e da pós-modernidade.

Andrade (1992) argumentou que a modernização da agricultura no Brasil aplicou, em larga escala, os métodos matemáticos e estatísticos de acordo com a União Geográfica Internacional (UGI). Isto se explica à luz do momento político-econômico da época, década de 1960 a 1970, marco do processo de modernização da agricultura brasileira que buscou nos Estados Unidos e na Inglaterra o modelo de modernização centrado no aumento da produção via intensivo uso de mecanização, insumos e tecnologia genética. Deste modo, a modernização que nasce no Brasil destina-se a atender as demandas do mercado externo, países Europeus e América do Norte, além de abastecer a recente agroindústria nacional e se aproximar da indústria mecânica automotora em desenvolvimento no País.

Ao analisar o período da Renovação da Geografia, Andrade (1992) faz a seguinte interpretação:

Na Alemanha e na França, a sólida formação clássica dos discípulos de Hettner da escola lablachiana serviu como um estudo, dificultando a penetração das idéias quantitativistas que eram muito propagadas tanto em livros e revistas, como em reuniões científicas, sobretudo naquelas promovidas pela União Geográfica Internacional [...] (ANDRADE, 1992, p. 109).

No entanto, antes que se firmasse e conquistasse maior visibilidade na análise das áreas geográficas, veio a reação formulada pela Geografia crítica contestando as formulações quantitativas. Destacando-se os artigos de geógrafos franceses que passaram a percorrer outros caminhos, em suas investigações e reflexões com uma visão mais social, tendo suas raízes em uma Geografia que apresentava acentuada crítica ao tecer análises nos estudos geográficos. Isto pode ser observado nas obras de Yves Lacoste, promovendo uma Geografia crítica social e ativa.

No Brasil a Nova Geografia despontou nas décadas de 1960 e 1970 no período em que o governo militar estava consolidado. Esta nova corrente se integrou à economia, graças aos dados fornecidos pela Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE que dispunha de ricas informações estatísticas e de um corpo de geógrafos que, em parte, apoiou a utilização de novos métodos (ANDRADE, 1992, p. 109). Universidades brasileiras, como a Universidade Estadual Paulista (UNESP) em Rio Claro, desenvolveram estudos baseados nesta concepção, também voltados ao espaço agrário, suas principais culturas e o desenvolvimento territorial. Em 1973, a AGB patrocinou, no Rio de Janeiro, um

Seminário sobre a Renovação da Geografia que teve como relatora a professora Bertha Becker (ANDRADE, 1992, p. 110). Houve grande divulgação desta Nova Geografia no Brasil através de seminários e de pesquisas de Pós-Graduação, utilizando-se de métodos quantitativos.

Santos (2004a), geógrafo brasileiro, na sua obra *Por uma Geografia Nova*, critica a concepção. Segundo o autor, a Geografia Quantitativa ignora a existência do tempo, que ela tem a capacidade de trabalhar com os resultados obtidos por meio de cálculos matemáticos e aplicação de métodos, sem oferecer um estudo no intervalo entre um processo e outro, portanto, o fator histórico vai sendo deixado de lado. Santos (2004a) escreve: Em outras palavras, trabalha-se com resultados, mas os processos são omitidos [...] (SANTOS, 2004a, p. 75). Para o autor, a geografia matemática tem por função não a reprodução das sociedades em movimento, o estudo das particularidades do lugar bem como o seu desenvolvimento, pois o fator histórico não entra em processo e sim a fotografia de alguns de seus momentos. Ora, as fotografias permitem apenas uma descrição e a simples descrição não pode jamais ser confundida com a explicação (SANTOS, 2004a, p. 75).

Segundo Saquet (2010), na Geografia, na transição que se dá a partir dos anos de 1950, até o final da década de 1970, busca-se romper e superar as abordagens positivistas e neopositivista, pragmática (...) que negligencia o conceito de território em favor da utilização do conceito de região. Esse conceito é dotado do significado de um recorte espacial com determinadas características físicas e humanas, como na visão de Lacoste, na descrição, enfatizando os aspectos demográficos, entre outros. Neste momento histórico, a Geografia passa por um empobrecimento, tornando-se simplista, mais abstrata, desenvolvida pelo uso da técnica, minimizando sua análise. Por isso, outra vertente vem propor mudanças frente às correntes vigentes – a Geografia Tradicional e Pragmática fazendo críticas ao empirismo sem uma visão crítico-social.

1.2 A Geografia Crítica

A Nova Geografia dotada de formalismo sofria críticas de pensadores que ansiavam por uma Geografia que lutasse por transformações sociais e que fizesse

uma análise geográfica mais profunda. Ainda na década de 1960, surgiram as primeiras críticas à Nova Geografia como bem foi apontado por Ferreira e Simões (1994), para os quais os modelos em que a Nova Geografia se apoia são insuficientes para explicar a realidade. Os modelos encontram-se afastados da conduta real do homem e procuram apenas descobrir o aspecto que tomaria o mundo tendo em consideração apenas certos pressupostos da racionalidade econômica. A nova geografia não se preocupa com a resolução dos problemas sociais (FERREIRA e SIMÕES, 1994, p. 90).

Por meio desta afirmação de Ferreira e Simões, a Nova Geografia não mais atendia as exigências de pensadores como Yves Lacoste, Bernard Kayser e outros que se posicionavam a favor de uma transformação social no espaço geográfico. Faziam críticas dos fundamentos positivistas, pois, para Santos (2004a) a *New Geography* representa uma involução. [...] despersonalizando o *homo sapiens*, substituindo-o pelo *homo economicus*, [...]” (SANTOS, 2004a, p. 108). Para o autor esta Geografia é imobilista, tornando-se esta ciência “uma viúva do espaço.

O entendimento dos autores aponta para as mudanças que ocorreram no território e como as teorias geográficas estão ligadas à ideia de colonização territorial, descolonização, crescimento da população, economia, reestruturação política, entre outros fatores. Moreira (2006), trata na sua obra *Para onde vai o pensamento geográfico?* O conceito do homem na Geografia descrevendo a aceleração demográfica no “novo espaço”, ou seja, o fenômeno populacional nos anos de 1970 oriundos de enfoques posteriores à Segunda Guerra Mundial. Moreira vem tratar estes assuntos numa visão crítica inspirado em parâmetros políticos e econômicos. Entre os anos de 1950 e 1970 ocorre no mundo a independência de muitos países africanos e os questionamentos sobre o mundo subdesenvolvido passam a ser discutidos, havendo uma necessidade de uma leitura espacial em diferentes perspectivas a fim de acompanhar as diversas mudanças contemporâneas.

Moraes (1992 p.113-114), escreve: Enfim, os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestruturação da dominação de classe, na sociedade capitalista. Desvendaram as máscaras sociais aí contidas, pondo à luz os compromissos sociais do discurso geográfico, seu caráter classista. O autor demonstra sua preocupação, e dos demais geógrafos críticos, com o caráter ideológico do discurso geográfico vinculado à não inserção dos compromissos

sociais, como a visão homogênea da população em um dado território sem uma visão humanística, ou seja, sem estabelecer relações entre os homens. Até então as análises geográficas não deram a devida atenção aos problemas humanos, pois segundo George, Kayse, Lacoste e Guglielmo (1975 p. 47), os geógrafos [...] não estavam nada preparados para a abordagem de um conjunto de distorções em estado de desequilíbrio dinâmico, isto é, essas distorções nada mais seriam do que os países subdesenvolvidos. Na obra *A Geografia Ativa* destes autores franceses, há a discussão da década de 1970 na qual os problemas e características gerais do Terceiro Mundo são discutidas e formuladas críticas relevantes sobre população e economia.

Para George et.all (1975, p. 52), A situação de subdesenvolvimento, que se instalou discretamente desde o começo do século XX, na maior parte do mundo, aparece como uma das maiores crises, senão a maior crise da história dos homens. Para estes autores, a humanidade se vê arrastada na produção desenfreada de uma demografia galopante anormalmente dissociada, por um tempo, de uma economia travada. Importa agora encarar sucintamente as causas dessa evolução berrante.

Através da obra: *A Geografia Ativa*, discutem-se questões sobre o mundo subdesenvolvido denominado como Terceiro Mundo. Nesta obra, seus autores fazem reflexões sobre as características gerais destes países: suas fragilidades e diversidades como os aspectos populacionais, as monoproduções agrícolas, situações econômicas, entre outras. Tanto que George et al., (1975, p. 66), descrevem que A diversidade dos países subdesenvolvidos é tanta, que, em comparação, os países desenvolvidos podem parecer relativamente uniformes. Nesta citação percebe-se a crítica feita à importância até então dada a esses “países uniformes”, mas sem discutir as diversidades dos países “heterogêneos” dotados também de características relevantes de serem estudadas e analisadas.

Outro geógrafo francês que teceu reflexões profundas a respeito do subdesenvolvimento, bem como de uma Geografia crítica foi Yves Lacoste. Como um significativo estudioso do subdesenvolvimento, produziu trabalhos entre os anos de 1950 e 1960. Moreira (2008b) relata que suas obras foram amplamente utilizadas nas escolas secundárias, seus livros são lidos junto aos de George, e cujo grupo aparece associado ao chamado “grupo da Geografia Ativa” (MOREIRA, 2008b, p. 25). Todas as obras de Yves Lacoste e de outros geógrafos franceses, dos meados do século XX, preocuparam-se com as bases da renovação geográfica. O próprio

Yves Lacoste através de seus artigos na revista *Hérodote*, editada em 1976, desenvolveu profundas reflexões dando ênfase e contribuindo de forma expressiva com o pensamento crítico e político. Para Moraes (1992), Yves Lacoste, com seu livro: *Geografia: Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, foi o autor que formulou a crítica mais radical em contraponto à Geografia Tradicional. Na obra do autor, o saber geográfico é argumentado sobre dois pontos: a “Geografia dos Estados-Maiores” e a “Geografia dos Professores”. Na primeira, “Geografia dos Estados Maiores” era aquela utilizada pelo Estado a fim de conhecer o espaço com finalidade de administrar e dominar; a segunda, “Geografia dos Professores” era aquela usada nas escolas sendo decorativa e enfadonha, fazendo com que os alunos e professores não se interessassem pela disciplina.

Moraes (1992), traduz a ideia de Yves Lacoste ao tratar sobre estes dois pontos de forma sintetizada: mascarar a existência da “Geografia dos Estados-Maiores”, apresentando o conhecimento geográfico como um saber inútil; assim, mascarar o valor estratégico de saber pensar o espaço, tornando-o desinteressante, para a maioria das pessoas. A “Geografia dos Professores” servindo para levantar, de uma forma camuflada, dados para a “Geografia dos Estados-Maiores”, e, assim, fornecer informações precisas, sobre os variados lugares da Terra, sem gerar suspeita, pois tratar-se-ia de um conhecimento eminentemente apolítico, e, ainda mais, inútil.

Nesta perspectiva colocada por Moraes, quando analisa a obra de Yves Lacoste, destaca-se a crítica deste autor, a respeito do pensamento geográfico dado como simplório e enfadonho, ou seja, não sendo necessário entender, apenas memorizar. Nas palavras do autor: Todo mundo acredita que a geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo (LACOSTE, 1993, p. 21). Além da ideologia da mistificação do espaço e de uma Geografia enfadonha, Yves Lacoste tece reflexões sobre uma Geografia como um saber estratégico militar e político argumentando que esta ciência serve também, antes de qualquer coisa, para fazer a guerra e assumir o exercício do poder. Lacoste (1993) ainda descreve que

Os geógrafos não falam de “organização do espaço”, mesmo quando eles tratam de geografia física, quando eles percebem a disposição das montanhas, o traçado dos grandes eixos da rede hidrográfica – e com mais razão ainda, quando eles explicam o contraste entre espaços abandonados e regiões densamente povoadas? Mas quem organiza? É a natureza?

Deus? Ou melhor, não é o geógrafo que põe ordem na compacta superposição dos fenômenos e clareia o obscuro jogo de forças, que é ele o único a compreender, no final de sua pesquisa? (LACOSTE, 1993, p. 135).

A Geografia para os geógrafos críticos como Yves Lacoste vai além da descrição dos lugares, busca pensar o espaço. As técnicas e os objetos técnicos precisam sempre ser analisados em conjunto com seu entorno, já que o espaço pré-existente vai incorporá-los de modo particular nos respectivos lugares de ocorrência. Para este autor francês, a Geografia tem um caráter de pensamento bem mais profundo que o Tradicional. É um pensamento com uma visão integrada do espaço [...] o Estado tem uma visão integrada e articulada do espaço, pois age sobre todos os lugares e isto se transforma numa arma a mais de dominação. (MORAES, 1992, p. 116). Se o Estado tem esta possibilidade, Yves Lacoste argumenta a socialização do saber, pois considera de fundamental importância a perspectiva popular. E escreve: é necessário saber pensar o espaço para saber se organizar, para saber nele combater (MORAES, 1992, p. 116). Através destas reflexões e entendimentos percebe-se que a Geografia não se limita a um estudo das aparências, mas é uma possibilidade de indagar sobre os problemas a fim de pensar o espaço e nele se organizar.

Não apenas Yves Lacoste representou de forma crítica o pensamento geográfico francês. Henri Lefebvre, sociólogo e filósofo francês compreende o espaço que, segundo Moreira (2008b, p. 26), toma o espaço como foco do seu olhar, apresentando-o como a categoria que comanda a reprodução da estrutura global da sociedade a partir da reprodução das relações de produção. Nesta perspectiva, o sociólogo Henri Lefebvre tem uma compreensão espacial na visão de Karl Marx ao discutir o espaço urbano através das relações com os meios de produção sobre visão social e política. Saquet (2010), faz referência a Lefebvre, relatando que é durante os anos de 1960 e 1970 que se passa a ter uma compreensão da produção direta do espaço, em vez da [...] descrição e quantificação da *produção indireta no espaço*, no que se refere ao entendimento do território como produto de conflitos e contradições sociais. O fato é que, em alguns países, essa discussão é centrada no conceito de espaço geográfico, como ocorre no Brasil; [...] (SAQUET, 2010, p. 53). Em Henri Lefebvre encontra-se grandes contribuições através de debates a respeito à reprodução das relações de produção, além do caráter social, espacial e territorial.

Muitos são os geógrafos que fizeram propostas significativas para a renovação do pensamento geográfico. Igualmente muitas foram as contribuições dos geógrafos franceses para o pensamento geográfico brasileiro.

1.3 A Geografia Crítica Marxista no Brasil

A Geografia brasileira ganhou novas perspectiva a partir do final da década de 1970, mais precisamente em 1978. Neste ano, os geógrafos brasileiros participaram do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) da AGB, no qual estudiosos de várias localidades do Brasil buscavam discutir a crise da ciência geográfica. Andrade (1993) explica que, desde a década de 1960, grupos de geógrafos brasileiros já contestavam as reflexões realizadas bem como o procedimento dos estudos sobre as relações sociedade e natureza. Nos debates procuravam novos rumos e caminhos e nesta busca, os geógrafos passaram a analisar os problemas, ou seja, [...] as linhas gerais da evolução da sociedade e a ação dos grupos e classes dominantes na elaboração e na reelaboração do espaço. (ANDRADE, 1993, p. 8). A ocupação espacial deveria ser vista através das relações do homem com a natureza, levando em conta a modernização do espaço, procurando soluções para os problemas brasileiros.

Segundo Moreira (2008b, p. 24): Nos vários cantos do país, movimentos de crítica e renovação, espontâneos, difusos e, portanto, sem hegemonia nacional vinham acontecendo. Moreira, na obra *Pensar e Ser em Geografia*, relata que no fim da década de 1980, a disciplina geográfica passa por um processo interno na busca de sua renovação.

Ao discutir a Geografia crítica no Brasil, se faz necessário mencionar o geógrafo brasileiro Milton Santos e suas obras. Ao escrever *Por uma Geografia Nova*, no ano de 1978, o autor apresentou contribuições de relevante importância para a Geografia da época e para a consolidação de um corpo teórico da Geografia crítica. Nesta obra inicial estão reunidas as discussões realizadas no período de 1974 a 1977, com seus alunos através de reflexões extraídas de aulas ministradas nas Universidades da Tanzânia, de Nova Iorque (EUA) e da Venezuela. Segundo ele, muitas foram as contribuições para o amadurecimento de grande parte das

ideias expostas, ao longo dos anos de estudo e reflexões, hoje contidos em sua obra geral. Estes reforços foram se consolidando e aprofundados desde a obra inicial. O conjunto da obra de Milton Santos reúne-se em três partes de entendimento sobre a Geografia. Na primeira parte escreve sobre a crítica da Geografia, relatando os fundadores, suas pretensões científicas e enfocando a Geografia colonial, clássica e a falência desta fase. A segunda parte traz a Geografia, sociedade e espaço tecendo inúmeras indagações como: *O Espaço: mero reflexo da sociedade ou fato social?* (SANTOS, 2004a, p. 155). Neste item da obra, Milton Santos trabalha a definição do espaço como forma de percepção, o espaço na visão de filósofos como Hegel e os aspectos sociais o que mais tarde será aprofundado sob uma concepção fenomenológica. Na terceira parte de sua obra, intitulada *Por uma Geografia Nova* (SANTOS, 2004a, p. 191), discute a sociedade, espaço, território e suas inovações que mais tarde o levaram a estudar o capitalismo mundial e suas consequências. Trata-se de uma obra abrangente, que procurou dar respostas a questões pendentes e promovendo reflexões na direção dos avanços necessários.

Moraes (1992) é de opinião de que esta obra de Milton Santos representa uma proposta geral para o estudo geográfico, argumentando que [...] é necessário discutir o espaço social, e ver a produção do espaço como o objeto. Este espaço social ou humano é histórico, obra do trabalho, morada do homem (MORAES, 1992, p. 123).

Moraes, ao mencionar a obra de Milton Santos, debate a definição do espaço como um fator social não apenas descrevendo os lugares, mas enfocando a dinâmica social, um produto da ação humana e acumulação do trabalho. Moraes (1992), também argumenta que as atividades produtivas implicam na ação dos homens sobre o espaço e que através do avanço tecnológico, a organização social vem se modificando. Para Moraes (1992), a proposta de Milton Santos é uma das mais amplas e acabadas da Geografia Crítica. Tais estudos encontram-se expostos em vários artigos e em livros, como *O Espaço dividido, As cidades do Terceiro Mundo, Pobreza urbana e Geografia e Sociedade*. As formulações de Milton Santos representam uma das propostas da Geografia Crítica, exemplificando bem a postura política e o posicionamento social que a caracterizam.

Todas as obras de Milton Santos, tratadas neste trabalho, fazem menções às relações do homem, ao fator social e suas modificações na natureza, utilizando-se de variadas técnicas e de sua relação com o meio. Para tal, Milton Santos define o

uso da denominação meio-técnico-científico-informacional, ou seja, o espaço urbano e suas conformações no que diz respeito à ciência, à tecnologia e à informação, sendo atualmente, a técnica base da vida social. Na obra *Metamorfoses do espaço habitado*, Santos (1991) afirma que através do trabalho do ser humano em cada momento histórico as técnicas vão sendo aprimoradas. E que este aprimoramento ocorre na medida em que as inovações vão aparecendo. O homem vai construindo novas maneiras de fazer as coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais (SANTOS, 1991, p. 67). Através desta citação, percebe-se o quanto o uso de novas técnicas vem modificando o espaço e interligando os espaços por meio dos objetos e ações, ou seja, a relação do homem com o meio técnico determina o espaço geográfico.

Ruy Moreira, na sua obra *Para onde vai o pensamento geográfico?*, no capítulo em que trata - Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo (MOREIRA, 2006, p. 157), argumenta que no início do século XXI há uma nova realidade não mais apoiada nas antigas formas de relação do homem com o espaço e a natureza, mas nas novas formas de organização espacial como a rede global, que segundo Moreira (2006), é a mais nova forma do espaço, bem como o de [...] fluidez – indicativa do efeito das reestruturações sobre as fronteiras – a sua principal característica (MOREIRA, 2006, p. 157). A rede não é um fenômeno novo, apenas a sua denominação é recente. O que se vê no século XXI é a grande mobilidade territorial devido ao grande avanço da rede de circulação através dos meios de transporte e comunicação e uma mundialização dos espaços.

Segundo Moreira (2006), ao chegarmos aos dias de hoje, em que a rede do computador é o dado técnico constituído dos circuitos, o espaço em rede por fim se evidencia (MOREIRA, 2006, p. 162). Com a evolução das técnicas, a distância perde o seu sentido físico, tornando-se complexas as redes. Cabe ao geógrafo contemporâneo uma visão mais crítica de tais assuntos, pois a Geografia tem a capacidade de fazer a leitura do mundo através da observação da paisagem e acompanhar as mudanças decorrentes no espaço geográfico, sua organização espacial e a fluidez do espaço. Nas últimas páginas da obra *Geografia pequena história crítica* de Moraes (1992), ele diz que a Geografia Crítica e o movimento de renovação devem assumir perspectivas mais populares que levem a transformações da ordem social.

A discussão relatada até aqui, permite destacar que no período de renovação do pensamento geográfico as discussões receberam aprofundamento nas reflexões e nos trabalhos na direção da compreensão do espaço geográfico, sua formação, ocupação social, espaço da sociedade e do poder político e econômico. As discussões a respeito de território e lugar não assumem importância nos debates, permitindo entender que nesta fase de amadurecimento da geografia ela estaria inaugurando uma nova forma de análise voltada para a visão teórica das ciências sociais e que mais tarde discutirá o espaço geográfico e suas espacialidades de vivência nas mais distintas escalas de estudo.

1.4 As contribuições estrangeiras à Geografia brasileira contemporânea

Para ser fiel ao entendimento das contribuições estrangeiras, é necessário um retorno no tempo histórico, porque a Geografia brasileira, seu ensino e pesquisa só se institucionalizaram a partir de 1930, quando o seu estudo em nível superior foi criado, ou seja, a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal no ano de 1935. Segundo Andrade (1992), o IBGE, as universidades e a AGB, essa última tendo seu início organizado pelo geógrafo e professor francês Pierre Deffontaines, contribuíram de forma excepcional para o desenvolvimento da Geografia no Brasil.

No decorrer dos anos, o movimento renovador ganhou força através das universidades brasileiras. Andrade (1992), relata na sua obra *Geografia, Ciência da Sociedade* que as universidades locais, tendo a contribuição de universidades estrangeiras, desenvolveram estudos de maior interesse para a compreensão da nossa realidade. A exemplo como os do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia, criado por Milton Santos recebendo grande influência de Tricart, [...] (ANDRADE, 1992, p. 100).

Houve um grande engajamento dos geógrafos brasileiros no fim das décadas de 1960 e 1970. Insatisfeitos com os problemas sociais e ambientais naqueles anos intensificando-se os movimentos de renovação. Milton Santos, geógrafo brasileiro, teve influência de geógrafos franceses, como Jean Tricart. Este geógrafo era dotado de grande evolução intelectual que, segundo Moreira (2008a), está dentro dos

clássicos franceses, fazendo parte de um campo amplo da ciência geográfica, [...] partindo da Geomorfologia, evoluiu para uma visão de homem-meio cada vez mais integrada, [...] (MOREIRA, 2008a, p. 118). Tricart, ao publicar sua obra *A Terra planeta vivo* em 1972, escreveu sobre a sua visão geográfica. Para ele (MOREIRA, 2008a, p. 118), o planeta é o que resulta da interação entre os seres vivos e meio físico-geográfico, [...] Este meio físico-geográfico seria formado pelo conjunto das interações de três forças, sendo elas: a constituição da matéria liberada, ou seja, a força e a energia acumuladas promovendo as deformações tectônicas, resultando na morfologia da superfície terrestre; a segunda seriam as fontes de energia que promovem as diferentes formas de precipitações e na interação dessas diferentes formas de precipitações como a chuva, neve e granizo com o ambiente, promovendo também as diferentes deformações no relevo; já a terceira, faz menção às radiações solares sendo captadas pelas plantas promovendo energia, resultando na geoquímica do planeta, formando assim o ciclo da água e fazendo com que a Terra seja um planeta vivo (MOREIRA, 2008a). São do conhecimento que a intervenção dessas três forças vai refletir nas diferentes formas da paisagem, pois, Cada paisagem revela um meio geográfico (MOREIRA, 2008a, p. 120).

Moreira (op.cit.) ao ler e analisar as ideologias de Jean Tricart percebe a grande contribuição da Escola francesa de Geografia no Brasil e na construção dos diversos ramos dessa disciplina. Sobre as questões ambientais no País, pensa-se em Aziz Nacib Ab'Saber, um dos geógrafos responsáveis pela construção da geomorfologia brasileira. Segundo pesquisadores da Unicamp, Niemann e Vitte (2009),

A História da Geomorfologia no Brasil teve em seu início uma pequena contribuição de estudos realizados por alguns geógrafos franceses, principalmente aqueles que vieram a este país fundar a escola de história e geografia da USP (NIEMANN; VITTE, 2009).¹

Segundo estes pesquisadores, Ab'Saber, ao defender sua tese de doutorado intitulada *Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo*, tem como marca uma grande transformação no que diz respeito ao relevo e sua gênese. Ab'Saber ao escrever esse trabalho, demonstra de forma clara a grande influência que obteve de

¹ Rafaela Soares Niemann; Antônio Carlos Vitte. A história da geomorfologia no Brasil: A contribuição de Aziz Nacib Ab'saber. 2009. 10f. Trabalho apresentado no XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, MG, 14. ago. 2009. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/simpósio/simpósio/trabalhos>> Acesso em: 05 mai. 2010.

pensadores franceses como Deffontaines e Moibeig. Ambos estiveram no Brasil contribuindo para a construção do pensamento geográfico brasileiro posteriormente à década de 1930. Em meados do século XX, já no final dos anos de 1960, a geomorfologia brasileira presencia duas grandes revoluções com Aziz Ab'Saber, fruto de uma longa reflexão e muita experiência em campo, que já começara durante a elaboração de sua tese de doutoramento em 1951. Ab'Saber irá publicar, em 1969, o clássico trabalho *Um Conceito de Geomorfologia a Serviço das Pesquisas sobre o Quaternário*, um trabalho de cunho metodológico e que exerce influência nas pesquisas geomorfológicas até os dias atuais. Outra revolução é a noção domínios morfoclimáticos (AB'SABER, 1967, 1970), de Refúgios Florestais (1979), que não apenas revolucionaram a geomorfologia climática no mundo, mas também a Biogeografia.²

Ab'Saber, ao escrever tais obras através das muitas observações sobre o espaço geográfico, torna-se um grande precursor na Geomorfologia brasileira, promovendo a consolidação do estudo das discussões da Geomorfologia no Brasil. Deve-se reconhecer neste autor brasileiro a sua preocupação com a reorganização do espaço e com os impactos ambientais em áreas atingidas pela construção de barragens e lutas contra o desmatamento e a poluição do ar pelas grandes indústrias.

Em meados do século XX, verifica-se a influência de La Blache no mundo tropical através do gênero de vida, quando os geógrafos dos países desenvolvidos, segundo Claval (2007, p. 150) “[...] ensaiavam inventar outros instrumentos para atender outros tipos de sociedades [...]”. Foi a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que os problemas dos países subdesenvolvidos começaram a ser discutidos. Yves Lacoste na sua obra *Geografia do Subdesenvolvimento* (1982), faz uma introdução à Geografia dos países subdesenvolvidos, analisando aspectos fundamentais dos Estados que constituem o subdesenvolvimento, iniciando o estudo das causas de um grande número de países que se encontravam numa extensa área do globo. Lacoste (1982), relata que

Os economistas foram os primeiros a abordar o estudo do subdesenvolvimento e conservam neste domínio um lugar eminente. Em seguida, escreveram financistas, sociólogos, políticos, e também eclesiásticos, sindicalistas, demográficos, militares, etnógrafos, juristas,

² Ibidem, p. 7.

médicos, agrônomos, assim como filósofos, geólogos, linguistas e, evidentemente, jornalistas. Tal disparidade pode surpreender, num primeiro momento, e não deixa de agastar aqueles que se consideram os únicos verdadeiramente habilitados para estudar o subdesenvolvimento (LACOSTE, 1982, p. 8).

Destaca-se que até então os geógrafos não se posicionavam quanto aos problemas do subdesenvolvimento, porém a ciência geográfica deveria ser uma das primeiras a tomar posição a fim de compreender tais assuntos. Esta obra de Lacoste (1982), foi uma das primeiras contribuições ao estudo geográfico sobre o subdesenvolvimento. Lacoste (Idem) cita as características gerais dos países marginalizados, bem como o estudo dos fenômenos do século XX na busca das causas originais do subdesenvolvimento. Posteriormente escreve outras obras como: *Contra os antiterceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas* (1991), na qual discutem as causas das disparidades entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, relacionando os fatores econômicos, geográficos e culturais, discutindo a exploração demográfica, a fome, os fenômenos da dependência, entre outros.

O autor, não discute apenas tais ideias. Suas pesquisas foram centradas na Geografia econômica e social, assim como o estudo dos países em desenvolvimento. Pode-se dizer que o autor foi um dos precursores do estudo do subdesenvolvimento e de uma Geografia mais crítica e social.

No Brasil, Milton Santos é um dos expoentes do movimento de renovação crítica da Geografia, na sua obra *O espaço dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*, originalmente publicada na década de 1970. Nesta obra, ele vem propor a teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos: o circuito superior e inferior. Segundo Santos (2004b), ao adotar esses termos, é possível apontar a variedade das situações das cidades do Terceiro Mundo e da dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior (SANTOS, 2004b, p. 39). Essa dependência descrita por Santos (2004b), está relacionada ao “Circuito moderno” e ao “Comércio não moderno”, no qual, de forma simplificada, apresenta-se o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, e como circuito inferior formado essencialmente por formas de fabricação não- “capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão.

O circuito superior é constituído de elementos dotados de tecnologia e maior capital, diferente do inferior, de tecnologia baixa e capital dependente. Nesses países, as desigualdades são explícitas de maneira que, segundo Santos (op.cit.) é no plano do consumo que se encontram as diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, pois, grande parte dos consumidores dos países desenvolvidos tem acesso aos bens produzidos, já em países subdesenvolvidos, poucos têm renda suficiente para consumir alguns tipos de produtos.

Santos (op.cit.), ao escrever o capítulo “A Pobreza Urbana e o Circuito Inferior”, diz que a pobreza vem se agravando no decorrer dos anos, ou seja, um empobrecimento geral, oriundo da modernidade tecnológica, fruto das disparidades sociais e econômicas. No decorrer dos anos vem crescendo o número de favelas dentro dos próprios centros de crescimento econômico.

Milton Santos, por meio de suas obras, contribuiu para uma análise aprofundada da realidade social e econômica dos países subdesenvolvidos, fazendo críticas aos países centrais escrevendo: A organização desse mundo pode passar despercebida aos olhos de certos observadores ocidentais desorientados por um funcionamento que lhes parece oposto à lógica (SANTOS, 2004b, p. 198).

Analisando a citação, sabe-se que esta é uma realidade não apenas do século XX quando este livro foi escrito, mas uma realidade do século XXI. Para Santos (2004b), o problema dos países do Terceiro Mundo encontra solução em um sistema social transformado, introduzindo relações de justiça social.

Pierre George, um dos criadores da Geografia social, segundo Moreira (2008a, p. 103), é o geógrafo mais identificado entre os clássicos com a visão espacial da Geografia, a ponto de poder-se considerar que para ele a Geografia se identifica pela categoria do espaço. Através da ação humana, cada vez menos sendo sujeito do ritmo de vida natural no planeta (MOREIRA, 2008a, p. 103).

O homem, ao longo do tempo, vem adquirindo novas formas de organização e, cada vez mais em ritmo dinâmico. Moreira (2008a), também discute a diferença dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, no que diz respeito aos espaços industriais. Para Moreira (2008a)

“Nos países subdesenvolvidos “a forma de região industrial só é representada por zonas mineiras, visto que, na realidade, a indústria se confunde com a extração de minério e com as instalações de primeiro tratamento e carregamento. [...] os países desenvolvidos os que “possuem, ao mesmo tempo, regiões industriais, e entre elas as maiores regiões

industriais, e um exame mais ou menos apertado de centros industriais, que vai desde o grande porto marítimo industrializado, [...] até a poeira de cidadezinhas industriais, que trabalham no interior dos grandes dispositivos de distribuição dos capitais” (MOREIRA, 2008a, p. 108).

Nesta citação observa-se a grande disparidade de organização econômica e espacial destes países no que diz respeito ao espaço industrial, mas não só nestes espaços, como também nos fenômenos da urbanização e da evolução urbana, tanto dos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos.

Percebe-se como a ciência geográfica, passando por sua sistematização e renovação, vêm ampliando discussões no que diz respeito à Geografia como ciência, bem como as relações com a natureza e a sociedade.

Ao pensar que a ciência geográfica está inserida no pensamento complexo e não dentro de uma visão reducionista, remetemos a Edgar Morin³, nascido em 1921 na França. Filho único de um casal de origem judia graduou-se em História, Geografia e Direito o que lhe proporcionou embasamento para desenvolver estudos em Sociologia, Filosofia e Epistemologia. Autor de obras importantes destacando-se na obra: “*O Método – a natureza da natureza*”, obra fundamental para se entender o que ele defende por *complexidade*. Assim, pensar complexamente requer um método. Para Morin (2008), o método, no caso, diz respeito a uma visão de mundo: pensar junto, unir os saberes disjuntos, acreditar na importância do todo, não mutilar os conjuntos, tampouco perder a noção das partes, defendendo a unicidade da ciência geográfica – Geografia holística, cujo paradigma fundamenta-se na ideia da ecologia do desenvolvimento humano.

O pensamento complexo é o pensamento que se esforça para unir, não de forma confusa, mas operando diferenciações. Hoje há certo consenso de que a Geografia não é ciência da mera descrição dos elementos terrestres ou somente coordenadas que servem de orientação ao homem. A Geografia deve ter por objetivo uma obra aberta que é o homem vivendo num espaço complexo dotado de transformações em todo momento.

Quanto à preocupação com o meio ambiente, foi dentro da visão crítica da Geografia, ou seja, após 1970 que tal corrente se preocupou com o tema sendo

³ Edgar Morin, pseudônimo de Edgar Nahoum, nasceu em Paris, em 8 de julho de 1921. Pesquisador emérito do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). É considerado um dos pensadores mais importantes do século XX e XXI. Disponível em: <<http://www.edgarmorin.org.br/>> Acesso em: 08 jun. 2013.

discutido por Yves Lacoste, que dentre uma diversidade muito grande de temas, procurou privilegiar, em seu trabalho, temas como os problemas gerados pela urbanização, o problema do habitat e ainda os problemas climáticos e ecológicos.

Nesta nova abordagem, o meio ambiente deixa de receber aquela “tradicional” visão descritiva/contemplativa por parte da Geografia como se fosse um santuário que existe paralelamente à sociedade. O meio ambiente é visto então como um recurso a ser utilizado e como tal deve ser analisado e protegido, de acordo com suas diferentes condições, numa atitude de respeito, conservação e preservação (MENDONÇA, 1993, p.66).

Para este mesmo autor, o ambientalismo no Brasil passou a ter destacada importância a partir dos finais de 1980, quando houve a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Legislação Ambiental normatizou as atividades que dizem respeito ao meio ambiente.

Ainda na segunda metade da década de 1970, a perspectiva de degradação das condições de vida e a deterioração do meio ambiente atingem níveis preocupantes e de relevante importância social.

As diversas transformações provocadas pelo desenvolvimento industrial, na sociedade e na natureza, acabaram por mexer com alguns geógrafos, principalmente os mais ligados ao tratamento da Geografia Física, e pouco a pouco se intensificaram os trabalhos que enfocavam a natureza sob o ponto de vista da dinâmica natural das paisagens em interação com as relações sociais de produção.

Os geógrafos ligados à corrente ecológica abordaram de forma crítica a problemática ecológica nas mais variadas realidades, em países desenvolvidos e em países subdesenvolvidos; em áreas de florestas e em áreas desérticas, entre outras.

Andrade (1992), afirma que, os geógrafos passaram também a preocupar-se seriamente com o problema do meio ambiente. Observando-se que, na área de Geografia Física, muitos evoluíram de trabalhos específicos sobre morfologia, clima, hidrologia etc. para realizar pesquisas mais amplas a respeito do meio ambiente, ou, continuando os trabalhos em suas áreas específicas, passaram a aplicar os conhecimentos especializados, levando em conta o impacto dos elementos naturais quando influenciados pela sociedade sobre o meio ambiente.

No Brasil, também foram inúmeros os pesquisadores que se associaram à corrente ecológica, além de Aziz Ab'Saber, abordado anteriormente, tem-se Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, especialista em climatologia, realizou trabalhos

ênfatizando sua preocupação com a poluição do ar e suas consequências para o clima e para a agricultura.

Ao tratar dos finais dos anos de 1960 e períodos posteriores, remetemos ao professor Edward Soja nascido na Califórnia, na década de 1950, hoje leciona na área de Desenvolvimento Regional e Internacional (RID) atuando e também ministrando cursos na área de política e economia urbana e teoria de planejamento, ocupando cadeira no Departamento de Planejamento Urbano da Universidade da Califórnia, Los Angeles (EUA). O geógrafo americano se coloca como um crítico, daqueles que proclamam a morte da Modernidade. O termo modernidade na obra de Soja é tratado como um tempo que traz em seu conteúdo o princípio que desde aproximadamente 1880 até a deflagração da I Guerra Mundial houve sérias mudanças (KERN, 1983 *in* Soja, 1993, p. 35). Deu à história da evolução técnica e científica, um caráter estritamente capitalista quando fundamenta as estruturas sociais às condições de reprodução do modelo de produção do capital (modernização).

Para Soja (1993), a modernização é um processo contínuo de reestruturação societária, periodicamente acelerado para produzir uma recomposição significativa do espaço-tempo-ser em suas formas que decorre, primordialmente, da dinâmica histórica e geográfica dos modos de produção. Soja na obra *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* indica que o aparecimento das primeiras vozes da Geografia Pós-Moderna ocorreu no final da década de sessenta, portanto, o autor enxerga este período do pós-modernismo como um período de transformações culturais.

Pela leitura da obra de Edward Soja fica clara a ideia de que a sua preocupação é com o pensamento social crítico, de base marxista, e como este deve absorver a temática espacial em seu conteúdo, não sendo demonstrada a evolução de uma Geografia Pós-Moderna. Ele chama a atenção para as transformações que o objeto da Geografia, o espaço, tem sido submetido nos diversos aspectos que tangem o período contemporâneo. Ao que se acrescentam os avanços nas questões socioambientais decorrentes do sistema econômico vigente.

TERRITÓRIO E LUGAR NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

Ao construir uma reflexão sobre os conceitos-formas território e lugar, muitos foram os caminhos percorridos por diversos pensadores desde a sua gênese até se chegar às atuais perspectivas do que se denomina de “temas da Geografia contemporânea”.

Para a construção deste capítulo, optou-se por investigar obras de autores geógrafos e não geógrafos, bem como seus artigos a fim de entender como é percebido e como evoluíram os conceitos de território e lugar no pensamento geográfico.

2.1 O conceito de território e sua gênese

Ao pensar nos aspectos sociais que tangem o estudo das sociedades, remetemos ao conceito de território e suas implicações com relação aos agentes sociais políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço.

O termo território vem do latim, *territorium*, que, por sua vez, deriva de *terra* e significa pedaço de terra apropriado. Na língua francesa, *territorium* deu origem às palavras *terroir* e *territoire*, este último representando o prolongamento do corpo do príncipe, aquilo sobre o qual o príncipe reina, incluindo a terra e seus habitantes. Sabe-se que as noções de espaço e de território são distintas. Segundo Raffestin (1993), o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto que o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou de diversos atores sobre determinada parcela do espaço geográfico.

O território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, segundo Raffestin (1993), também, um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço. É construída historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas como a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Entende-se que o território seja objeto de análise a partir de diferentes perspectivas – geográfica, antropológica, cultural, sociológica, econômica, jurídico-política, entre outros que o percebem, cada qual, segundo suas objetivações específicas (Corrêa, 2001).

Em sua origem, a noção de território foi vinculada estritamente à de território nacional, não apenas pela Geografia, mas também pelas Ciências Políticas, como a do Direito. A abordagem clássica da Geografia política, inaugurada com a obra de Friedrich Ratzel, em finais do século XIX, esteve centrada no Estado-nação como unidade exclusiva de poder e única realidade representativa do Estado como unidade política. O território, visto como fonte básica do Poder do Estado passou a ser entendido como produto do meio físico. Segundo Becker (1983), o território emerge como uma noção fundamental: expressão concreta das unidades políticas no espaço, o território define a existência física da entidade jurídica, administrativa e política que é o Estado. É o espaço próprio a um Estado, área onde exerce sua soberania, e implica uma noção de limite, pois que o seu desenho é consequência da relação de poder entre Estados.

Historicamente, a configuração de espaços nacionais ocorreu geralmente a partir do domínio e supremacia de um grupo local/regional sobre outros, bem como da subordinação de sistemas locais de poder, até então autônomos e independentes, por macrounidades político-territoriais em torno dos Estados nacionais. Deste modo, o território nacional apresenta, simultaneamente, unidade e diversidade de territorialidades.

No entanto, o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos econômicos e sociais vem se fortalecendo nas ciências sociais principalmente entre sociólogos, antropólogos e economistas. Esse interesse percebe-se através das tentativas de diversos estudiosos em explicar o desenvolvimento (social e econômico) ascendente de algumas regiões rurais e o declínio de outras através da compreensão da sua configuração espacial. É perceptível que a variável espacial passou a obter grande destaque e ser apontada por alguns estudiosos como de fundamental relevância para se compreender o dinamismo de determinadas regiões e suas relações com o

desempenho dos atores e das instituições. Esse dinamismo é explicado com base na ideia de que a maior proximidade dos atores que atuam em determinado espaço geraria ações coletivas e cooperadas (troca de experiências, redes de colaboração) que ampliariam as relações sociais e, como conseqüências, favoreceriam de oportunidades inovadoras de desenvolvimento em distintas áreas territoriais de países, como, por exemplo, segundo SCHNEIDER e PEYRÉ lembrando do enfoque territorial que tem ensejado propostas concretas de intervenção estatal, como:

[...] o programa LEADER na União Européia, do programa de empoderamento comunitário nos Estados Unidos, das mesas de conservação e dos sistemas locais de produção agrícola no Peru, da produção agroecológica de frutas no Chile e, no Brasil, do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (SCHNEIDER e PEYRÉ, 2004, p. 2).

Os autores citam estes exemplos com clara preocupação instrumental e normativa, pois o território (a unidade de referência deste enfoque) passa a ser entendido como uma unidade de observação, atuação e gestão do planejamento estatal.

Em contrapartida, a ciência geográfica que reivindica um caráter analítico e conceitual ao território, também vem discutindo intensamente esse novo uso do território. Na perspectiva disciplinar da Geografia, contudo, o território assume uma conotação menos instrumental e se liga, inequivocamente, à discussão da projeção espacial do poder.

A obra *Por uma geografia do poder* de autoria do geógrafo francês Claude Raffestin (1993), publicada em 1980, vem contribuindo de forma expressiva na Geografia brasileira. Raffestin (1993), utilizando referencialmente Michel Foucault, entende o poder como multidimensional, ao entender que a atuação do Estado encontra-se com outras dimensões do poder, incluindo as práticas e relações cotidianas da sociedade. De forma explícita, a análise do autor encontra-se com a perspectiva ratzeliana. Segundo Raffestin (1993), uma evidência clara dessa exacerbação do poder estatal, em Friedrich Ratzel, está na caracterização dos conflitos que seriam tão-somente aqueles entre Estados – guerra entre Estados –, enquanto, outras formas de conflitos não seriam consideradas relevantes. Como alternativa analítica a esse território estatal, Raffestin (1993), defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais.

Em decorrência deste pensamento, assume proeminência a Geografia do poder ou dos poderes, dando um melhor significado para a Geografia política. Destacando-se uma diferenciação conceitual importante: enquanto a Geografia política assumiria a análise da multiplicidade de poderes e, portanto, dos múltiplos atores, a geopolítica abordaria o poder de um Estado ou da relação entre dois ou mais Estados, esta sim uma geografia do Estado.

Em relação ao poder, Raffestin (1993, p.53), explicitamente calcado no pensamento de Michel Foucault, coloca que [...] o poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; declarando que as relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais, etc.). Para o autor as relações “são imanentes” a outros tipos de relações e que “onde há poder há resistência”. Portanto, no entendimento do autor, as relações “jamais estão em posição de exterioridade” com o poder.

Na perspectiva de Raffestin, o território entende-se como a manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais, relações estas determinadas, em diferentes graus, pela presença de energia – ações e estruturas concretas – e de informação – ações e estruturas simbólicas. Essa compreensão permite pensar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, de símbolos e/ou de significados que pode fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização).

As questões territoriais sempre levaram os intelectuais da Geografia a um amplo debate sobre o significado de território. A pluralidade teórico-metodológica tem produzido uma diversidade de concepções a respeito desse assunto.

Ainda em Raffestin (1993), na sua obra *Por uma Geografia do Poder*, o caráter político do território, bem como a sua compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, é entendido como substrato, um palco, preexistente ao território. Nas palavras do autor: “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, [...] Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço”. (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Este entendimento contraria os princípios lógicos do entendimento de território que em geografia é concebido.

Dentro da concepção enfatizada pelo autor, o território é tratado, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território

nacional, espaço físico onde se localiza uma nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço medido e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Segundo o mesmo autor, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

[...] um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Na análise de Raffestin (1993), a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Assim, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território.

Poder e território, apesar da autonomia de cada um, vão ser enfocados conjuntamente para a consolidação do conceito de território. Assim, o poder é relacional, pois está intrínseco em todas as relações sociais, segundo o entendimento que se produz a partir de Santos e Silveira (2011). Por território entende-se, geralmente, a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidades como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence; esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado.

Ainda em Santos e Silveira (2011), num sentido mais restrito, [...] o território é um *nome político* para o espaço de um *país*. Em outras palavras, existência de um país supõe um território (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 19). O território é visto como unidade e diversidade, ou seja, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual.

Na obra “*O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*”, Milton Santos e Maria Laura Silveira vêm dialogar sobre o uso do território podendo ser definido pela implantação de infraestrutura também denominada sistemas de engenharia e pelo dinamismo da economia e da sociedade. Apontam [...] os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços,

o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira [...] configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 21). Nesta obra os autores levam em consideração tanto as técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, etc.) como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e dos insumos técnico científico destinado a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. Nesta obra, Milton Santos e Maria Laura Silveira vêm mostrar um pouco do retrato das novas quantidades e das qualidades do território, vistas de maneira dinâmica.

2.2 Perspectivas cronológicas sobre o termo território

A discussão do conceito de território, no cenário brasileiro, tem seu retorno marcado pelo trabalho de pesquisa da geógrafa Bertha K. Becker, sobretudo, no artigo *“O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo”*, publicado no ano de 1983. Neste texto, a autora traz à tona, também, a crítica ao conceito de território com vinculação exclusiva no poder do Estado-nação, como única realidade representativa dos aspectos políticos, utilizando-se, explicitamente, da obra de Raffestin (1993). Nesse sentido, Becker declara: face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais (1983, p. 7). Esses poderes em escalas inferiores (intra-estatais) têm colocado, segundo Becker (1983, p. 9), a região na escala local [lugar] [...] como escala espacial ótima tanto para a organização de movimentos reivindicatórios – regionalismos – como para a política espacial do Estado considerando-se região como base para o poder territorial.

Portanto, o debate sobre o território, no Brasil, aponta para o embate entre o lugar – dimensão local – e o global – dimensões regional e mundial. E este embate se dá de forma contraditória: ora o território local favorece as pessoas que vivem nele, seu cotidiano, ora o território se sujeita aos ordenamentos que vêm de fora. É evidente que essas situações não ocorrem de maneira absoluta, ou seja, cada local não é totalmente autônomo ou, no outro extremo, totalmente heterônomo (regulado

pelo outro), o que ocorre são situações híbridas e assimétricas. Essa perspectiva é essencial, na conceituação do território, para a compreensão da realidade social.

Frente as complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação em nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, há uma retomada ao uso do termo território que tem em Rogério Haesbaert, geógrafo, professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, onde dirige o Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização, na obra publicada em 2004, “*O mito da desterritorialização*”, trata da amplitude do conceito de território e diz que: Apesar de ser um conceito central para a Geografia, território e territorialidade, por dizer respeito à espacialidade humana, tem certa tradição em outras áreas [...] (HAESBAERT, 2004, p. 37) e expõe que enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder, A Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção. A Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas entre as outras muitas ciências.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (Lefebvre, 1986, p. 411-412).

É importante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica.

Podendo-se, então, afirmar que o território, está inserido em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço. Segundo Haesbaert, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’ (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). Segundo Lefebvre, dominação e apropriação deveriam caminhar juntas, ou melhor, esta última deveria prevalecer sobre a primeira, mas a dinâmica de acumulação capitalista fez com que a primeira sobrepujasse quase completamente a segunda, sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços. Estes dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria.

Embora Lefebvre se refira sempre a espaço, e não a território, é fácil perceber que não se trata de um espaço no sentido genérico, muito menos de um espaço natural. Trata-se, isto sim, de um espaço-processo, um espaço socialmente construído, um pouco como na distinção entre espaço e território feita por autores como Raffestin (1993). De certa maneira podemos afirmar que o espaço trabalhado por Lefebvre é “um espaço feito território” através dos processos por ele denominados de apropriação (que começa pela apropriação da própria natureza) e dominação (mais característica da sociedade moderna, capitalista).

Percebe-se como é ampla a discussão do tema território e a Geografia encontra-se inserida em todas as discussões de âmbito político, cultural e econômica. Podemos dizer que o mundo denominado “moderno” é recoberto por inúmeros territórios, justapostos, parcial ou totalmente recobertos entre si, contínuos ou descontínuos, permanentes ou temporários. Esta pluralidade de territórios aponta para a sua força como componente essencial para a vida social.

Outro aspecto da reafirmação do uso do território é o fenômeno que Milton Santos (1996) chamou de “guerra dos lugares”, que utilizou para falar das especialidades dos municípios ao vender seu território como mercadoria às grandes empresas multinacionais. Haesbaert fala da evidência do território neste período ao contrário do seu desaparecimento:

[...] os municípios para oferecer as condições mais vantajosas em termos de subsídios, infra-estrutura, mão-de-obra e imagem, mostram que o espaço – e o território – em vez de diminuir sua importância, muitas vezes amplia seu papel estratégico, justamente por concentrar ainda mais, em pontos restritos, as vantagens buscadas pelas grandes empresas e pela intensificação da diferenciação de vantagens oferecidas em cada sítio (HAESBAERT, 2004, p. 187).

Nessa perspectiva, o processo que se convencionou chamar de globalização, ao contrário de resultar na eliminação do território como consequência da fragmentação e fragilização do trabalho, condicionou a produção de um novo complexo geopolítico de território, ao que Haesbaert (2004), denomina de multiterritorialidade e onde as territorialidades, regidas pelo princípio da exclusividade que predominaram no mundo moderno, estariam cedendo lugar ao mundo das multiterritorialidades, respondendo diferentemente aos interesses de cada momento e lugar, de uma determinada sociedade. O autor define esse conceito como sendo: [...] a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna” da reterritorialização – consequência do capitalismo pós-fordista da acumulação flexível, das relações sociais construídas através dos territórios-rede – sobrepostos e descontínuos (HAESBAERT, 2004, p. 338).

A formação de territórios descontínuos passa a ter então, classificações em escalas diferentes, que são apontadas pelo autor como:

- a) *territorializações mais fechadas*, caracterizadas pela uniterritorialidade, onde pouco ou nada se admite de diversidade de poderes e identidade;
- b) *territorializações tradicionais*, marcadas pela homogeneidade interna através de uma identidade nacional;
- c) *territorializações mais flexíveis*, que permitem a multifuncionalidade territorial como o caso das grandes metrópoles, onde se observam diversos territórios num mesmo espaço;
- d) *territorializações efetivamente múltiplas*, resultantes da combinação particular de controles, concretizadas pelos territórios individuais ou de grupos.

Essa multiplicidade de territórios se concretiza por meio da concepção de uma sociedade de redes que permite interligar as várias formas da reprodução das relações sociais. Desse modo, o território se produz pela interação dos territórios-rede, onde se cruzam as diversas manifestações territoriais.

A existência da multiterritorialidade, que se dá a partir de uma sociedade reproduzida por meio das redes, é estabelecida ainda, pelo que Haesbaert (2004) vai chamar de “globalização”, que nada mais é do que um processo dialético entre o global e local, ou seja, as situações locais não podem mais ser reconhecidas nem como locais e nem como globais, mas pela combinação dos dois processos.

Santos (1996), também aponta a dualidade do local e global na influência do território no momento atual. Contudo, para ele, as redes expressam o movimento da

verticalidade, constituindo apenas uma parte do espaço e não do espaço de todos. Para esse autor, o território tem um sentido peculiar e, por isso, é acrescido de novas interpretações; nas suas argumentações o território não é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações.

Ainda em Santos (2012), o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Nesse sentido, é possível pensar que o território enquanto “território usado” comporta uma dialética que se expressa por meio de um espaço local, que é vivido por todos, onde o limite é o ato de produzir e de viver; e o espaço global, que é habitado por um processo racionalizador.

A intensificação do processo de internacionalização do capital, que se convencionou chamar de globalização após década de 1980, trouxe como consequência a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional, que foi viabilizado pelo avanço das novas tecnologias, principalmente no ramo da informação, e pela acentuada desregulamentação financeira do mercado.

Diante disso, muitos geógrafos e cientistas sociais se colocaram na defesa de que esse processo justificaria o fim do território devido ao nascimento de um mundo dominado não mais pelas relações interestatais e sim pela mobilidade e fluidez do capital. Sem dúvida, se cria um espaço dos fluxos, materializado na hegemonia dos grupos transnacionais, porém o capitalismo avançado e as mudanças produtivas [...] não aboliram nem anularam o espaço, mas pelo contrário, lhe deram novo significado, nova dimensão e nova estrutura (CICCOLELLA, 1996, p. 297).

Percebe-se, dessa forma, que o processo ao qual se optou chamar de mundialização, permitiu, no campo da Geografia, o avanço das discussões acerca das categorias, dentre elas, a redefinição do território. Esse conceito, que até então era usado a partir de uma leitura fundamentalmente política, agora passa a ser tratado a partir da complexidade em diversas escalas das relações sociais. Sob esta complexidade no estudo do território, Haesbaert (2004), formulou a ideia trazida por RAFFESTIN (1993), a respeito da multiterritorialidade e, estudando a desterritorialização, segundo o entendimento de Karl Marx, visualiza o modo de produção preexistente para reterritorializar de acordo com a sua própria dinâmica.

Deste modo, Haesbaert estuda as dinâmicas territoriais próximo das ideias desenvolvidas por Becker (1993).

Outro aspecto importante da discussão do território em tempos da mundialização do capital é a nova divisão internacional e espacial do trabalho. Segundo Benko (1996) “[...] as diferentes fases do processo de produção são atribuídas no espaço de modo diferenciado, em função de suas características tecnológicas e do nível de qualificação que requerem” (BENKO, 1996, p. 52). Dessa forma, a internacionalização impõe não só a movimentação do capital, mas reorienta o território do trabalho produtivo nos países periféricos, condicionando-os às suas regras e necessidades.

Em diversas obras atuais vêm sendo discutido o território, sendo este dotado de grande diversidade. Cito como exemplo, a obra *“Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira”*, organizado por Ribeiro; Oliveira (2011), contendo 10 artigos oriundos de pesquisas no período de 1990 a 2011 com o objetivo de resgatar um dos conceitos-chaves da ciência geográfica: o território bem como suas articulações com a prostituição e suas manifestações no urbano. Nesta obra são utilizadas referências estrangeiras concernentes ao território como Sack e Raffestin, entre outros. Os territórios da prostituição constituem formas multifacetadas e imbricadas de relações sociais que se apresentam no interior de diversos territórios – justapostos e superpostos – constitutivos da sociedade em geral. São sempre territórios em tensão com outras territorialidades. Um dos artigos escrito por Costa (2011), discute o Espaço urbano, cotidiano e microterritorializações de sujeitos orientados sexualmente para o mesmo sexo. Ao descrever as microterritorializações relata que tais [...] apresentam aspectos complexos quanto ao hibridismo de suas formas e dos jogos de segregações que se produzem [...] (COSTA, 2011, p. 147-148). As microterritorializações urbanas se produzem em virtude das zonas de intermediação cultural e no sentido de como se estabelecem as negociações sobre as participações dos diferentes sujeitos nas formas culturais que se erguem no espaço urbano.

A obra *“Geografia e Território: Interpretações do espaço brasileiro”*, escrita no ano de 2010, contém artigos com síntese de resultados de dissertações e teses defendidas em 2009 pelo programa de Pós-Graduação da UNESP/RC – o uso do território. Um dos artigos pretende avaliar os processos recentes de modernização do sudoeste amazônico (estados de Rondônia e Acre) que em sua face geográfica

mais direta, foram reconhecidos como um processo de “atualização do território” com instalações de novas infra-estruturas com vistas a tornar o território apto e competitivo para um trabalho “moderno”, sobretudo aquele trabalho que interessa a agentes e lugares diferentes.

Outro artigo da mesma obra (op.cit) defende o sistema financeiro e política de organização do meio geográfico: o território como recurso. São citados geógrafos como David Harvey (1982; 1992), Jean Labasse (1974), Olivier Dolffus (1993), Pierre Monbeig (1957) e Milton Santos (1996; 2001), identificando que tais autores já se ocuparam com o tema. Investigaram e se propuseram a compreender a dinâmica do sistema financeiro, abordando vários de seus aspectos, tanto aqueles relacionados à concentração territorial, quanto aqueles que se referem à difusão das redes técnicas bancárias.

Em muitos trabalhos encontramos o que Santos (2012), denomina como “os novos recortes do território”, ou seja, as verticalidades e horizontalidades. Para Santos (2012, p. 139), é a partir da fluidez que hoje rege as relações econômicas, entre outras. É a partir dessa realidade que [...] encontramos no território, hoje, novos recortes, um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território [...]. As horizontalidades são os domínios da contiguidade, ou seja, formado de lugares contíguos, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes, ligados por todas as formas e processos sociais, de lugares em rede.

Através das leituras de teses em Geografia, bem como já descrito por Santos (2012), é perceptível que a interdependência universal dos lugares seja a nova realidade do território. É possível reconhecer que as pesquisas mais recentes têm dado atenção a uma citação de Milton Santos ocorrida na Comunicação apresentada no Seminário Internacional *Território: Globalização e Fragmentação* em 1993 e publicado na obra *Da Totalidade ao Lugar* (2012), alertando que: É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. (SANTOS, 2012, p. 137). Assim sendo dirige-se o foco de estudo sobre o lugar, origem do conceito e tecer reflexões a seu respeito e abordagem nos estudos em geografia.

2.3 As origens do conceito de lugar

O conceito de lugar tem sido alvo de diversas interpretações. Ao longo do tempo, variados campos do conhecimento abordaram este termo de diversas formas recebendo distintas definições. Uma das mais antigas definições de lugar foi apresentada por Aristóteles na sua obra intitulada *Física*. Para ele o lugar seria o limite que circunda o corpo. Alguns séculos adiante, Descartes em sua obra *Princípios Filosóficos (1649 ?)* procura aprimorar o conceito introduzido por Aristóteles afirmando que além de delimitar o corpo, o lugar deveria ser também definido em relação a posição de outros corpos (RIBEIRO, 1993), pois é através do corpo e dos sentidos que os seres vivos se apropriam de parcelas do espaço terrestre e elegem o seu habitat. O lugar é a porção do espaço apropriado à vida — apropriado através do corpo e dos sentidos dos seres vivos.

Contudo deve-se destacar o pensamento de Vidal de La Blache, um dos clássicos da ciência Geográfica, quando se pretende analisar lugar em geografia. Vidal de La Blache, em 1913, propôs que “A geografia é o estudo dos lugares”. Assim, estaria colocado o propósito basilar da Geografia, que seria justamente satisfazer esse interesse pelo caráter individual das áreas. Mais tarde, Pierre Birot, (1950), em seu estudo de Geografia regional sobre Portugal, afirma que a geografia regional é uma arte que se emprega em evocar verdadeiras individualidades (GOMES, 2007, p. 318). Para La Blache, a França seria formada por um mosaico de identidades regionais, que em conjunto formariam o Estado francês. A propósito, esta individualidade regional é inspirada em Ritter, através da obra clássica “Geografia Comparada” escrita em 1807 e aplicada a uma abordagem do Estado francês, afasta a perspectiva vidaliana da corologia.

A investigação do termo lugar iniciou na década de 1920, mas só se tornou mais dinâmica na década de 1960. Devido a esta trajetória, faz-se necessário refletir sobre o modo como este aporte teórico conceitual vem sendo assimilado pelos geógrafos. Ao se abordar a Fenomenologia na Geografia deve-se reportar à obra de Carl Sauer: *A Morfologia da Paisagem (1925)*, traduzida por pesquisadores brasileiros e publicado na obra *Paisagem, tempo e cultura (1998)*, organizada por Roberto Lobato Corrêa e Zeni Rosendahl. Neste artigo, define a paisagem geográfica como o resultado da ação da cultura, bem como dedica às questões

teóricas mais palpitantes para a Geografia naquele momento. O autor inicia procurando delimitar o "campo da Geografia", e começa a fazê-lo apoiado na "visão fenomenológica da ciência".

No pensamento de Hartshorne (1978), a região se constitui em um conceito primordial da Geografia de diferenciação de áreas retomada de Hettner. Para Gomes (2007), diferentemente de La Blache, que isola a região, Hettner parte do singular para o geral, para em seguida voltar ao singular. Neste sentido, cada porção do espaço é fruto de uma combinação única e a conexão dinâmica entre essas áreas constitui-se na articulação do mundo. Ao completar o seu raciocínio, Hartshorne (1978), afirma que o conceito de lugar estaria também relacionado à síntese singular das localizações.

Em Holzer (2003), o lugar como conceito espacial foi utilizado durante longo tempo pelos geógrafos expressando o sentido locacional de um determinado sítio, como, por exemplo, o sítio urbano (lugar físico, a topografia, sobre a qual se assenta a cidade). Devido a esta definição foi relegado a um plano secundário em relação a outros conceitos espaciais como paisagem, espaço, e território. Hoje, no entanto, "lugar" é conceito fundamental nos estudos Geográficos.

Para Holzer (2003), outro autor que não pode ser esquecido é Eric Dardel. Este pensador produziu uma obra em que a Fenomenologia Existencialista é o suporte teórico. Ele não aceitava que a geografia fosse vista como uma disciplina científica nos moldes positivistas. (HOLZER, 2003, p. 114). Para ele a Geografia se refere à inserção do homem-no-mundo, de modo que não pode lidar apenas com aspectos objetivos ligados a um espaço geometrizado.

Pressupõe um campo de estudos próprio que se refere à existência humana na Terra, a partir de um objeto fenomenologicamente determinado: o "espaço geográfico", que tem como elemento essencial a "geograficidade", definida como uma "geografia vivida em ato" a partir da exploração do mundo e das ligações de cada homem com sua terra natal.

Em Geografia, particularmente, a expressão *lugar* constitui-se em um dos seus conceitos-chaves, no entanto, segundo Relph (2012), a ênfase dada ao lugar é algo muito recente e relata que a ciência geográfica foi concebida desde suas origens como o estudo de lugares e regiões e, embora nunca tenha ficado claro o que isso significava, era mais subentendida do que evidenciada. Hartshorne argumenta que o sentimento de pertencimento, de identificação com determinada

porção do espaço, já fazia parte das relações sociais dos seres vivos antes mesmos dos geógrafos tratarem do tema.

Esse interesse pelo caráter individual das áreas, grandes ou pequenas, encontra sua expressão mais clara no fato universal de que, muito antes do advento dos geógrafos profissionais, os lugares conhecidos pelo homem receberam denominações próprias, para fins de reconhecimento de sua individualidade [...] (HARTSHORNE, 1978, p. 123).

Assim, se por um lado a Geografia Humanista levou a questão das identidades às últimas consequências, trazendo o conceito de lugar para o centro do debate na Geografia, por outro lado, as raízes desta questão e da própria influência do humanismo, podem ser observadas em momentos precedentes na Geografia. Para Holzer (1996), o aporte filosófico da Geografia Humanista foi constituído também, a partir da apropriação de alguns conceitos oriundos especialmente da Fenomenologia e do Existencialismo. “Mundo vivido” e “ser-no-mundo”, são identificados na Geografia com o conceito de lugar. Houve algumas breves discussões sobre sentido de lugar ou como descritas por Relph (2012, p. 17) “espírito de lugar” por arquitetos, filósofos, críticos literários, poetas e outros, mas não havia livros em inglês, francês ou em alemão dedicados diretamente ao termo lugar. O conceito de lugar não atraía a atenção dos pesquisadores.

2.4 Transformações e perspectivas do conceito de lugar

Lugar, um importante conceito torna-se desde 1990, um tema importante e muitas vezes contestado, não apenas em Geografia, mas em outras ciências. Segundo Edward Relph (2012, p. 19). Levou cerca de trezentos anos para que os geógrafos ultrapassassem essa mudança epistemológica e percebessem que sua disciplina pode ser compreendida em termos de espaço e de relações espaciais. Para o autor, havia a definição deste conceito como estudo dos lugares, mas com pouca discussão sobre o que isso poderia significar.

Relph (2012), expõe os prováveis motivos que permitiram o atraso de três séculos sobre a discussão de lugar:

O atraso ocorreu provavelmente porque a geografia sempre foi uma disciplina dedicada à descrição e ao mapeamento da diversidade de lugares da Terra; como foram explorados e colonizados, primeiro pelos gregos e romanos, e muito mais tarde pelos espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e alemães. Prosperou nesse sentido enquanto ainda havia partes do mundo para os europeus colonizarem (RELPH, 2012, p. 19).

O autor aponta fatos ocorridos em meados do século XX que contribuíram para o retrocesso e possíveis razões para o recente interesse pelo lugar: colônias entram em colapso e não sobram regiões para descobrir e descrever. Outras ciências sociais tentavam se tornar mais científicas, desenvolvendo leis com base quantitativa para explicar os processos sociais. Para Relph (2012), esse foi um momento oportuno para propor uma redefinição da Geografia como ciência espacial. No entanto, segundo o autor, o Positivismo⁴ significava para os filósofos fenomenologistas (Merleau-Ponty e Heidegger, entre outros) uma ciência empírica, deixando de fora os sentimentos, emoções, experiências e tudo que era humano, princípios esses fundamentais para os que interpretavam o lugar a partir das perspectivas humanista e fenomenológica. Para Relph (2012, p. 19), tais pensamentos deixam de fora a história, a estética, a poesia e a maioria das conexões que as pessoas têm com regiões, cidades e ambientes naturais. Uma vez que lugar para os geógrafos humanistas é o fenômeno da experiência, explicado através de uma rigorosa abordagem fenomenológica desenvolvida por filósofos. Trabalhos desenvolvidos por importantes geógrafos como Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer são fundamentados na Filosofia Fenomenológica, que Relph (2012), entende como pertencente à Geografia Humanista. Igualmente nesta linha de raciocínio destacam-se os trabalhos de Livia de Oliveira (1972), entre outros produzidos até o presente, enfatizando a percepção como metodologia para os estudos de análise ambiental e de vivência dos indivíduos com o seu espaço de vida, o lugar.

⁴ Adotado por Augusto Comte em sua filosofia e, graças a ele, passou a designar uma grande corrente filosófica que, na segunda metade do séc. XIX conheceu inúmeras manifestações em todos os países do mundo ocidental. A característica do Positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Possui teses fundamentais como: A ciência é o único conhecimento possível, e o método da ciência é o único válido: portanto, o recurso a causas ou princípios não acessíveis ao método da ciência não dá origem a conhecimentos; a metafísica, que recorre a tal método, não tem nenhum valor.

O método da ciência é puramente descritivo, no sentido de descrever os fatos e mostrar as relações constantes entre os fatos expressos pelas leis, que permitem a previsão dos próprios fatos (Comte); ou no sentido de mostrar a gênese evolutiva dos fatos mais complexos a partir dos mais simples (Spencer). (ABBAGNANO, 2012, p. 790-791).

A corrente da Geografia Humanista irá identificar o lugar como base da própria existência humana através de uma experiência profunda e imediata do mundo ocupado com significados e buscando uma aproximação com a Fenomenologia e o Existencialismo ou abordando o espaço através do modo como ele é vivenciado pelos seres humanos ao propor uma Geografia que dê relevância às questões referentes às pessoas em vários contextos. Por sua vez, a visão da chamada Geografia Radical, de base marxista, irá propor o termo lugar de acordo com a perspectiva regional sobre o global, uma construção social sobre o pano de fundo da relação entre espaço-tempo e ambiente. Um local criado para atender a determinadas funções (SANTOS, 1991), a partir do qual se estabelece a revisão e interpretação do mundo.

No campo da Geografia Humanística, este conceito surgiu no âmbito da sua consolidação, início da década de 1970. Para Holzer (2003), na primeira metade da década de 1970, destacando os nomes de Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer como os que mais contribuíram na busca por uma identidade própria para a Geografia Humanista, sendo eles os pioneiros na utilização dos conceitos de lugar e de mundo vivido, ambos associados a uma base teórico-fenomenológica-existencialista, aporte que mais tarde permitiria a identificação de seus trabalhos como humanistas sendo seus grandes Edward Relph, Yi-Fu Tuan e Anne Buttimer. O termo lugar teria sido recuperado da Geografia Clássica, pela Geografia Humanista e passando a condição de conceito-chave associado à Fenomenologia e ao existencialismo. Esta associação do conceito de lugar à Fenomenologia teria sido estabelecida inicialmente por Relph (1979), ao afirmar que o lugar deveria ser analisado a partir das experiências diretas do mundo e da consciência do ambiente vivido. Para o autor, o lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação das identidades dos indivíduos e dos membros de uma comunidade, associando-se ao conceito de lar. Deste modo partindo do lugar é que se articulam as experiências e as vivências do espaço.

No Brasil destacam-se trabalhos como o de João Baptista Ferreira de Mello, atualmente professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no sentido da compreensão das percepções no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro (a partir das músicas do repertório popular) e de *Werther* Holzer, professor da Universidade Federal Fluminense que se apresenta mais direcionado as reflexões teórico-metodológicas desta perspectiva de estudo.

Para os seguidores da corrente humanística, o *lugar* é principalmente um produto da experiência humana: lugar significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança (Relph, 1979, p. 45). Segundo o autor, os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas. Segundo Tuan (1983, p. 68), o lugar é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos. Afirma ainda que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto, seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento. No entanto, seria possível a um indivíduo apaixonar-se à primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa (Tuan, 1983). Em contraste, uma pessoa pode ter vivido durante toda a sua vida em determinado local e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento.

Outra caracterização das relações Homem-meio foi realizada por Mello (1990), baseada principalmente na obra de Tuan: *Espaço e Lugar* de 1983. Assim, ele identifica três principais categorias; o *lugar*, conforme já discutido, é recortado afetivamente, e emerge da experiência sendo assim um mundo ordenado e com significado (Tuan, 1983, p. 65). O lugar é fechado, íntimo e humanizado (Tuan, 1983, p. 61); já o *espaço* seria qualquer porção da superfície terrestre, ampla, desconhecida, temida ou rejeitada e provocaria a sensação de medo, sendo totalmente desprovido de valores e de qualquer ligação afetiva. Neste contexto, o lugar está contido no espaço. No entanto, as experiências nos locais de habitação, trabalho, divertimento, estudo e dos fluxos transformariam os espaços em lugares. O último conceito seria o de "*deslugar*", um neologismo criado pelo autor Relph, para designar as formas padronizadas, repetidas e com uniformidade de sequência, como os conjuntos habitacionais e algumas lanchonetes *fast food* distribuídas ao longo das estradas. Por outro lado, este conceito tem sido alvo de muitas discussões no âmbito da Geografia Humanista, ao se questionar as pessoas que os vivenciam, seria este termo considerado monótono e artificial?

Retomando, Relph (1979), deve-se destacar a discussão a respeito de atitudes autênticas e inautênticas em relação ao lugar que ele também introduziu

nas reflexões a cerca deste tema. As atitudes autênticas seriam aquelas em que o indivíduo teria plena consciência do teor ideológico embutido naquelas formas. Por outro lado, uma atitude inautêntica caracterizaria uma visão alienada do lugar e a relação Homem-mundo vivido não seria plena. Exemplos dessa experiência seriam as relações mantidas entre os indivíduos e as formas universalizadas dos *shopping-centers* e das lanchonetes *McDonald's* (conhecidas no mundo inteiro), assim como os locais *Disneylândia* (que simula uma perpetuação da infância) ou do complexo turístico de *Cancun*, cujas mercadorias nada têm a ver com a cultura local. Por outro lado, nem sempre o motivo que leva alguém a residir em tais lugares é dependente da sua vontade. As condições materiais, na maioria das vezes, são os principais determinantes.

Em Santos (1991), a globalização da produção propicia a afirmação e diferenciação dos lugares em escala mundial. A tendência das firmas transnacionais a se fixarem mundialmente, exemplifica o autor, faz surgir uma busca constante por lugares mais rentáveis. Ou seja, a mundialização dos lugares os torna cada vez mais específicos e singulares através da especialização dos elementos do espaço, da dissolução dos processos de acumulação de capital, do aumento das ações que distinguem e interligam os lugares. Nas palavras de Santos, “quanto mais os lugares se mundializam mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos (SANTOS, 1991, p. 47). O autor ressalta ainda que, assim como o lugar deve ser compreendido levando-se em conta a totalidade do processo, a realidade global também precisa ser entendida através das diferenças regionais. Elementos como *shopping-centers*, auto-estradas ou aeroportos terão diferentes impactos em áreas distintas do planeta produzindo resultados distintos e particulares. Embora aparentemente similares, cada objeto está relacionado a contextos mais amplos, constituindo-se em um produto histórico singular.

Em nível local, cada lugar vai reagir de uma maneira própria, a partir de condições pré-existentes. Podendo-se dizer, também, neste sentido, que o lugar com suas características locais e globais é reflexo da compressão espaço/tempo – se de um lado as redes de fluxos diminuem as distâncias espaciais, por outro, a velocidade em que se processam tais fluxos tende a quase extinguir a dimensão tempo. Para Harvey (1992, p. 190), o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a aniquilação última do espaço através

do tempo. Essa aniquilação, no entanto, é contraditória na medida em que o espaço só pode ser conquistado por meio da produção do espaço (HARVEY, 1992, p. 234).

Isso porque o espaço tanto é o palco onde se desenvolvem as relações sociais, como também é o local de assentamento dos meios de vida, transportes e comunicação.

Assim, torna-se necessária não apenas “a produção de um espaço específico, fixo e imóvel para promover a ‘aniquilação do espaço por intermédio do tempo’, como também investimento de longo prazo, de retorno lento (fábricas automatizadas, robôs, etc.), para acelerar o tempo de giro da massa de capitais” (HARVEY, 1992, p. 234). Essa dinâmica, expressa pelo autor, ganha expressividade no espaço através dos processos de “destruição criativa”. Tais processos, aliados aos constantes efeitos das redes de fluxos e logo da compressão espaço-tempo, trazem para o lugar um efeito que o define enquanto expressão da singularidade: a sua constante reestruturação como uma resultante das constantes transformações históricas.

Milton Santos, na Conferência Inaugural do Encontro Internacional *Lugar, Formação Socioespacial*, evento este promovido pela USP em 1994, explicava que cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem os lugares essas realizações não aconteceriam, ou seja, O lugar se define como funcionalização do mundo e é por ele (o lugar) que o mundo é percebido empiricamente. Mais tarde, em 1997, na obra *Na natureza do espaço* argumenta que nas atuais condições de globalização, os lugares podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo. Cada lugar é, à sua maneira, o mundo, todos os lugares são virtualmente mundiais. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.

Por esses caminhos da reflexão, o lugar ganha importância no mundo contemporâneo, sendo ele um conceito, uma construção social e, assim, deve ser compreendido tanto como uma localização quanto uma configuração de permanências relativas internamente heterogêneas, dialética e dinâmica contida na dinâmica geral de espaço-tempo de processos sócio-ecológicos, ou seja, processos específicos contidos e expressos dentro do processo global. Santos (1998), havia definido lugar como uma porção discreta de espaço total, ou como uma porção da

face da terra identificada por um nome. De lá para cá, muitos tem sido os estudos sobre este conceito.

Procurando tecer reflexões e alcançar o entendimento sobre lugar e sua conceituação na categoria geográfica meio urbano, selecionou-se Carlos (2007), que apresenta na sua obra *O lugar no/do mundo* um novo olhar sobre o caminhar da escala da reprodução do lugar – que se manifesta também no plano do vivido - para aquela da produção de um espaço mundial. Vem salientar que uma sociedade contemporânea mostra-se, tendencialmente, como uma sociedade urbana, ao mesmo tempo objeto real e virtual, pois além de caracterizar uma realidade ela aponta uma tendência. Está posta no horizonte, portanto, a produção da sociedade urbana e a constituição de um espaço mundial que revela novas articulações entre os espaços, bem como entre as escalas. Repensar a relação entre o local e o mundial torna-se, portanto, tarefa fundamental para entender o mundo moderno. Muito vem sendo discutido e produzido sobre a reprodução do lugar – que se manifesta também no plano do vivido - para aquela da produção de um espaço mundial.

Para Carlos (2007), a globalização materializa-se concretamente *no lugar*, aqui se lê, percebe, entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, sob uma perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive e se realiza o cotidiano, sendo aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem, todavia anularem-se as particularidades.

A sociedade urbana que se produz em parte de modo real e concreto e em parte virtual e possível, constitui-se enquanto mundialidade, apresentando tendência à homogeneização ao mesmo tempo em que permite a diferenciação. O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí que se descerra a perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo em que, o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, ou seja, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço.

Para Carlos (2007), o lugar, é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. Ela dá como exemplo a cidade,

no qual, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Contudo, as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido. Tratando-se do espaço pensado, apropriado e vivido, através do corpo (CARLOS, 2007, p. 14).

Desse modo, a autora acrescenta uma dimensão histórica na concepção do lugar no que diz respeito à prática cotidiana, ou seja, às concepções que surgem no plano do vivido e, neste sentido é bastante similar a percepção humanística. Para a pensadora, o lugar significa pensar a história particular de cada lugar, se desenvolvendo, ou melhor, se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora, isto é, que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial.

A produção espacial realiza-se no plano do habitual assume formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado local, em um momento específico e se revela pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Para Carlos (2007), cada sujeito se situa em um espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Deste modo a análise do lugar se desdobra — em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem — no cotidiano com suas situações de conflito e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade urbana a partir do estabelecimento do mundial. O lugar torna-se o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzida a existência social dos seres humanos.

Em 2011, Milton Santos caracterizou o lugar destacando a importância dos “espaços da globalização”, pois para Santos (2011; 2012), o meio técnico-científico-informacional, ou seja, a união entre ciência e técnica, revigoram os novos recursos da informação sob a égide do mercado. Nesse sentido Milton Santos aborda diferentes maneiras de definição de lugar, mas sempre no papel de globalmente ativo e não visto como passivo. Fazendo uso de suas palavras: “Que é hoje, a consciência do lugar?” E sentencia que hoje, certamente mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar. Descreve

lugar dizendo que é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais (SANTOS, 2012, p. 161-163).

Observa-se que o termo lugar, enquanto noção geográfica transforma-se e recebe variadas noções de entendimento e ganha novos enfoques de acordo com a perspectiva da corrente geográfica na qual esta sendo trabalhado este conceito. Portanto, em Geografia, o conceito de lugar assume posições em conformidade com a corrente de pensamento geográfico assumida pelo investigador e o viés paradigmático. Assim, pode estar, ora associado a uma análise marxista, que vê aí a possibilidade de discussão do conceito, pensando em lugares como as distintas versões dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo; ora associado a uma análise fenomenológica e humanista, entendendo o lugar como o lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de cultura. Assim, a partir deste entendimento foi construída a metodologia investigativa.

METODOLOGIA INVESTIGATIVA

No início do prosseguimento da construção metodológica que nortearia a investigação do trabalho realizou-se uma pesquisa preliminar sobre a presença do conceito lugar em teses defendidas no Brasil, considerando-se o período de 2008 e 2009, isto é períodos que não faziam parte da periodicidade determinada na investigação, pois se tratava apenas de uma prévia para entender boa parte dos procedimentos que deveriam ser adotados. Nesta investigação prévia, os termos território e lugar que constavam das palavras-chaves dos trabalhos indicavam os sentimentos e os olhares dos indivíduos e a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço. Apoiando-se nestes registros e no aporte fenomenológico procurou-se manter fiel a valorização das dimensões de ordem cultural sob a ótica do lugar para então desenvolver uma interpretação analítica das categorias tempo-espaço, território, territorialidade, espaço-lugar e percepção.

Entendendo que a construção metodológica é de fundamental importância em trabalhos de pesquisa, pois através desta construção é possível alcançar os objetivos propostos, oferecendo resposta ao problema que suscitou a investigação. No caso desta investigação foi necessário percorrer caminhos metodológicos que possibilitassem apreender com maior fidedignidade o fenômeno estudado; dialogar os entendimentos que se faz em Geografia sobre os conceitos-formas: território e lugar, na contemporaneidade, tomando-se como espaço de tempo da contemporaneidade o período de 2001 até 2011, ou seja, 10 anos de produção bibliográfica realizada em teses produzidas nos cursos de Pós-Graduação em Geografia, nível de doutorado, e em obras de autores que tratam destes termos.

Para a construção metodológica da investigação, optou-se por iniciar com a discussão sobre método e, para tanto, utilizou-se como ponto de partida a concepção de Lakatos (1992, p. 40), afirmando que método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado é o caminho a seguir para chegar à verdade nas ciências. Para Lakatos (1992), a finalidade da

atividade científica é a obtenção da verdade, através da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. Esta concepção de Lakatos, aplicada às ciências exatas proporciona resultados satisfatórios, mas, no caso em questão, ela parece ser limitante porquanto trata-se de uma investigação que avisa o real sentido de determinados termos que assumem a posição de conceitos-chaves em uma ciência, permitindo não meramente a exatidão, mas possibilitando, como é o caso desta pesquisa, abordar na história recente do pensamento geográfico, a presença de questões teórico-metodológicas.

Para melhor esclarecimento a cerca do estudo, foram definidos os pressupostos metodológicos que demarcaram a pesquisa que segundo Alves (2012), o processo investigativo da história do pensamento geográfico pode ser realizado de diversas maneiras para elucidar as questões teóricas e metodológicas do pesquisador, escola ou ramo da Geografia. O autor argumenta que cada método usado nas pesquisas geográficas é dotado de ideologias e posições epistemológicas, onde cada objeto estudado merece um método adequado, como indica o geógrafo (ALVES, 2008).

No desenvolvimento da investigação, considera-se como mais adequado ao estudo proposto o Método Histórico Descritivo que consiste em investigar acontecimentos, processos, a fim de verificar a sua influência na sociedade contemporânea e para melhor compreender o papel que atualmente desempenham na sociedade. Procura-se construir uma estratégia para conseguir estabelecer o processo de continuidade e de entrelaçamento entre os fenômenos.

Lakatos e Marconi (1992), fazem referência à formulação de hipóteses no estudo descritivo, ao afirmar que tal pesquisa pode ser um estudo de verificação de hipóteses, o qual contém hipóteses explícitas a serem verificadas, derivadas da teoria, consistindo-se em caso de associação de variáveis.

Trata-se, portanto, de uma modalidade de pesquisa cujo objetivo principal é descrever, analisar ou verificar as relações entre fatos e fenômenos (variáveis), ou seja, tomar conhecimento do que, com quem, como e qual a intensidade do fenômeno em estudo.

A escolha por este método de pesquisa baseia-se nas seguintes características: observar, registrar, analisar, descrever e correlacionar fatos ou fenômenos procurando descobrir com precisão a frequência com que um fenômeno

ocorre e sua relação com outros fatores. Na pesquisa teve-se como proposição dialogar os entendimentos que se faz em Geografia sobre os conceitos-formas: território e lugar, na contemporaneidade, através da leitura e análise em teses produzidas nos cursos de Pós-Graduação em Geografia e em obras de autores que abordam estes termos no período que vai de 2001 a 2011.

3.1 Procedimentos metodológicos

Quanto aos procedimentos metodológicos, o estudo em pauta caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e descritiva. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Este mesmo autor aponta as vantagens da pesquisa bibliográfica pelo fato de permitir que o investigador tenha a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Quanto à pesquisa descritiva, procura-se analisar a frequência de ocorrência de um fenômeno, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características; buscando descrever as características, propriedades ou relações existentes no fenômeno, investigado. Para Gil (2002), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Destaca-se que a pesquisa tem como procedimentos técnicos a investigação em teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia, Banco de teses da CAPES e do Domínio Público. O material levantado tem como referência temporal os anos iniciais do século XXI até o ano de 2011. Os dados coletados e organizados foram a partir de estudo formal sendo este estatístico e documental e da análise do conteúdo das teses referindo-se a temas, categorias de análise, referências teóricas e bibliográficas encontradas, no qual foram analisados tendo em vista o aprimoramento da pesquisa.

Para Belloni (2000), a análise de documentos vem se constituindo em relevante estratégia metodológica, a partir da contribuição de várias ciências sociais. Nesta perspectiva, a análise dos documentos investigados teve por objetivo contribuir para a explicitação do texto escrito e para a compreensão do seu discurso ideológico. Deste modo, a análise documental contribuiu para a coleta de dados, para a interpretação dos resultados e serviu de apoio aos demais passos da pesquisa bibliográfica e descritiva (Figura 1):



Figura 1 – Esquema metodológico da pesquisa.

Org.: Mariane de Oliveira Fernandes, 2012.

3.2 Instrumentos e procedimentos da coleta de dados para o estudo proposto: os conceitos de Território e Lugar nas Teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001 – 2011.

Para o cumprimento dos objetivos almejados foi necessário o levantamento dos assuntos tratados em teses produzidas por geógrafos no período denominado contemporâneo considerando-se a os primeiros anos do século XXI, ou seja, 2001

2011, porque foi neste período que houve significativo crescimento de Programas de Pós-Graduação em Geografia e, em muitos já existentes, houve a ampliação de Cursos em nível de doutorado em Geografia. Deste modo, o entendimento foi o de que este período seria o mais significativo e obter-se-ia amplo conhecimento da questão em investigação e de acordo com os objetivos do trabalho proposto que trata de buscar e identificar estudos efetuados sobre os conceitos território e lugar.

Procurou-se atender a ideia de que o objetivo principal do investigador é o de construir conhecimento e não o de dar opiniões sobre determinado contexto, segundo as palavras textuais de Bogdan e Biklen (1994, p. 67) e isto foi o que se procurou obedecer durante a investigação. Ao dar prosseguimento aos estudos criaram-se quatro fases de investigação, a seguir:

- (i) referencial bibliográfico descrevendo os principais movimentos de renovação da Ciência Geográfica no Brasil, destacando os períodos de transformação que determinaram as renovações;

- (ii) as origens dos conceitos de território e lugar, bem como o seu desenvolvimento na contemporaneidade;

- (iii) identificação dos estudos efetuados sobre os conceitos-formas e;

- (iv) a descrição e análise dos conceitos adotados nesta investigação encontrados nas teses dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, apontando as aproximações, distanciamentos e conceituações verificados a respeito dos conceitos de território e lugar.

Segundo Sposito (2004, p. 83), se faz necessário alguns procedimentos básicos para a investigação científica que Libault (1994), chamou de níveis da pesquisa geográfica, Sposito (2004, p. 83-84), na sua obra *Geografia e Filosofia* baseado em Libault (1994), aponta quatro fases sequenciais para a investigação e pesquisa geográfica (Quadro 1).

Usando Sposito (2004), na coleta da investigação foram utilizadas as ferramentas: palavras-chaves (território e lugar) e o nível/ano base (do doutorado). O material encontrado no portal da CAPES serviu de base para a consulta das teses nos portais dos Programas de Pós-Graduação, no Domínio Público e nas páginas das Bibliotecas Digitais. O Portal da Capes disponibiliza apenas os resumos das publicações, sendo de conhecimento restrito e insuficiente para a coleta que se

pretendia desenvolver os níveis da pesquisa geográfica em quatro fases fazem parte da totalidade da investigação e cada uma delas contém a outra em sua realização. Mesmo que algumas dessas fases se apresentem de forma mais expressiva em alguns momentos da pesquisa, essas fases fazem parte de uma totalidade.

NÍVEIS DA PESQUISA GEOGRÁFICA		
1	COMPILATÓRIA	Refere ao trabalho de coleta e de compilação dos dados cujo arranjo inicial requer do pesquisador uma decisão que leve em consideração a questão ou problema que precisa ser respondido. Em seguida, faz-se a identificação das fontes e das técnicas para se estabelecer os universos da pesquisa (levantamento bibliográfico, questionários, entre outros).
2	CORRELATÓRIA	A partir do momento que consideramos que o levantamento dos dados foi realizado, é preciso estabelecer parâmetros para a homogeneização desses dados e para a comparabilidade das unidades adequadas. Nesse momento, as unidades comparáveis e correlacionáveis podem ser traduzidas pelo sistema métrico, pelo sistema decimal, por unidades de tempo, ou por qualquer outra referência que permita aos dados serem comparados entre si e entre grupos de diferentes naturezas.
3	SEMÂNTICA	A ela corresponde o trabalho de combinar, sinteticamente, todas as variáveis que foram compiladas e relacionadas, para se fazer a seleção e a operacionalização sistemática dos agrupamentos e de suas particularidades. A lógica concernente ao método dirigirá, indutiva ou dedutivamente, a maneira de se abordar os dados que, nesse momento, já estarão se qualificando como informação geográfica por sua coerência interna e peculiaridade na apropriação abstrata da realidade. É nesse nível da investigação que a informação geográfica comparece como um elemento modificado e abstrato como elemento básico para a produção do conhecimento, como abordagem nacional do problema abordado por sua coerência interna e peculiaridade na apropriação abstrata da realidade.
4	NORMATIVA	Faz-se o refinamento da informação geográfica com todas as suas componentes. A base teórica, o encaminhamento metodológico e a elaboração de raciocínios para a análise tornam-se necessariamente mais claros. Realiza-se a redação, que exige, em relação à teoria do conhecimento, a linguagem adequada para a comunicação do conhecimento.

Quadro 1 – Níveis da pesquisa geográfica

Fonte: SPOSITO (2004)

O trabalho desenvolvido se alicerçou na base teórico proveniente da leitura e descrição das pesquisas dos diversos autores. Entretanto, deveria atender aos objetivos específicos do trabalho, no que se refere a tarefa de mapear, de acordo com o levantamento da produção dos Programas de Pós-Graduação em Geografia, aquelas teses e dissertações constituídas das palavras-chave território e lugar. Tal tarefa se apresentou como um desafio, considerando que poucos são os Programas de Pós-Graduação que disponibilizam em suas páginas de *internet (web)* suas publicações, ou quando as disponibilizam, trata-se apenas de resumos ou somente dissertações e teses recentes.

No levantamento realizado sobre a produção de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Geografia das Universidades brasileiras no período de 2001 a 2011, foram encontrados 62 trabalhos sendo teses de doutorado com texto completo e não apenas resumos, por afirmamos serem os resumos de conhecimento restrito e insuficiente para o desenvolvimento da pesquisa pretendida. Salienta-se que o material de consulta refere-se aos portais da CAPES, Domínio Público, Bibliotecas Digitais das Universidades e das próprias páginas dos Programas como apresentado nas Figuras 2, 3 e 4.

Na figura 2 é apresentada a página do Banco de Teses da CAPES com o objetivo de facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de Pós-Graduação do País. O Banco de Teses faz parte do Portal de Periódicos da CAPES/MEC. São disponibilizados apenas os resumos das teses e dissertações defendidas a partir de 1987. As informações são fornecidas diretamente a Capes pelos programas de pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos dados. A ferramenta permite a pesquisa por autor, título, instituição, nível/ano base (sendo estes ferramentas opcionais) e palavras-chaves.

Para a coleta da investigação foram utilizadas as ferramentas: palavras-chaves (território e lugar) e o nível/ano base (do doutorado). O material encontrado no portal da CAPES serviu de base para a consulta das teses nos portais dos Programas de Pós-Graduação, no Domínio Público e nas páginas das Bibliotecas Digitais. O Portal da CAPES disponibiliza apenas os resumos das publicações, sendo de conhecimento restrito e insuficiente para a coleta que se pretendia desenvolver.

Ministério da Educação

Banco de Teses

CAPES

PESQUISA

AUTOR
 Digite um ou mais nomes do autor

 todas as palavras qualquer uma das palavras expressão exata

ASSUNTO
 Digite uma ou mais palavras do assunto

 todas as palavras qualquer uma das palavras expressão exata

INSTITUIÇÃO
 Digite um ou mais nome da instituição

 todas as palavras qualquer uma das palavras expressão exata

NÍVEL/ANO BASE (Opcional)
 Escolha um nível para a pesquisa
 Seleção...
 Escolha um ano base para a pesquisa
 Seleção...

Pesquisar Exemplo Limpar

Figura 2 – Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Fonte: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Teses> do

O "Portal Domínio Público" foi lançado em novembro de 2004, no então governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad com um acervo inicial de 500 obras. Possui uma biblioteca virtual que deverá se constituir em referência para professores, alunos, pesquisadores e para a população em geral.

Este portal constitui-se em um ambiente virtual permitindo a coleta, a integração, a preservação e o compartilhamento de conhecimentos. Contudo o seu principal objetivo é o de promover o amplo acesso às obras literárias, artísticas e científicas (na forma de textos, sons, imagens e vídeos), já em domínio público ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada.

Ao acessar as obras científicas é possível encontra-se a: "Pesquisa a Teses e Dissertações", não apenas os resumos, mas os textos completos. De acordo com o demonstrado na figura 3;

a) A ferramenta permite a busca por:

- Área do Conhecimento,
- Autor,
- Título,
- Nível,
- Ano da tese,
- Palavras-chaves e
- Instituição de ensino.

b) Por sua vez, as ferramentas utilizadas na pesquisa foram:

- Área do conhecimento: Geografia,
- Palavras-chaves: território e lugar e
- Nível de doutorado.

Nesta coleta de dados foram encontradas nove teses com texto completo constituindo a palavra-chave lugar e vinte e sete teses com a palavra-chave território.

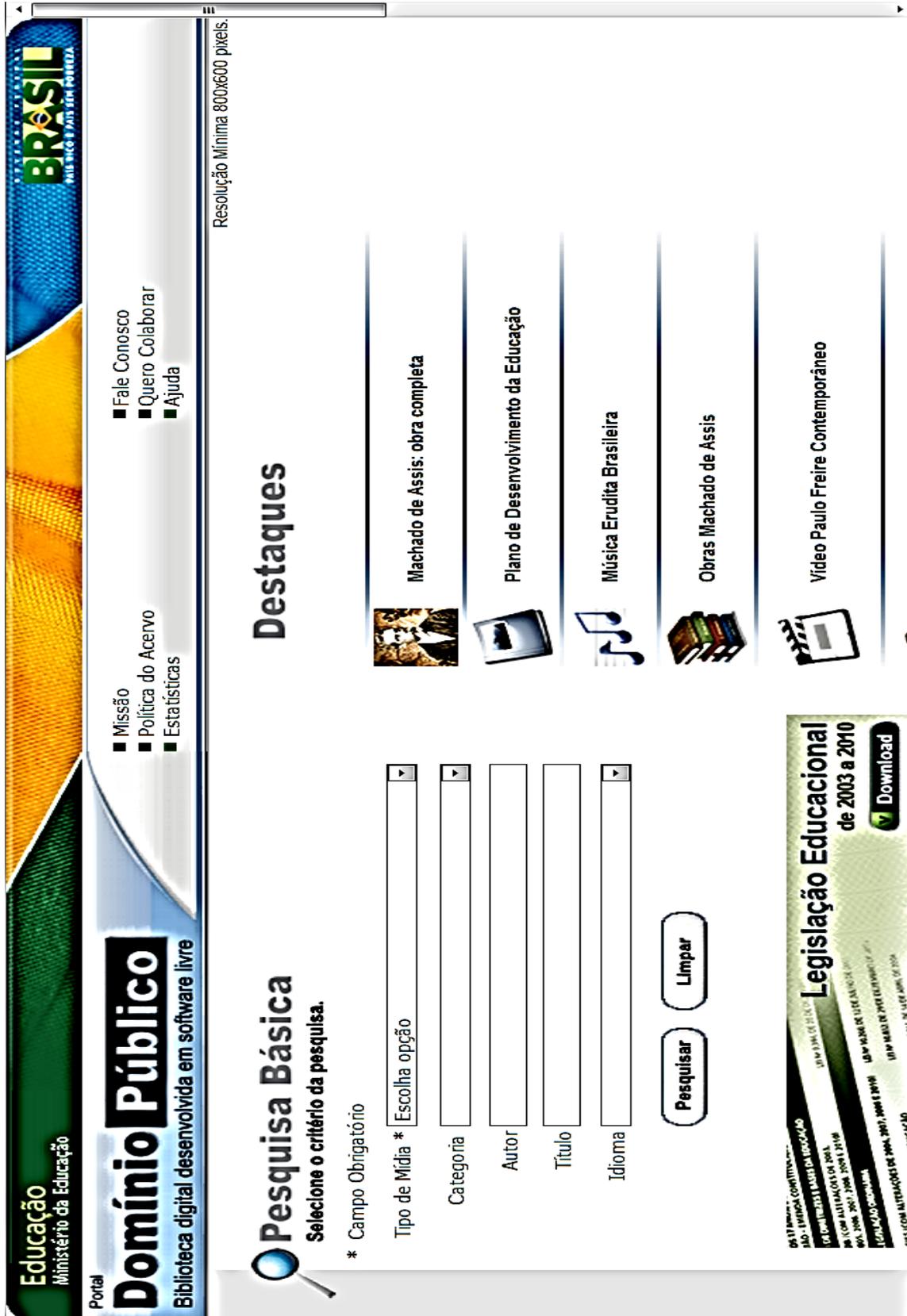


Figura 3 – Portal Domínio Público

Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/>

Outra ferramenta de pesquisa utilizada foram as páginas na *web* dos Programas de Pós-Graduação em Geografia bem como as Bibliotecas Digitais das universidades brasileiras. Muitas disponibilizam suas teses nos portais e em suas bibliotecas digitais, no entanto ainda se constitui em um número pequeno em comparação com o que vem sendo produzido. Uma prova disso foi o número de teses encontradas no Portal da CAPES em comparação ao número de publicações disponibilizadas nas páginas da *web*.

A figura 4 representa uma das páginas pesquisadas: a Biblioteca Digital da Universidade de São Paulo. Através deste portal, a comunidade acadêmica tem acesso às Obras Raras da Universidade, a Revistas da USP, aos Periódicos da Capes, entre outros.

A investigação realizada neste presente estudo se restringe a Teses do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Esta Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo foi criada para disponibilizar na *Internet* o conhecimento produzido nos trabalhos desenvolvidos e defendidos na Universidade de São Paulo, permitindo que as comunidades brasileira e internacional possam ter em mãos a versão digital completa das teses e dissertações. A Biblioteca Digital da USP foi inaugurada em 2001 para que fosse possível exibir os trabalhos de forma mais rápida e precisa.

Biblioteca Digital USP

Teses e Dissertações

Obras Raras | Cartografia Histórica | Catálogo USP | SIBi | Revistas USP | Periódicos Capes

Início ▶ Documentos ▶ Teses de Doutorado

Menu Principal

- Início
- A Biblioteca
- Cooperação
- Seu Trabalho
- Diretrizes
- Publicação
- Propriedade intelectual
- Pesquisa**
- Simples
- Avançada
- Acervo**
- Ano

Teses de Doutorado

Resultado: Exibindo 10 de 15959 na pagina 1 de 1596

<<< Início << Anterior 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Próximo >>> Fim >>>

Nome	Título	Área	Documento	Unidade	Ano
Abate, Gilberto	Propriedades de complexação e adsorção de partículas de interesse ambiental na presença...	Química Analítica	Tese de Doutorado	Instituto de Química	2003
Abate, Tania Pietzschke	Instrumentos de Avaliação Pós-Ocupação (APO) adaptados a pré-escolares com deficiência...	Tecnologia da Arquitetura	Tese de Doutorado	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	2011
Abbott, Mariana Pedrinha	Modificações oxidativas em proteínas em presença de complexos de cobre(II)	Química Inorgânica	Tese de Doutorado	Instituto de Química	2007
Abbud, Neuza	Pensando o pensar: uma análise sobre as narrativas do cotidiano	Psicologia Social	Tese de Doutorado	Instituto de Psicologia	2010

Figura 4 – Biblioteca Digital da USP

Fonte: <http://www.teses.usp.br/>

Organizar a coleta deste conjunto de pesquisas acadêmicas constituiu-se em um trabalho de alta complexidade devido ao caráter interdisciplinar e à diversidade dos procedimentos metodológicos assumidos, principalmente quando se optou por ler e analisar não apenas os resumos, mas o teórico-metodológico das pesquisas acadêmicas desenvolvidas.

No esforço de ordená-las, foram elaborados quadros demonstrativos constando o número de pesquisas distribuídas em anos de defesa; em seus locais de produção; título da obra; as características gerais das pesquisas (abordagens temáticas, técnicas, principais conceitos e autores).

Os quadros 2 e 3 exibem o número de teses catalogadas de acordo com o critério escolhido a partir da seleção dos termos conceito-forma território e lugar; os quais constituem as palavras-chaves: território e lugar.

Destaca-se que os referidos quadros apresentam:

- a Instituição na qual a tese foi desenvolvida e defendida e,
- o título e o ano da defesa para melhor ilustrar a pesquisa inicial.

Na travessia por este campo cultural-acadêmico, foi possível perceber que as pesquisas crescem e se espessam, ao longo do tempo; ampliam-se em saltos ou em movimentos contínuos; multiplicam-se, mudando os sujeitos e as forças envolvidas; diversificam-se os locais de produção; entrecruzam-se e transformam-se. Entende-se que se deve considerar que as Instituições de Ensino Superior do Brasil possuem diferentes conceituações paradigmáticas que lhes são próprias, de modo que cada qual segue suas conceituações paradigmáticas e as revela em seus Cursos de Pós-Graduação.

Nº	UNIVERSIDADE	TÍTULO DA OBRA	ANO
1	USP	Pescadores Artesanais: Natureza, território, movimento social	2001
2	UFRGS	Os tempos e os territórios da colonização italiana	2002
3	UNESP/PP	Poder, governo e território em Carajás	2003
4	USP	Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense	2003
5	UNESP/PP	Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia – Acreana	2005
6	USP	Diferenciação sócio-econômica e campesinato: O caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no sudeste do Pará	2006
7	UFSC	Indústria e Estado: A reestruturação produtiva e o reordenamento territorial do Médio Vale do Itajaí	2006
8	UNESP/RC	O uso do território em Barcarena: Modernização e ações políticas conservadoras	2006
9	UFF	Território como Abrigo e Território como Recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo	2006
10	USP	Territorialização camponesa na várzea da Amazônia	2007
11	UFF	As territorialidades de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro	2007
12	USP	A ostentação estatística (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64)	2007
13	UFRGS	Por uma Geografia do cotidiano: Território, cultura e homoerotismo na cidade	2007
14	UFF	As tensões territoriais ribeirinhas na reserva extrativista médio Juruá (AM)	2007
15	UFSC	Complexo agroindustrial do fumo e território: A formação do espaço urbano e regional no vale do Rio Pardo – RS	2007
16	USP	Ecoturismo Indígena Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo: princípios para a autonomia	2008
17	UNESP/PP	Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)	2008
18	UNESP/PP	Conhecimento geográfico do agente de saúde: Competências e práticas sociais de promoção de vigilância à saúde na cidade do Recife – PE	2008
19	UNESP/PP	O processo de modernização da agricultura no sudoeste do Paraná	2008
20	UNESP/PP	A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa – PB	2008
21	USP	Conservação no cerrado, território, política pública – Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu	2008
22	UNESP/PP	Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: Territórios e redes de sociabilidade	2008
23	UFMG	Desterritorialização e R-existência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose	2008

24	USP	Negros na Mata Atlântica, Territórios Quilombolas e a conservação da natureza	2008
25	USP	Em busca de um Projeto de Nação: revisando a Obra de Celso Furtado	2008
26	USP	Ecoturismo Indígena Território, Sustentabilidade, Multiculturalismo: princípios para a autonomia	2008
27	USP	Marãñ Bödödi – a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró	2008
28	USP	Território, Identidade e Desenvolvimento: Uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural	2009
29	UFRGS	Na esteira do Galpão: Catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS	2009
30	USP	A territorialização dos conflitos e das contradições: o capital <i>versus</i> trabalho nos laranjais baianos e sergipanos	2009
31	UFU	A (RE) produção do espaço de Anápolis/GO: a trajetória de uma cidade média entre duas metrópoles, 1970-2009	2009
32	UFRGS	Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – O caso de Cruz Alta/RS	2009
33	UNESP/PP	Transformações na paisagem da bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e perspectivas de desenvolvimento territorial	2009
34	UNESP/PP	Movimentos socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica	2009
35	UFF	(Re) construir utopias: jovem, cidade e política	2009
36	USP	Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010	2010
37	USP	O ensino de Geografia na Educação Básica: Os desafios do fazer geográfico no mundo contemporâneo	2010
38	UNESP/RC	Atuação dos operadores de turismo no processo de turistificação de Bonito - MS	2010
39	UNESP/RC	Manifestações da governança territorial no Brasil: Uma análise do “Circuito das Águas Paulista” e do “Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais”	2010
40	USP	Território e soberania na Globalização: Amazônia	2010
41	UFPar	Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, Interdependências e Interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad Del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)	2010
42	UNESP/RC	O poder da rede na materialização de programas de desenvolvimento rural: Território da Cidadania Região Central/RS	2011
43	USP	Territórios conectados pela educação a distância no Amazonas	2011
44	UNESP/PP	Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR	2011
45	USP	A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial	2011

Quadro 2 – Teses com a palavra-chave Território (2001-2011)

Org.: Mariane de Oliveira Fernandes

Nº	UNIVERSIDADE	TÍTULO DA OBRA	ANO
1	UNESP/RC	Lugar e Não-Lugar em Rondonópolis - Mt: Um estudo de cognição ambiental	2005
2	UNESP/RC	Práticas educativas, processos de mapeamento e fotografias aéreas verticais: <i>Passagens</i> e constituição de saberes	2005
3	USP	A Luminosidade do lugar circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: Apropriação e Territorialidade no bairro de Santa Tereza	2005
4	UNESP/RC	A cumplicidade entre a oralidade e a visualidade: lendo o mundo através dos mapas	2006
5	UNESP/RC	Desafios no processo ensino-aprendizagem do lugar nas séries Iniciais do ensino fundamental: possibilidades para a formação da cidadania	2006
6	UNESP/RC	Os espaços-tempos cotidianos na geografia escolar: Do currículo oficial e do currículo praticado	2006
7	USP	Modernizações e espaços seletivos no nordeste brasileiro. Sobral: Conexão Lugar/Mundo	2007
8	UFU	A pequena cidade nas teias da aldeia global: Relações e especificidades sócio - políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG.	2008
9	UFMG	Desterritorialização e r-existência tupiniquim: Mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz celulose	2008
10	UNESP/PP	Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: Territórios e redes de sociabilidade	2008
11	UNESP/PP	O lugar social do fisioterapeuta	2008
12	UNESP/RC	Práticas docentes sobre ensino do Lugar e cartografia escolar no contexto de uma pesquisa Colaborativa: processos de uma construção	2008
13	UNESP/RC	Entre tradição e modernidade: O lugar das comunidades Faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis – PR)	2009
14	UNESP/RC	Na beleza do lugar, o rio das contas indo... Ao mar	2009
15	UNESP/RC	O mundo no lugar: o atual projeto de modernização no Município de Santarém (PA)	2009
16	UFU	Travessias... Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais	2009
17	USP	O ensino de Geografia na Educação Básica: os desafios do fazer geográfico no mundo contemporâneo	2010

Quadro 3 – Teses com a palavra-chave lugar (2001-2011)

Org.: Mariane de Oliveira Fernandes

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo refere-se às análises realizadas e apresentação dos resultados, segundo a investigação atendendo aos objetivos específicos da pesquisa e seu aporte teórico e documental, sempre procurando atingir os critérios de uma análise cuidadosa sobre as informações contidas e coletadas nas teses de doutorado em Geografia, conforme o respectivo período 200–2011, determinado a ser investigado. Igualmente apresentam-se os dados coletados durante o percurso da pesquisa, a análise dos dados alicerçada nos aportes teóricos estudados e nas reflexões derivadas destes estudos. Durante a leitura das teses, as análises priorizaram o entendimento de seus referenciais teóricos, as temáticas e as diferentes abordagens e concepções, encontradas nas teses com a palavra-chave lugar e posteriormente, a palavra-chave território. Procurando sintetizar para melhor compreensão serão apresentados em quadros as principais técnicas, abordagens, autores e conceitos encontrados nas referentes teses.

Não se tem a pretensão de expor e analisar de forma individual cada tese apresentada, mas de expor conjuntamente acreditando que o período demarcado e investigado corresponde a uma fase caracterizada pela diversidade de concepções teórico-conceituais na ciência Geográfica. Talvez seus pensadores e pesquisadores vislumbrassem a expansão do campo da Geografia.

4.1 Produções entre 2001 - 2011 com a palavra-chave território

Uma reflexão sobre a palavra-chave território envolve, atualmente, uma tarefa árdua, por um lado, em virtude da enorme gama de estudos neste campo, por outro, pelas diferentes visões de mundo defendidas por diferentes pesquisadores no campo da ciência. O conceito de território, na atualidade, é cercado por uma grande

polissemia que resulta do poder que os diferentes sujeitos têm de defini-lo: pode designar espaço social no senso comum, espaço apropriado por determinadas espécies animais na etologia, espaço de relações que nele se estabelecem no social, político, econômico e cultural, equivalente de região para instituições governamentais, ou, pode ainda, ter conotações mais abstratas no campo simbólico.

Diferentemente como é mencionado sobre o lugar, muitos foram os trabalhos analisados que se utilizaram do termo território como palavra-chave, principalmente nos últimos cinco anos desta primeira década do século XXI.

Das leituras das teses encontradas no período determinado para a investigação, ou seja, a partir de 2001, salienta-se a significativa preocupação dos geógrafos em discutir o território através da manifestação de poder e das relações sociais. Para Saquet (2002), são as relações que dão concretude ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Este pesquisador, na sua tese escrita em 2002, intitulada “Os tempos e os territórios da colonização italiana” descreve que toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos.

Em muitos trabalhos são discutidas a formação e a relação entre “grupos de poder” que se articula em diferentes territórios e, além disso, as práticas que se manifestam no seu uso, bem como o território visto como “instrumento de gestão” ligado à gestão territorial dos governantes, dos sujeitos e das políticas governamentais. Outro tema debatido nas teses analisadas diz respeito à “organização, desenvolvimento e processo de expansão territorial”, com o propósito de compreender sua gênese e o seu ritmo de desenvolvimento econômico. São debatidos os diferentes “usos do território” no que diz respeito ao produto histórico das necessidades e interesses humanos, sejam eles econômicos, culturais, e sociais. Autores como Milton Santos, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, entre outros, são estudados pelos pesquisadores em suas teses.

Destaca-se que os pesquisadores, em seus trabalhos de tese, fizeram uso do conceito de território em termos de abordagem teórico-metodológica para o desenvolvimento de suas pesquisas. Deste modo, o conceito território foi utilizado em pesquisas que tratam de relações de grupos de poder; de gestão; organização, desenvolvimento e processo expansionista; e de uso de uma espacialidade.

4.1.1 O conceito de território na formação e relação entre grupos de poder

As formas que organizam o território resultam de ações de distintos atores sociais, (movimentos sociais) que se materializam em uma dada espacialidade. Os pesquisadores tecem reflexões sobre os diversos autores envolvidos com a abordagem território e as consequências para os diferentes grupos de população das diversas localidades estudadas em suas teses. Um dos autores utilizados pelos pesquisadores em suas teses é o geógrafo norte-americano Robert Sack que examina a territorialidade humana na perspectiva das motivações humanas, ou seja, a territorialidade como a base do poder. Para Sack a territorialidade é uma tentativa, ou estratégia, de um indivíduo ou de um grupo para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, através da delimitação e do controle de áreas específicas – os territórios.

O trabalho de Gill (2007), intitulado *As territorialidades de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro* (2007), tem como objetivo principal o estudo das territorialidades de crianças e adolescentes que habitam em territórios das ruas do Rio de Janeiro. Ao longo do seu trabalho, buscou aprofundar o conceito de território na tentativa de entender essas territorialidades apresentadas no objetivo principal do trabalho. Descreve que os geógrafos, a partir dos anos 1970, vêm se preocupando em romper a associação entre território e Estado, predominante na Geografia tradicional, apontando novas abordagens e perspectivas para se pensar o território. A pesquisadora aponta que a partir da década de 1970, houve uma retomada na discussão do conceito de território em uma Geografia que se propõe crítica, por isso, novas concepções de território, poder e identidade, atualmente vão além das associações entre território-nacional, poder-estatal, identidade nacional e territorial. Igualmente reconhece que, nas últimas três décadas do século XX, a preocupação desta nova geração de geógrafos é a de romper com essa associação predominante no passado, da Geografia Tradicional: apontando novas abordagens e perspectivas para se pensar o território sem estar atrelado diretamente à figura do Estado (GILL, 2007, p. 33).

Entre os autores que trabalham diretamente com território, Gill (2007), destaca os geógrafos Robert Sack, Claude Raffestin, Edward Soja, como também Milton Santos e Rogério Haesbaert, entre outros.

Gill (2007, p. 36), procurando determinar um conceito para território, faz referência à obra de Sack, de 1986, intitulada *Human territoriality* na qual o autor define território como espaços socialmente construídos a partir de relações sociais com a intenção de atingir, influenciar e controlar grupos ou pessoas. Gill entende que a territorialidade, para o autor, Sack, é uma estratégia espacial que visa atingir, influenciar e controlar recursos ou pessoas dentro de um dado território.

A concepção de território e territorialidade na tese de Gill (2007), tem grandes aproximações com o que Robert Sack apresenta como definição de território.

Gill (2007), destaca que no Brasil, somente a partir da década de 1980 surgiram as primeiras contribuições geográficas acerca do conceito de território. A pesquisadora coloca que até esse período, o território tinha sido pouco estudado pelos geógrafos brasileiros, que estavam muito mais debruçados em outras categorias de análise da Geografia, principalmente, voltados em aprofundar a questão do espaço. Ela exemplifica com o geógrafo Milton Santos vindo a pensar a questão do território nos seus últimos trabalhos, a década de 1990.

Na escala local, através da observação e pesquisa de Gill (2007), ampliaram-se muito os estudos acerca do território e da territorialidade no campo da Geografia. Na cidade do Rio de Janeiro, vem sendo analisado o território de organizações criminosas; o território de grupos religiosos, território de grupos urbanos, entre outros.

Considerando as ações dos movimentos sociais, há os trabalhos que tratam de resistência no espaço agrário e as tensões territoriais ribeirinhas em reservas extrativistas. Respectivamente, o trabalho de Silvio Simione da Silva (2005), intitulado: *Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-Acreana* apresenta uma análise sobre a realidade vivida pelo campesinato, no âmbito de sua luta para permanecer na terra e sobre a transferência dessa luta para a sociedade através de novas direções no desenvolvimento agrário regional. No trabalho é aprofundada a questão da luta e da resistência camponesa, contextualizando a construção de uma identidade e de seu território de vivência, para depois tratar do sentido socioambiental dos movimentos de resistência, inclusive na adoção de mudanças no uso do território. Foram utilizadas como referências bibliográficas:

Raffestin (1993), no que se refere ao território como espaço em que se exerce um poder, ideia retirada da obra *Por uma geografia do poder*, em Milton Santos (1996) ao destacar a visão da totalidade e da derivação do território, ou seja, da

territorialização e da territorialidade retirado da obra *Metamorfoses do Espaço Habitado*; e Bertha Becker (1983), no que se refere ao território (como) produto da prática social e na caracterização da territorialidade do artigo *Uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo*.

Silva (2005) salienta que o “território”, enquanto conceito analítico representa uma materialidade mais objetiva do que o conceito de “espaço”. O território arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas (SILVA, 2005, p. 78, *apud* SANTOS, 2002). O pesquisador, Silva (2005), também destaca a importância do embate e do exercício da alteridade social, no âmbito da estratégia das lutas e movimentos sociais, enfim, como materialidade do exercício de poder.

Já o trabalho de Nelcionei José de Souza Araújo (2007): *As tensões territoriais ribeirinhas na reserva Extrativista Médio Juruá (AM)*, vêm examinar as tensões territoriais ribeirinhas. O pesquisador parte das análises clássicas acerca do território e territorialidade, tentando compreender como se materializam as territorialidades e em que momento elas são utilizadas. A sua unidade de fundamentação empírica é a reserva extrativista do Médio Juruá, localizada na bacia do rio Juruá e criada em 1997, em função da luta dos seringueiros. Araújo (2007) percorre os (des) caminhos da política ambiental em torno da criação de unidades de conservação no Brasil e, em especial, no estado do Amazonas, enquanto estratégia de preservação. Em concordância com esta questão, reflete sobre a atuação dos diversos atores envolvidos e as consequências para as populações que habitam a reserva. Destaca que as tensões territoriais observadas na reserva configuram-se como um dos principais problemas enfrentados pelo modelo.

Para Araujo (2007), o conceito de território é o debate mais central, por ser produto originado das tensões sócioespaciais, e a territorialidade enquanto prática espacial. No trabalho deste autor primeiro foi realizada uma análise das diversas instâncias do território, destacando-se a política e a econômica. Finaliza com a abordagem da territorialidade e do ordenamento territorial.

Para Araujo (2007), o território, enquanto categoria de análise geográfica tem adquirido notoriedade no bojo do debate acerca das relações de domínio/controlado político-militar sobre o espaço geográfico. Neste caso, o território é tradicionalmente visto enquanto “solo”, ou seja, a base material do Estado Nação. O pesquisador cita

Ratzel, Foucault e Sack para elucidar seu trabalho que tem como objetivo geral, analisar a territorialidade dos ribeirinhos no bojo da reprodução socioespacial da Reserva Extrativista do Médio Juruá.

Ao mencionar Ratzel (1990), descreve que este pensador estabelece os contornos do que viria a ser a concepção de território desenvolvida na geografia política moderna. O território é a geografia física do Estado que serve para determinar os limites geográficos da soberania dos Estados nacionais. Conforme o referido autor, não é possível conceber nem as sociedades mais simples, tampouco os Estados, sem o território que lhes pertence. Neste contexto, destaca que a relação sociedade/território é representativa do grau de enraizamento de uma sociedade ao seu solo, seu espaço vital; assim, o território seria fonte de abrigo e de recursos para as comunidades.

Ao mencionar o pensador Foucault, descreve sua citação de 1997: o território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídicopolítica: aquilo que é controlado por certo tipo de poder (ARAUJO, 2007, p. 40, *apud* FOUCAULT, 1997). O poder, neste caso, é interpretado por Foucault (1997), como uma relação disciplinar e hierárquica, não existindo por si mesmo. O que existe são práticas ou relações de poder situadas em um ponto específico da estrutura social. Assim, de um modo geral, o poder só existe enquanto uma relação.

Araujo (2007) descreve também a visão de Raffestin para elucidar seu trabalho. De acordo com o autor, para Raffestin, o espaço é transformado em território e passa a ser sinônimo de espaço apropriado. A apropriação do espaço é tanto um ato simbólico de representação, quanto uma projeção territorial de relações de trabalho. O território é constituído por aspectos materiais que servem de referencial para o conhecimento e o reconhecimento dos atores sociais a partir da sua existência. Com efeito, todo território implica na delimitação, na normatização e no relativo controle sobre um espaço.

Araujo (2007) destaca a importância de Sack na discussão que desenvolve em seu trabalho, colocando que em Sack o território é definido como um processo de apropriação, por determinados agentes sociais, de uma área geográfica. Portanto, não é somente uma base material, mas uma relação social cuja base material é uma das condições necessárias, embora não a única, de realização da circunscrição de uma área geográfica por atores variados. Araujo (2007), ao fazer referência a tais definições e pensamentos dos referidos autores, por ele

pesquisados, procura sinalizar que estes conceitos são úteis para ilustrar o modo como entende o território na sua tese de doutorado.

No trabalho *“Por uma Geografia do cotidiano: Território, cultura e Homoerotismo na cidade*, do autor Benhur Pinós da Costa (2007), o território se torna a localização de encontro daqueles mesmos indivíduos que o autor denomina *same sex oriented*, ou seja, lugar possível ao esclarecimento e à efetivação da ação de desejo para o mesmo sexo. Entende o espaço social como condição da relação dialética entre ordem e desvio na modernidade. Através da sua pesquisa, procura entender as “microterritorializações urbanas” resultantes dessas relações enfocando a existência de agregados sociais vinculados aos desejos homoeróticos e à condição homossexual na cidade.

Costa (2007) descreve que O território não se apresenta aqui num formato rígido. O território é o ‘aqui e agora’, que talvez possa repetir-se, mas se apresenta fluido e disforme, sobreposto e justaposto a outros, cujas fronteiras não-visíveis são a possibilidade de participação na agregação humana (COSTA, 2007, p. 16). Para o autor o território é, antes de tudo, uma “convivialidade”, o lugar de encontro e de reunião, com a reunião apropriando-se de parte do espaço, como Costa (2007, p. 144), exemplifica utilizando os postulados do pensador francês Joel Bonnemaïson que trabalha com a subjetividade à materialidade do território: “mesmo que seja pequena, uma esquina: um quadrante de uma praça, um banco da praça”. A cidade se constitui por um conjunto de território (microterritórios) que marcam os diferentes sujeitos e convivências urbanas. O território produz a existência concreta de várias estratégias de representação dentro da cidade, assim como seus limites, ou seja, os limites onde começam estratégias de representação diferentes. Utiliza o geógrafo francês como referência ao trabalhar o conceito de território e territorialidade. Explica que para Bonnemaïson,

[...] o território não se define somente por uma relação à fixação espacial, mas sim por aproximar-se de uma malha constituída de lugares e itinerários expressa por uma territorialidade, ou seja, a relação que o grupo social tem com esse conjunto de lugares e itinerários. Dessa forma, o território não se constitui como fechado, mas “é muito mais um núcleo do que uma muralha, e um tipo de relação afetiva e cultural com a terra (COSTA, 2007, p. 142, apud BONNEMAISON, 2002, p. 101).

Deixando claro que cabe ao geógrafo desvendar a relação que une os homens aos lugares. Costa (2007) apresenta a importância de se entender o

território pelas relações cotidianas; ou seja, um território que, ao mesmo tempo, não representa somente “fixidez”, mas também um conjunto de lugares (também mutantes) e trajetos ou itinerários (estabelecido pelo movimento) que se estabelecem em diferentes escalas (passando pela escala transnacional, nacional, regional, interregional, local – urbana ou rural).

A memória é um elemento fundamental da produção simbólica de uma cidade. No entanto, a memória *criada* traduz embates de grupos e classes sociais em disputa pelo domínio e controle do território na cidade e em suas relações com espaços próximos e distantes. Tal afirmação encontra-se no trabalho de Luiz Carlos Flávio (2011): *Memória(s) e território: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR*.

Para Flávio (2011), os significados construídos pelas memórias coletivas dialogam com/ou se impõem à História que explica o passado, podendo ser fontes de manipulações e distorções dos interesses e ações que produziram o território, no passado. Flávio (2011), nessa pesquisa, procura problematizar o que ele denomina como a “memória oficial” produzida a respeito da gênese, formação e constituição de Francisco Beltrão-PR, entre os anos 1940 a 1970. Nesta “memória oficial” sua fundação fora fruto da ação do Estado (Cango/Getsop), mediante uma ocupação “democrática e igualitária” no acesso à terra e às condições de trabalho/produção. Evidenciando as contradições e aspectos esquecidos/negligenciados pela *memória oficial*, mediante fontes primárias e secundárias que buscam reconstruir a História, por meio de uma geografia histórica, este autor procura mostrar que a constituição da cidade de Francisco Beltrão no estado do Paraná foi orientada por uma racionalidade capitalista. O domínio e/ou o controle sobre a terra e/ou o trabalho de índios, caboclos e “colonos” foram os elementos substanciais de sua gênese, formação e constituição histórica.

A fim de averiguar tal problemática, buscou apoio em autores da Geografia que tratam de questões territoriais. Um dos pesquisadores utilizados foi o pensador Robert Sack, pois a apropriação territorial para Sack está vinculada às relações políticas estabelecidas nos embates entre os grupos sociais. Outro autor utilizado foi Raffestin, no qual a concretização do território tem na produção simbólica, instituída pelos grupos em disputa, um dos elementos importantes quanto ao controle do espaço: da terra, dos recursos naturais, produções, comércio etc. Outros autores em

que embasou sua pesquisa são: Marcos Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert, pois ressaltam:

[...] a importância de construirmos no pensamento geográfico uma visão integradora da realidade, sugerem que a reflexão sobre o território deve inapelavelmente envolver as dimensões econômica, política e cultural que, traduzindo-se como totalidade, inscrevem-se no espaço (FLÁVIO, 2011, p. 20).

O território se origina das “conflitualidades”, embates, disputas e relações de poder entre os grupos, que constroem identidades e coesões, separações e exclusões visando o domínio e o controle sobre o espaço. As representações construídas sobre o passado, como a memória de todo um povo, de uma cidade, pode encobrir as relações de dominação e poder inscritas em tais embates.

Assim, Flávio (2011), descreve que os discursos de memória/história participam da (re)produção do território. O conceito de território se vincula às diversas formas de apropriação das instâncias econômica, política e cultural que apontam para as interações relacionadas às “conflitualidades” em que repousa a produção do espaço humano.

Assim como Flávio (2011), descreve em sua tese que o conceito de território está vinculado a diversas formas de apropriações, a pesquisa realizada por Silva (2003), com título: *Poder, Governo e Território em Carajás* trata da formação e da relação entre grupos de poder que articulam políticas para realizar a gestão municipal. Ela envolve práticas que se manifestam no uso do território e no poder constituído no território de Carajás. Desta forma, a organização do território em Carajás reflete a organização sócio-político-econômica, em que diferentes atores sociais entram em conflitos ou procuram aproximação com as práticas territorializadas de uma única empresa (CVRD) que organiza a partir do mercado internacional os espaços potenciais, palcos de projetos de mineração instalados pela companhia.

O território que Silva (2003), abordou em uma breve discussão é o dos geógrafos, aquele das relações e das múltiplas territorialidades/materialidades sociais. O território analisado é o político-econômico-social, onde as práticas dos diferentes atores sociais se materializam, sejam elas internas ou externas ao território. Nesta perspectiva, Silva (2003), optou pelo uso do conceito de território,

entendendo que ele oferece em termos de abordagem teórico-metodológica, parte significativa da existência do Estado e, conseqüentemente, do governo.

O território, para o autor da tese, é a institucionalização do poder por excelência e é nele que se pode evidenciar os conflitos de interesses entre a institucionalização do poder (poder formal) e os poderes que lhes são paralelos (poder informal) e que buscam satisfazer seus exercícios convergindo ou divergindo dele.

Silva (2003), levanta alguns questionamentos em sua pesquisa: Quais são as alianças e os conflitos gerados pelo uso do território? De que forma os atores sociais usam o território definindo práticas de poder? Quais os territórios que podem ser identificados como possibilidades de ação e transformação de diferentes atores sociais? Quais as multiplicidades territoriais que superpõem interesses e criam campos conflituosos?

Segundo Silva (2003), esses são alguns questionamentos que aparecem quando se depara com um campo de poder conflituoso, no qual os exercícios do poder e de suas práticas reorganizam o território e definem a gestão territorial dos governantes e dos sujeitos das políticas governamentais. O território, assim, se torna palco de relações e processos no qual os atores sociais definem suas práticas espaciais de poder e sua territorialidade. O território parece, de imediato, como um campo de forças de poder diferenciado, com graus distintos de legalidade. Determinados tipos de atores sociais se unem, através de sindicatos, ONG, movimentos de bairros, etc., para, então, por meio de sua organização, poder repartir ou tentar partilhar o poder no território. Por isso, Silva (2003) faz referências a Claude Raffestin, ao tratar do território e da territorialidade, levantando a questão do poder presente no território. Assim, para Raffestin:

os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (SILVA, 2003, p. 53 *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

Assim sendo, Silva (2003), argumenta que o território, para Raffestin, é uma interferência de poder constante pelas práticas dos atores que modificam esse

território a todo instante. As formas que organizam o território, pelas relações que distintos atores sociais materializam, transformam o território em campo conflituoso pelas disputas de seus direitos. Para se resolver direitos conflitivos, estratégias territoriais são lançadas nas formas de ações político-econômicas e sociais.

Percebe-se como a reflexão acerca do território revela as contradições: forças (econômicas, políticas, ideológicas) que comandam sua lógica, regramentos, imposições, insurgências e dinâmicas sociais e, como são amplas as discussões no que diz respeito às relações que distintos atores sociais materializam, transformam pelas disputas de seus direitos.

4.1.2 O Território como instrumento de gestão

Analisar as mudanças na dinâmica territorial tem sido alvo de muitos trabalhos no limiar do século XXI aos dias atuais. O trabalho de Floriano José Godinho de Oliveira (2003), com título *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*, discute e analisa as mudanças ocorridas no território do Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito às dinâmicas territoriais. Essas mudanças implicam em processos contemporâneos de reestruturação produtiva que, em grande medida, têm promovido a consolidação de economias regionais no território fluminense.

Para Oliveira (2003), este processo associa-se a diferentes possibilidades de intervenção dos sujeitos locais por meio de organizações e instituições. As intervenções possuem o sentido de interrogar as transformações recentes nas estruturas sócio espaciais do território fluminense, particularmente, no decorrer da década de 1990, que pode ser compreendida através das mudanças ocorridas nas práticas de gestão do território, conjugadas com as alterações na sua estrutura econômica.

Esse novo cenário se estabelece em meio a conflitos e contradições, no processo de reprodução ampliada do capital, que precisam ser investigados em cada lugar. Por um lado, o capital, as firmas e os empreendedores podem se deslocar no espaço e territorializar sua produção em lugares diversos.

Para a realização e análise das práticas sociais e das mudanças nas práticas de gestão territorial, Oliveira (2003), utiliza ideias de Henri Lefebvre que refletem sobre a forma, função e estrutura do Capital e as diversas obras de Milton Santos, referindo-se à compreensão dos processos que orientam os usos e formas de domínio do território.

Nas últimas décadas, o campo brasileiro vem passando por transformações profundas. E é isto que Eraldo da Silva Ramos Filho (2008), discute na tese: *Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)*. Em Ramos Filho (2008), verifica-se a concretização da internacionalização das políticas públicas no campo, mediante a difusão da concepção de alívio da pobreza rural, a substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural, o fortalecimento do agricultor familiar e a negação da existência do camponês, assim como da implantação da Reforma Agrária de Mercado.

Tais concepções estão inspiradas em documentos, programas e diretrizes de agências financeiras multilaterais dentre eles o Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional que influenciam e subsidiam a intervenção política dos Estados credores com vistas à propagação de um pacote de políticas fundiárias neoliberais, formado por diversos fatores como: ações voltadas à administração das terras, de modo a discriminar e mapear o estoque de terras públicas e privadas; incentivos à titulação alienável das terras públicas e comunais; estímulos ao funcionamento dos mercados de terras; entre outros. Ocorrendo em diferentes países da África, Ásia, América Latina e Brasil o instrumento de reforma agrária de mercado foi instituído. No entanto, foi no Brasil que tais políticas alcançaram maior amplitude e aprofundamento.

O foco da pesquisa de Ramos Filho (2008), é o de analisar os processos socioespaciais que têm contribuído para a construção de distintas (dês) e (re) territorializações dos camponeses mutuários do PNCF (Programa Nacional de Crédito Fundiário) e dos assentados nos Projetos de Reforma Agrária, utilizando-se do conceito de território enquanto categoria de análise. Segundo o pesquisador, uma reflexão sobre a categoria território, no momento atual, é uma tarefa árdua em virtude da diversidade de estudos neste campo da ciência e das diferentes formas de visões de mundo sobre esta temática. Embora colocando as dificuldades enfrentadas, o pesquisador recorre aos estudos de Rogério Haesbaert em sua obra

de 1997, *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*, que lhe permitiram agrupar as distintas abordagens sobre o território, sendo este Jurídico-política; Cultural(lista); Econômica (economicista), como apresentado no quadro 4, a seguir:

Abordagens sobre o território	
Jurídico-política	Constitui a vertente majoritária na geografia, em que o espaço é delimitado e é controlado a partir de relações de poder, inclusive as de caráter estatal. Destacam-se as abordagens ratzelianas. Embora ele passe a ser adotado com mais intensidade na Geografia apenas a partir dos anos 1970, foi, ainda no final do século XIX em 1882.
Cultural(lista)	Enfoca a dimensão simbólica e subjetiva, sendo o território construído a partir dos referenciais do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço. Os principais estudos foram realizados por Tuan. Discutindo o território, Tuan (1985) promove uma analogia entre a concepção geográfica e aquela da etologia, esta última ciência, ao estudar o comportamento das várias espécies animais nos seus respectivos espaços vitais, aponta para o exercício do poder sobre o espaço com a finalidade de protegê-lo dos intrusos. Assim, o território passa a ser definido por este autor como lugar.
Econômica (economicista)	Esta abordagem é menos difundida e enfoca a dimensão espacial das relações econômicas. Destaca a desterritorialização social como fruto do embate entre as classes sociais e da relação capital-trabalho.

Quadro 4 – Agrupamento das distintas abordagens sobre o Território. In: Haesbaert, 1997.

Organização: Mariane de Oliveira Fernandes, 2013.

Fonte: Eraldo da Silva Ramos Filho, 2008.

Ramos Filho (2008), em sua tese traz o estudo recente de Haesbaert sobre os binômios: materialismo-idealismo, desdobrando em duas perspectivas: visão parcial e visão integradora. A primeira, uma visão parcial, ou seja, enfatiza uma dimensão, seja esta natural, econômica, política ou cultural; a segunda, a visão integradora, envolvendo conjuntamente todas as esferas. O binômio espaço-tempo é

apresentado em dois sentidos: seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação). Sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está, historicamente, circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s), social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s).

Na perspectiva integradora, uma formulação acerca do território, merecedora de destaque, foi construída por Rafestin retirada da obra escrita em 1993 (Por uma geografia do poder), em que o autor, baseado em ideias de Ratzel, não prioriza discutir se o território é um conceito ou uma noção. Segundo ele, deve-se partir do pressuposto que o espaço é anterior ao território.

Ramos Filho (2008) aponta que se tomando como problemática relacional a questão agrária no Brasil contemporâneo em sua complexidade e, neste contexto, a recriação do campesinato através dos processos de reforma agrária, percebe-se que a abordagem para ser territorial deve considerar a multidimensionalidade do território. Não se pode dissociar a política, a economia, a cultura, o ambiente, a dimensão regional e a democracia da dinâmica social.

Na visão de que a modernidade ocidental somada a diferentes formas de dominação (colonialismo, capitalismo, projeto hegemônico de desenvolvimento, neoliberalismo, globalização hegemônica) alteram profundamente a relação da humanidade com o ambiente e transformam a natureza em fonte inesgotável de matéria-prima, apresenta-se na tese de Barcellos (2008): *Desterritorialização e re-existência tupiniquim: Mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz celulose*. Nela, o pesquisador discute a obsessão pelo controle da natureza, do acúmulo de riquezas e a destruição deste patrimônio ao longo da história, entendendo ser a natureza fonte de subsistência para sistemas culturais de diversas populações locais em países do Hemisfério Sul. A chegada da Aracruz Celulose S.A., ao território indígena, nas análises do pesquisador teria dado início ao quarto ciclo de perdas territoriais Tupiniquim; além de promover o processo de desterritorialização e reterritorialização.

Segundo Barcelos (2008), as mulheres portadoras de saberes imprescindíveis à vida do seu povo, se veem expropriadas das fontes materiais e simbólicas que permitiam a construção e a reprodução desses saberes: agricultoras, coletoras e

artesãs são transformadas em subempregadas e que esta nova conformação territorial fragiliza o papel e o poder da mulher na sociedade Tupiniquim.

O pesquisador entende que, diante de uma realidade tão complexa, a população reafirma a importância do lugar como foco de resistência ao projeto hegemônico global e trava, há quarenta anos, uma luta incansável pela recuperação territorial e, desta forma, os Tupiniquins, vão construindo a sua história de resistência, dando importante contribuição ao movimento contra a globalização hegemônica.

Barcellos (2008), em seu estudo, se utiliza do pensamento de Milton Santos ao descrever que o espaço geográfico é uma totalidade dinâmica, resultado de complexos históricos, e que o território usado se traduz em uma importante categoria para a compreensão do que está por vir. Cita o artigo “O retorno do território” de Milton Santos (2005), no qual descreve que o território são formas, porém o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Na contemporaneidade, os adventos da interdependência dos lugares e a complexa relação entre o local e global constituem a nova realidade do território.

Quanto aos estudos sobre os movimentos sociais na gestão territorial, foram analisados as teses de Eduardo Schiavone Cardoso e Xisto Serafim de Santana de Souza Junior. Cardoso (2001), busca apreender as proposições surgidas no interior da categoria dos pequenos produtores pesqueiros para a gestão das pescarias e o papel que os chamados produtores pesqueiros artesanais possuem como agentes de um novo modelo para o setor pesqueiro. O pesquisador destaca que não se trata do estudo particular de uma localidade e sim de um estudo geral de localidades distintas que apresentam elementos para a análise do que se pretende estudar. A opção da investigação foi a análise de uma questão e sua manifestação em diversas áreas pesqueiras do país: a apropriação da natureza, a discussão sobre territórios na pesca artesanal e as propostas do movimento social dos pequenos produtores pesqueiros.

Conceitos como os de Espaço Geográfico e Território são utilizados na tese de Cardoso (2001), para explicar a dinâmica da sociedade em relação com a natureza. Utiliza Claude Raffestin e Antonio Carlos Robert de Moraes, como na citação: O território, por sua vez, corresponde a uma porção da superfície terrestre apropriada pela sociedade e sobre a qual esta estabelece suas formas de controle, manifestando relações marcadas pelo poder (CARDOSO, 2001, p. 21).

Segundo o autor da tese, foi necessário inserir os conceitos de espaço e território no contexto das pescarias, identificando a interação entre os fenômenos presentes no interior deste setor social e buscar, em diferentes fontes, as forças motrizes diferenciadas que atuam na atividade pesqueira.

Cardoso (2001), lança alguns questionamentos em seu trabalho: “Existe uma territorialidade pesqueira? Como se configura? Em quais níveis? O território pode ser considerado um instrumento para a gestão das pescarias? É sobre estes questionamentos que procurarei refletir.” Assim se refere o autor Cardoso (2001, p. 79). Destaca-se ainda, no trabalho deste autor o traçado histórico que faz sobre as origens do termo território e destaca que este conceito é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII, tendo sido incorporado às análises geográficas. A seguir, considera que a chamada Geografia Crítica permitiu que o conceito de território fosse retrabalhado a partir do entendimento da proposição marxista de que, o que define um território é o uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Sendo assim, Cardoso (2001), define território, descrevendo que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e mesmo territórios pesqueiros. Estes podem ser delimitados formal ou informalmente garantindo a reprodução dos pescadores e transformando-se em instrumento de gestão das pescarias.

Os arranjos socioespaciais que constituem a realidade urbana das cidades brasileiras vêm sendo influenciados, segundo Souza Junior (2008), especialmente nas últimas três décadas, por uma participação constante de segmentos da sociedade civil organizada, entre os quais se destacam os movimentos sociais urbanos (MSUs) pela importância que vêm assumindo ao atuarem diretamente no espaço a partir da produção do território, (conquista da moradia). O trabalho de Xisto Serafim de Santana de Souza Junior (2008), intitulado: *A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa – PB*, busca analisar a influência dos atores na produção social do espaço urbano, a qual se expressa na luta pelo direito à cidade. Subdividido em cinco capítulos, o texto corresponde à formação dos fundamentos que sustentam os processos responsáveis pelo surgimento dos atores sociais e suas relações com os fatores de formação da cidade. Para tanto, considerou como recorte territorial a cidade de João

Pessoa (PB) pelo fato dos MSUs presentes na cidade ainda estarem em processo de consolidação, ao contrário da realidade encontrada em outras metrópoles brasileiras. A pesquisa está estruturada a partir da análise dos discursos dos atores sociais estudados (MNLN, MLB, CMP e NDV)⁵ a cerca de temas como a produção do espaço e o futuro da cidade, sendo os resultados relacionados à análise da influência destes atores no processo organização do espaço.

O texto de Souza Junior (2008), trata da origem do termo território. O autor relata que esta origem encontra-se diretamente relacionada às práticas que justificam as formas pelas quais o homem participa da produção do espaço onde vive. Assim, o uso da concepção passa a ser associado a uma diversidade de significados, quase sempre relacionados às relações de poder entre os atores sociais. Souza Junior (2008), descreve a necessidade de haver uma visão de território a partir da concepção de espaço como híbrido: híbrido entre sociedade e natureza e entre política; híbrido entre economia e cultura e entre materialidade e 'idealidade', em uma complexa interação tempo-espaço, assim concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. Tal afirmação tem base em Rogério Haesbaert, na obra: "O Mito da Desterritorialização: do 'fim dos territórios'".

Para Souza Júnior (2008), de fato, o território, assim como seus desdobramentos (territorialidade, territorialização, multiterritorialidade etc.), está prioritariamente relacionado às relações de poder expressas no espaço. Mais do que a compreensão do significado de território, o problema passa a ser a necessidade de se identificar as suas diversas origens e definir as tendências ou imagens produzidas enquanto mecanismo de apropriação do espaço.

Assim sendo, o questionamento sobre a produção do espaço, expresso como território, demanda da necessidade de se identificar não apenas os atores ou como eles atuam, mas os motivos que os levam a atuar de uma determinada forma e não de outra; de valorizar determinados elementos socioespaciais e desconsiderar

⁵ Na cidade de João Pessoa (PB), os movimentos que expressam bem tal relação são os movimentos de luta por moradia e de luta pelo ordenamento urbano: O Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN); A Central de Movimentos Populares (CMP); o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB) e o Núcleo de Defesa da Vida (NDV). Os três primeiros por estarem envolvidos com o debate sobre a produção do espaço urbano através da luta pela conquista da moradia e o último sobre a questão da mobilidade urbana (SOUZA, Júnior, 2010).

outros; de optar por algumas formas de participar da produção do espaço ignorando outras igualmente relevantes. No caso dos Movimentos Sociais Urbanos essa produção está relacionada à produção e conquista da moradia. Tem-se, assim, um território da moradia.

A escala na qual o território é produzido não é exclusiva dos atores sociais uma vez que não está alheia aos interesses de outros atores sociais, a exemplo do poder público municipal e dos agentes e empreendedores imobiliários, que ora propiciam as condições de produção e reprodução e, em outros momentos, dificultam esse processo criando contendas com os segmentos da sociedade civil organizada.

4.1.3 O território como Organização, desenvolvimento e processo de expansão territorial.

De uma parte, o território se moderniza como recurso para a riqueza de uns poucos, de outra parte, a maioria sofre com a falta de investimentos sociais. Qual é o ritmo de desenvolvimento econômico, político e/ou social? Quais os principais fatores que influenciaram e as principais características territoriais desse desenvolvimento? São essas e outras questões que muitos pesquisadores levantaram e desenvolveram em suas pesquisas de doutorado.

No trabalho de Rogério Leandro Lima da Silveira (2007), com título: *Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no vale do Rio Pardo – RS* baseia-se no pensamento de Milton Santos ao discutir o desenvolvimento e a consolidação da agroindustrialização do fumo sob a hegemonia do capital monopolista multinacional fumageiro. Segundo Silveira (2007), tal fato promoveu, no território, um crescente e desigual conteúdo técnico científico informacional, com profundos reflexos na dinâmica de organização e de evolução da rede urbana. A prevalência da racionalidade que guia a reprodução ampliada do capital fumageiro em relação aos demais agentes sociais regionais passou a orientar a modernização da fumicultura e do território, bem como a regular as relações espaciais internas à região e aquelas envolvendo a região e distintos e distantes espaços da espacialidade fumageira, em escala mundial.

A dinâmica e a lógica de configuração e de funcionamento dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação do fumo e do cigarro, que alcançam a região, tornaram-se determinantes no desenvolvimento urbano e regional.

O território, segundo Silveira (2007), ao invés de ser pensado como simples reserva de recursos sem passado e sem futuro reafirma sua condição de estrutura de organização e de interações sociais, revelando-se um elemento chave na articulação das distintas temporalidades sociais. O objetivo do trabalho de Silveira (2007), é de apreender o processo histórico de formação, de organização e de utilização do território regional do Vale do Rio Pardo, sendo este fortemente integrado ao mercado mundial de fumo em folha, tendo como foco a dinâmica relacional entre a constituição e o funcionamento do complexo agroindustrial do fumo e a produção do espaço urbano e regional. Silveira (2007), concebe o espaço geográfico de acordo com Milton Santos, um território usado: quando pensamos o território, buscamos necessariamente 'levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política' (SILVEIRA, 2007, p. 34 *apud*, SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 247).

A utilização do território pelos agentes sociais depende tanto da existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas socialmente daquelas formas atualmente usadas, quanto da existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais. Para Silveira (2007) isso revela que ao longo do processo histórico de constituição de um território, como o da região do Vale do Rio Pardo, os usos são distintos e desiguais.

O trabalho: *Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade* de Nécio Turra Neto (2008) tem como objetivo a apreensão e análise da sociabilidade juvenil no meio urbano, considerando o tempo, o espaço, as redes e os territórios. A abordagem tem como foco o processo de constituição de um lugar ao longo do tempo e como as práticas e espaços de sociabilidade disponíveis foram se transformando no processo, ou sendo alteradas pelas próprias transformações na sociedade local, sempre articuladas com contextos relacionais mais amplos.

Para desenvolver essa perspectiva analítica, Turra Neto (2008), aborda primeiro as diferentes gerações (de 1950 e 1970), que viveram sua juventude na cidade tendo como procedimento metodológico o trabalho com a memória.

Posteriormente, procurou considerar a contemporaneidade da sociabilidade juvenil na cidade, pensando nos múltiplos processos que estão envolvidos na constituição das redes de sociabilidade.

Para isso, a sua investigação foi desenvolvida a partir de duas culturas juvenis transterritoriais que ganharam condições de possibilidade na cidade e que se ampliou e fragmentou ao longo do tempo. Tratam-se das culturas juvenis *punk* e *hip-hop*. Estas também são abordadas a partir da memória, que visa reconstruir a trajetória histórica de cada uma delas na cidade e o processo de constituição localizada das redes de sociabilidade que elas geraram.

Os conceitos centrais que embasam a elaboração desta tese foram: juventudes, sociabilidade, culturas juvenis, lugar e território. O pesquisador desenvolve um longo debate sobre o conceito de território. Turra Neto (2008), aponta que para haver a territorialização das culturas juvenis na cidade houve a desterritorialização de antigas formas de sociabilidade e mesmo de socialização, o que também conduziu à produção de novas formas territoriais. Para tal afirmação, Turra Neto (2008) se baseia em Rogério Haesbaert (2004; 2007).

O pesquisador aponta Marcelo Lopes de Souza (2001) e Rogério Haesbaert (2001; 2004; 2007), que debateram teoricamente o conceito de território, recuperando sua etimologia, contrapondo autores tradicionais, avaliando tendências, com vistas a (re)construção do conceito, em sintonia com as dinâmicas do mundo contemporâneo.

Turra Neto (2008), entende que há um consenso entre estes e outros autores e que no centro do conceito de território está a dimensão do poder. Assim, entende que Território é o conceito político por excelência e denota relações de poder que se dão no espaço, que se tornam parte do espaço (espacializam) e mediadas pelo espaço. A ideia de poder, entre os autores em questão, é ampla e envolve desde o poder entre Estado-Nação e, em escala planetária, aos micropoderes com inspiração em Michel Foucault.

Turra Neto (2008), cita Marcelo Lopes de Souza ao definir território como um “campo de forças”, uma rede de relações sociais que desenha limites e alteridades que se projetam espacialmente. Neste sentido, o território não envolve necessariamente a produção concreta de um espaço, mas a apropriação de espaços já construídos, sobre os quais se projetam relações de controle e se estabelecem limites que definem um “nós” e um “eles”. Nas palavras de Turra Neto

(2008), a partir dessa aproximação conceitual, é possível perceber que a delimitação de um território não é algo que se possa fazer considerando apenas a paisagem, pois território nem sempre é uma entidade que se constrói fisicamente, ainda que sua materialidade seja inegável e influencie muito na sua constituição.

Entende-se que a delimitação territorial passa pela consideração dos sujeitos sociais que se territorializam e levam Turra Neto (2008), em sua tese, a escrever que é pelo estudo dos grupos sociais que se tem acesso ao território e, também, ao tipo de território que constituem, visto que, as formas assumidas pelas relações sociais de poder e projetadas no espaço são bastante diversas.

Em *Transformações na paisagem da Bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e perspectivas de desenvolvimento territorial*, Gilnei Machado (2009), mostra que as ações da sociedade no espaço e na natureza têm, ao longo do processo de ocupação do espaço, provocado alterações significativas na paisagem, fazendo com que a paisagem seja o resultado da ação humana no espaço.

Ao ocupar um espaço e disseminar sobre ele um conjunto de objetos fixos e um conjunto de relações (fluxos), sejam essas de poder ou não, os homens transformam-no em território, fazendo com que espaço e território não sejam termos equivalentes. Somente se exerce poder sobre um espaço fazendo com que este se transforme em território, quando existe algo neste espaço que chame a atenção, desperte o interesse econômico, social, cultural ou de outra forma. Para Machado (2009), o território, nesse sentido, passa a ser “fonte de recursos” para o grupo social que sobre ele exerce poder.

Para compreender essa transformação do espaço da bacia hidrográfica do Rio Marrecas em território, a pesquisa de Machado (2009), teve a preocupação em analisar as transformações ocorridas na sua paisagem ao longo do processo de ocupação da mesma, atento, principalmente, no período entre 1950 e 2008 e procurando destacar quais os atores territorializantes e as ações por eles realizadas sobre o território. Para tanto considerou como base a totalidade da bacia (o espaço urbano e rural). Por meio de análises foi possível verificar que em cada década, desde a ocupação efetiva na década de 1950, destacaram-se diversos atores/agentes territorializantes que efetivaram a transformação do espaço em território por meio de ações também diversas, seguindo os interesses pessoais e coletivos.

Machado (2009) descreve a origem do conceito de território baseando-se em Marcelo Lopes de Souza ao salientar que este conceito surgiu na tradicional Geografia Política, como sendo o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos) ocupado por um grupo social. Destaca Ratzel ao desenvolver a noção de território a partir da concepção de *habitat* muito utilizado nas ciências biológicas. Desta maneira, o território surge como sinônimo de ambiente, de solo, de recursos naturais. Machado (2009) baseia-se também em Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, e Horacio Bozzano e acrescenta que:

[...] Bozzano (2000), numa abordagem similar a de Milton Santos, afirma que o território é um lugar onde se desenvolvem processos naturais e onde ocorrem processos sociais, cuja combinação o torna mais complexa que qualquer visão analítica profunda de seus componentes. O território não é só a soma e a combinação de formas espaciais e processos sociais. Em sentido amplo e enquanto cenário de articulações complexas entre sociedade e natureza, o território contém estes e suas vinculações (MACHADO, 2009, p. 47).

Portanto, o território não é a natureza, não é a sociedade e nem sua articulação. Território é natureza, sociedade e articulações juntas. Machado (2009) escreve que é importante deixar claro que a discussão sobre a construção histórica do território por sociedades que materializam suas ações na paisagem é central em sua pesquisa sobre a problemática em questão. Essa forma de análise permitiu afirmar que o espaço correspondente a uma bacia hidrográfica pode ser considerado um território, considerando que ele passa por esse processo de apropriação e transformação. Espaço-território-paisagem estão em íntima relação e acontecem em virtude das relações sociedade-natureza. Por isso são, também, conceitos centrais na abordagem realizada.

Sobre a modernização da agricultura há os trabalhos de Roseli Alves dos Santos: *O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná e O poder da rede na materialização de Programas de Desenvolvimento Rural: Território da cidadania Região Central/RS* de Suelen de Leal Rodrigues.

A tese de Alves dos Santos (2008), discute a característica mais reconhecida da chamada “modernização da agricultura”, ou seja, a mudança na base técnica da produção e suas consequências econômicas. Entretanto, resulta de um processo histórico de articulações de poder, estruturado a partir de uma concepção de desenvolvimento, que se repercute territorialmente. Segundo Alves dos Santos (2008), na modernização da agricultura brasileira, a política é uma dimensão

expressiva tanto quanto a econômica e a cultural, as quais se manifestam no cotidiano da sociedade brasileira, alterando a organização territorial: o trabalho, a produção, a tecnologia, o consumo, as relações sociais.

A pesquisadora aponta que o Sudoeste do Paraná é um território formado predominantemente pela agricultura familiar, baseada na exploração em pequenas parcelas de terra, cujas alterações na sua forma de produção são precedidas e procedidas por mudanças políticas, culturais, econômicas e ambientais. Para a compreensão do Sudoeste como um território buscou-se no processo de ocupação efetiva e de modernização da agricultura, as principais relações de poder, envolvendo o período de 1960 a 2006, como são articuladas e quais são os seus principais desdobramentos territoriais.

A pesquisa é realizada obedecendo a uma abordagem territorial que possibilitou à pesquisadora entender as condições locais que caracterizam e diferenciam as unidades agrícolas produtivas, assim como suas diversidades, revelando aspectos centrais do contexto internacional que condiciona a modernização da agricultura. Deste modo foi questionado o modelo de desenvolvimento e de modernização adotado no Brasil e se verificou a urgência de um projeto de desenvolvimento e de modernização para melhorar efetivamente as condições de vida de homens e mulheres que compõem o território do Sudoeste do Paraná, especialmente o território dos agricultores familiares. Este estudo compreendeu a modernização agropecuária revestida de atualidades, pois expressou relações de poder que tencionam uma organização territorial.

Alves dos Santos (2008), procurou conceituar território destacando a importância para a leitura da realidade. Seu trabalho teve o apoio de estudiosos, os quais são salutares na construção conceitual amplamente elaborada no âmbito da Geografia e de outras ciências. O território não é um espaço pronto, acabado, definido e imutável; ao contrário, é um espaço em constante processo de metamorfoses, que vai sendo constituído a partir das relações que nele se estabelecem. Os autores utilizados na tese da pesquisadora foram: Claude Raffestin, Marcos Aurélio Saquet, Friedrich Ratzel, Marcelo Lopes de Souza e Milton Santos.

Alves dos Santos (2008), concluiu que, a partir do processo social de produção e circulação de mercadorias, o homem organiza o território e re-produz-se a si mesmo, biológica e socialmente, reproduzindo a sociedade e o próprio modo

capitalista de produção. Na reprodução da sociedade, os sujeitos são os próprios homens e suas relações sociais se revestem de reciprocidade. Os resultados deste processo, as objetivações, significam um momento da reprodução social do homem na cidade e no campo.

A tese de Rodrigues (2011), vem averiguar a materialização do Programa Territórios da Cidadania na realidade da Região Central do Rio Grande do Sul, por meio das redes criadas pela Cooesperança, Copetec e Coperterra. A pesquisa constatou que o trabalho em rede por estas cooperativas propaga os benefícios do Programa Territórios da Cidadania Região Central para outros territórios. A espacialidade de cada rede criada pelas cooperativas analisadas está presente em seis territórios distintos, beneficiando inúmeras famílias. A pesquisa teve como foco a estratégia de desenvolvimento territorial rural adotada pelo governo brasileiro, chegando ao Programa Territórios da Cidadania, um programa mais amplo que busca desenvolver diferentes ações e ministérios no incremento de áreas rurais e urbanas.

Rodrigues (2011), ao utilizar, em seu trabalho, as categorias de análise em Geografia, descreve o território destacando sua origem no século XV, perpassando pela formação das Cidades-Estados chegando à renovação do conceito de território, o qual ganha força a partir de 1970, no contexto de uma Geografia crítica. A autora cita Claude Raffestin, Ruy Moreira, Marcos Aurélio Saquet, Rogério Haesbaert, entre outros autores. Na pesquisa de Rodrigues (2011), o conceito de território é adotado de acordo,

[...] com as concepções de Raffestin (1993, p. 144). De acordo com o autor, o território [...] “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder”. O território está imbuído nas relações sociais e, dessa forma, possui um caráter que transcende o poder estatal. A ideia de poder utilizada por Raffestin (1993), tem por referência Foucault (1979), que menciona as distintas formas de poder, desde o Estado até aquele que se estabelece nas relações sociais cotidianas de controle e dominação do homem e das coisas (RODRIGUES, 2011, p. 35).

Rodrigues (2011), demonstra em sua tese como o poder flui pelo território, ou seja, as relações marcadas pelo poder, e, também que a propagação do poder presente no território é possível através das redes.

Percebe-se, através das leituras das teses que o território está inserido na compreensão de como se articulam as novas formas de regulação e de governança

no território brasileiro. É possível entender que isto ocorre por meio da análise das estratégias institucionais e organizacionais dos atores locais como, também, por meio dos projetos coletivos de desenvolvimento territorial local.

4.1.4 Uso do território

Os diferentes modos de usar o território são encontrados em diversas teses em Geografia, como amparo ou como recurso constituindo-se em padrões diferentes de organização territorial, pautados em viver com a natureza ou viver da natureza. O território usado como recurso é também abrigo, ou seja, ele é vivido, compartilhado. Estas relações que se dão na horizontalidade cotidiana é que permitem a recriação dos usos do território e, portanto, das técnicas.

A tese *O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas Conservadoras*, do autor João Santos Nahum (2006), vem descrever que um sistema de ações conservadoras se reproduz a cada processo de modernização do território de Barcarena no estado do Pará. As inovações que o território barcarenense conhece, a partir da implantação da Albrás/Alunorte, na configuração territorial ou na administração pública, se reproduz de acordo com o sistema de ações conservadoras compondo uma modernização fabulosa feita de simulações e artifícios, os quais, segundo Nahum (2006), estão mais preocupados em parecerem modernos do que em ser modernos, posto que escondem o sistema de ações políticas dos que usam o território como recurso para garantir os interesses e privilégios de um pequeno círculo de agentes sociais.

Nahum (2006), descreve que em uma parte do território barcarenense instala-se um sistema de objetos técnicos, associados aos sistemas de ações também técnicas, que indissociavelmente e solidariamente são instrumentos de relações e aproximações entre lugares e regiões, quer à escala do país, quer entre países. O pesquisador, em sua tese, se baseia em Milton Santos ao escrever sobre a fragmentação do território, ao mesmo tempo em que se aprofunda a divisão entre as classes sociais exigindo da elite maior controle sobre a inelutável pressão social.

O pesquisador, ainda descreve que os objetos geográficos contêm informação e a sua distribuição no território informa como este pode ser usado.

Afirma ainda, segundo Milton Santos, que é o sistema de ações que dá vida aos objetos, portanto uma análise do espaço geográfico não pode tomar estes sistemas de forma indissociável.

A gestão do território é, assim, um conjunto de ações de reordenamento dos sistemas de objetos que oferece a configuração territorial de um lugar. Segundo Nahum (2006), para o bem ou para o mal, as políticas governamentais compõem um sistema de ações de reordenamento do território de toda a sociedade de um lugar.

A tese de Lídia Lúcia Antongiovanni (2006), denominada *Território como Abrigo e Território como Recurso: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo* vem estudar os diferentes padrões de organização territorial. Para tanto, Antongiovanni (2006) traz alguns elementos do processo de territorialização do setor de celulose no norte do estado do Espírito Santo e a organização de movimentos sociais do campo que constroem suas proposições no escopo da educação do campo e da agroecologia. A discussão da dualidade contida em “território como abrigo” e “território como recurso” tem uma distinção que é expressa em diferentes padrões de organização dos territórios, resultam de outras tecnologias de conhecimento, gerando uma diferenciação no tipo de tecnologia dominante nas relações territoriais para a reprodução da vida e para a produção.

Esta coexistência conflituosa de projetos territoriais distintos expõe conflitos em relação aos usos dos territórios como recurso e como abrigo de seus componentes vitais terra e água. Para Antongiovanni (2006), estes marcos simbolizam padrões de organização territorial gerados pelas concepções de natureza mercadoria, natureza manancial da vida contidas em território como abrigo e território como recurso.

A pesquisadora utiliza Milton Santos entendendo que este pensador se preocupa com a ideia dos diferentes usos do território como ela descreve em um trecho de sua tese:

[...] é preciso compreender que “território usado” expressa o sentido contido em “território em sendo usado”, isto é, ele só se faz no seu movimento, no seu uso daí o termo território usado: O velho Kant já dizia que as idéias precedem de tal modo as palavras que, com freqüência, as palavras não refletem corretamente as idéias. Se usarmos o gerundivo, o **território em sendo usado**, isso acaba pesado, mas, na realidade, o que eu digo é que há uma situação e que a dialética se dá entre os homens, e os homens no território, e não entre os homens e o território como definido classicamente. Permanece certo tipo de dualidade, mas em que o espaço já não é totalmente separado daquela outra categoria os seus usuários (ANTONGIOVANNI, 2006, p. 12).

A expressão território usado é assim entendido como “território em sendo usado”, traz para o debate a relação sociedade-natureza. Como já descrito por Milton Santos na sua obra “Por uma outra Globalização”, este território usado se constitui como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes.

Antongiovanni (2006), utiliza a definição de território de Porto-Gonçalves (2006): [...] o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder. (ANTONGIOVANNI, 2006, p. 13). O conceito de territorialidade e os processos de territorialização trazem movimento ao território e a possibilidade/necessidade de pensar territórios para além das fronteiras cartesianas.

A pesquisadora também utiliza Rogério Haesbaert ao definir território, ao ressaltar que o atual reaquecimento do debate sobre este conceito surge de forma contraditória ao se preocupar em explicar a desterritorialização e que o processo de desterritorialização gera também uma reterritorialização. Deste modo, o debate sobre desterritorialização acaba por reafirmar o território. O território usado como recurso é também abrigo, ou seja, ele é vivido, compartilhado e, são estas relações que se dão na horizontalidade cotidiana que permitem a recriação dos usos do território, portanto, das técnicas.

A obra *Marãñ Bödödi – a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró*, de Maria Lúcia Cereda Gomide (2008), descreve que a reprodução física e cultural dos povos indígenas em seus territórios, em grande parte está condicionada à demarcação de territórios indígenas, que considere a territorialidade e o modo de vida indígena. No entanto, não foi o caso do território Xavante. A demarcação do território indígena Xavante em diversas terras indígenas ilhadas e, portanto, separadas entre si, causou inúmeros conflitos socioambientais alterando seu modo de vida. Segundo Gomide (2008), reconstruir o território indígena que foi erroneamente e intencionalmente fragmentado e demarcado em ilhas é um significativo desafio político para o povo Xavante.

O recorte geográfico da pesquisa são as terras indígenas Xavante no leste matogrossense, destacando a bacia hidrográfica do rio das Mortes, MT. O motivo deste recorte deve-se à importância geográfica da unidade territorial na discussão do território indígena e, principalmente, à importância cultural, simbólica e ambiental.

Um dos conceitos-chave da pesquisa de Gomide (2008) é o de território. Este conceito fundamenta-se nas contribuições teóricas dos geógrafos Milton Santos, Rogério Haesbaert, Antonio Carlos Robert de Moraes e Wanderley Costa. Dispõe a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço, ou seja, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, de um poder mais material das relações econômicas e políticas a um poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.

Ao verificar o conceito de território nas teses lidas, (em número de 45 teses e arroladas, anteriormente, no quadro 2), apreende-se um sentido deste conceito como representando uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um determinado grupo humano. Por outro lado, verifica-se que os pesquisadores se baseiam em Claude Raffestin, ou seja, na ideia de território fundamentalmente definido e delimitado por e a partir das relações de poder, sempre atento para a necessidade de analisá-lo em suas várias escalas, considerando a possibilidade de vários poderes sobre um mesmo território.

Também foi possível compreender que as pesquisas apresentadas e referentes às teses contendo a palavra-chave território se utilizam deste conceito de modo heterogêneo, servindo aos propósitos de investigação em se tratando de estudos que exijam a determinação do espaço, ou seja, respondendo o *onde* para o corpo da Ciência. Diante de tais reflexões,, acredita-se que o uso deste conceito seja generalista. Da mesma forma poderá ser visto com relação ao conceito de lugar.

Chama a atenção, quando se verifica nos trabalhos que abordam o conceito território a presença dos mesmos pensadores geógrafos e não geógrafos nos trabalhos que abordam o conceito lugar. Isto pode ser averiguado seguindo as análises e os quadros apresentados. Por outro lado, poucas são as teses que trazem para seus trabalhos de pesquisa alguma bibliografia diferenciada. Tais reflexões podem ser observadas no quadro 5.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS PESQUISAS* EM GEOGRAFIA COM A PALAVRA-CHAVE TERRITÓRIO, PERÍODO DE 2001-2011.

Abordagens

- Econômica;
- Territorial;
- Sociológica,
- Política;
- Filosófica;
- Histórico-Crítica;
- Dialética Marxista.

Conceitos

- Território;
- Desterritorialização;
- Territorialidade;
- Microterritórios;
- Multiterritorialidade;
- Poder;
- Cidade;
- Espaço.

Técnicas

- Pesquisa Qualitativa;
- Bibliográfica;
- Pesquisa Quantitativa;
- Procedimento Misto;
- Entrevistas;
- Questionários;
- Trabalho de campo;
- Entrevistas emiestruturadas e observações.

Principais Autores

- Claude Raffestin;
- Friedrich Ratzel;
- Marcos Saquet;
- Rogério Haesbaert;
- Robert Sack;
- Milton Santos;
- Marcelo Lopes de Souza;
- Michel Foucault.

* Em teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001-2011

Quadro 5 – Características gerais das pesquisas em Geografia com a palavra-chave território, período de 2001-2011.

Levantamento e organização: Mariane de Oliveira Fernandes, 2013.

4.2 Produções entre 2001-2011 com a palavra-chave lugar

O lugar tem sido muito utilizado em estudos relacionados à Geografia Cultural e no contexto da abordagem fenomenológica e da percepção ao se referir a um determinado grupo humano que ocupa uma fração específica do espaço geográfico, identificando a singularidade. Ele vem ganhando importância não só na geografia, mas em outros ramos do conhecimento, pois transcende em muito a ciência geográfica, mantendo diálogos com outras ciências. No entanto observou-se que não foram muitos os trabalhos analisados que continham a palavra-chave lugar, principalmente no início do século XXI.

Através da leitura nas teses, referentes ao período determinado nesta investigação, a partir de 2005, salienta-se a grande preocupação dos geógrafos em discutir a identidade do lugar, alicerçada na análise das temáticas relacionadas às percepções, atitudes e valores, mas também, na visão da globalização, efetuando-se concretamente no lugar, por meio do qual o mundo pode ser percebido e interpretado nas suas diversas dimensões.

Muitos trabalhos carregam em si as diferentes abordagens e definições de lugar em seu corpo teórico metodológico como nos trabalhos de Sturza (2005), Gonçalves (2006), Hauresko (2009), Barcellos (2008), Neto (2008), Lindner (2011).

Os autores procuram evidenciar a importância desta terminologia espacial nas pesquisas em Geografia como também, apresentar e esclarecer como o debate sobre o lugar vem sendo investigado por diversas ciências e como vem sendo estudado por seus idealizadores.

Observa-se que alguns pesquisadores, em seus trabalhos de tese, fizeram uso do conceito de lugar como expressão de uma dinâmica única, percebida no espaço geográfico; em outros trabalhos, os pesquisadores procuraram identificar a importância deste conceito na ciência geográfica; enquanto em outros trabalhos se fez uso deste conceito no processo ensino-aprendizagem. Igualmente variadas foram as abordagens no tratamento deste termo do ponto de vista teórico-metodológico do desenvolvimento das pesquisas analisadas. Assim, pode-se entender que o conceito lugar foi utilizado em pesquisas que tratam de relações econômicas de grupos sociais; em abordagem histórico-cultural; em análises

sociológicas e também em análises políticas; além das práticas educativas e na pesquisa colaborativa (Quadro 6).

4.2.1 O mundo no lugar

A relação dialética entre o mundo e o lugar, muito tem sido debatida pelos geógrafos, principalmente quando utilizam as concepções do Marxismo, onde lugar é entendido como expressão geográfica da singularidade, descentrada, universalista e objetiva.

Essa visão considera o lugar como produto de uma dinâmica única, resultado de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação. A origem dessa percepção encontra-se relacionada à expansão dos modos de produção capitalista, que através de uma ampla rede de fluxos, conseguiu incorporar diversos pontos do planeta. Os pesquisadores que se utilizam destas concepções em suas abordagens procuram esclarecer que a relação dialética ao fazer debate sobre a categoria lugar, segundo Hauresko (2009), ajuda na compreensão da centralidade do lugar, não apenas enquanto fenômeno, mas também enquanto categoria geográfica de análise, importante e atual.

A redefinição do lugar é colocada como uma necessidade perante às mudanças que acontecem nos dias atuais de forma muito mais visível e acelerada do que em outros momentos da história. Hauresko (2009), se utiliza de uma citação de Milton Santos para justificar a abordagem utilizada em seu trabalho: Dentro desse processo de redefinição, o mundo – que visto como um todo é nosso estranho – tem sua existência revelada pelo lugar – nosso próximo (HAURESKO, 2009, p. 46 *apud* SANTOS, 2009, p. 34).

O trabalho de Baggio (2005), propõe uma análise e uma avaliação de práticas de uso do espaço na cidade de Belo Horizonte, a partir das quais discute as possibilidades e limites na contemporaneidade capitalista. A partir de alguns recortes sócio-espaciais desta cidade, analisa as práticas e modos territoriais de vivência destes lugares, desenvolvendo uma análise na perspectiva do conflito permanente entre valor de troca e valor de uso, acrescentando, em suas análises, um olhar epistemológico, entre outros fatores. Um dos autores que Baggio (2005), utiliza é

Ana Fani Carlos ao descrever que todos os lugares do planeta são atingidos, direta ou indiretamente, pelos vetores da dinâmica global (BAGGIO, 2005, p. 10). E o que se faz destes lugares? Baggio (2005), questiona na conclusão do seu trabalho da seguinte forma:

O que fez desses lugares queridos, ao gosto e ao afeto daqueles que o vivenciam. Conquanto a mercadoria (e o valor de troca nela existente) seja um ingrediente forte e cada vez mais presente nas relações sociais, logo, sócio-espaciais, a resposta se situa para além dela, uma vez que estes lugares cumpriram e cumprem funções significativas, simbólicas e práxicosensíveis, à existência, à vida, constituindo-se estes lugares em espaços de apropriação matizados pelo gosto e pelo afeto como também um valor de uso (BAGGIO, 2005, p. 194).

Para o autor não é aplicável reduzir lugares estudados, em sua pesquisa, à lógica da mercadoria e sim, condicionar as melhorias e avanços acerca das condições de existência de um dado lugar através do afeto e a gosto de seus usuários, sendo assim as chances e a probabilidade de melhorias seriam maiores.

Ainda à luz das profundas mudanças dentro de uma lógica modernizante, há as teses de Holanda (2007), ao trabalhar as *Modernizações e espaços seletivos no nordeste brasileiro*. Sobral: *Conexão Lugar/Mundo* e Hauresko (2009), com o trabalho *Entre tradição e modernidade: O lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR)*. Para Holanda (2007), a cidade de Sobral no Estado do Ceará, como em muitas cidades do Nordeste brasileiro, recentemente, pós-década de 1990 teve seu território usado por atividades econômicas com aspectos mais dinâmicos como na implementação de empresas, implantação de novos serviços, diversificação e expansão do comércio, etc. Holanda (2007), utiliza autores como Milton Santos e Braudel ao discutir conceitos como “economia-mundo”. Segundo Holanda (2007), atualmente, cidades como a de Sobral (CE) estão sendo inseridas em uma “economia-mundo”, sendo estas interligadas seja por meio da produção, do consumo ou da informação, passando muitas vezes por intervenções crescentes do mundo no lugar. Ao ler o trabalho de Holanda (2007) e Hauresko (2009), identificam-se as ideias de Milton Santos ao descrever que o espaço, um objeto da Geografia, é indissociável, composto do sistema de objetos e sistema de ações, sendo assim, referindo a cada lugar e ao mundo, pois, em cada lugar, coexistem frações desses sistemas, cuja totalidade é o mundo (HOLANDA, 2007, p. 31), bem como o de Hauresko (2009), ao trabalhar com as comunidades tradicionais faxinalenses na contemporaneidade.

Hauresko enfatiza a organização sócio-espacial destes lugares e os elementos que possibilitam compreender a dinâmica das comunidades tradicionais inseridas na sociedade moderna. As comunidades faxinalenses são tomadas como lugares, caracterizadas em dois momentos históricos: na época do estabelecimento dos imigrantes europeus no interior do Paraná, ocorrido nos séculos XIX e XX, e o período atual, onde foram identificadas transformações ocorridas com a introdução dos novos sistemas de objetos e ações. Tanto o trabalho de Holanda (2007), quanto o de Heuresko (2009), afirmam que a aceleração contemporânea dos objetos e das ações estimula os eventos e se multiplica nos lugares, gerando simultaneamente homogeneização e diferenciação.

Em alguns trabalhos encontra-se a trajetória dos lugares, ou seja, o lugar ao longo do tempo histórico, como no trabalho de Neto (2008): *Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade*. O objeto desta tese centra-se na apreensão e análise da sociabilidade juvenil no meio urbano, considerando o tempo, o espaço, as redes e os territórios. A abordagem, por isso, tem como foco o processo de constituição de um lugar, ao longo do tempo e como as práticas e espaços de sociabilidade disponíveis foram se transformando no processo, ou sendo alteradas pelas próprias transformações na sociedade local. Esta tese procurou compreender o lugar tanto na sua trajetória história, como em um contexto/condição para a existência dos referidos grupos juvenis. O autor cria um panorama dos conceitos de lugar utilizando-se de três autores, com tendências diferentes (Tuan, Santos, Massey). Neto (2008, p.35) usa o pensamento de Milton Santos ao dizer que se faz necessário entender que os eventos do mundo chegam ao lugar ao longo do tempo histórico, no entanto, no lugar, os diferentes eventos, de diferentes momentos, devem coexistir em um mesmo espaço contíguo, o espaço de todo mundo.

Barcellos (2008), ao escrever sobre a *Desterritorialização e resistência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose* discute como a modernidade ocidental somada a outras formas de dominação (colonialismo, capitalismo, projeto hegemônico de desenvolvimento, neoliberalismo, globalização hegemônica) alteram profundamente a relação da humanidade com o ambiente. Segundo Barcellos (2008), a nova conformação territorial fragiliza o papel e o poder da mulher na sociedade Tupiniquim que ele estuda. Diante de uma realidade tão complexa, essa população reafirma a importância do lugar como foco

de resistência ao projeto hegemônico global que trava, há quarenta anos, uma luta incansável pela recuperação territorial. Na trajetória dos Tupiniquins, eles foram forçados a se espremerem em fragmentos de terras e a constituírem novas relações dentro e fora do lugar. A adoção de novas estratégias de relação com o seu lugar foi o que possibilitou a sua resistência. A experiência Tupiniquim comprova que no lugar reside a possibilidade de resistências a lógicas “hegemonizantes”.

Barcellos (2008), se utiliza das citações de Milton Santos e de Ana Fani Carlos ao descrever que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares – lugares contíguos e lugares em rede – entendidos como espaços do acontecer solidário, que determina usos e gera valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais (BARCELLOS, 2008, p. 30 *apud* SANTOS, 2005a). É também no território que se experimenta a contradição entre o mundo e o lugar, entre o local e o global. Assim como o território, o lugar ganha importância na compreensão do mundo contemporâneo. Por isso, o lugar aparece como um desafio à análise do mundo moderno, exigindo um esforço analítico muito grande, que tende abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica (BARCELLOS, 2008, p. 30 *apud* CARLOS, 2000).

O lugar como desafio à análise do mundo contemporâneo também é compartilhado por Hauresko (2009), ao trabalhar com a temática referente às formas de apropriação do espaço e organização social estabelecida no movimento de estruturação do lugar pelos faxinalenses, especificamente de Anta Gorda no município de Prudentópolis e Taquari dos Ribeiros no município de Rio Azul, Estado do Paraná. A escolha do conceito de lugar, por esta pesquisadora, partiu do entendimento de que este conceito permite análises mais localizadas, no tempo e no espaço. Estas análises podem proporcionar respostas mais claras, pois o conceito de lugar representa a dimensão do espaço mais próximo tanto para o indivíduo quanto para a coletividade. E não apenas tais análises, mas como descreve Hauresko (2009):

Entendemos que a complexidade do mundo está nos lugares e isto faz com que compreendamos a totalidade do mundo a partir deles. Nesse sentido, a busca pela compreensão do lugar exige o entendimento das contradições tomando como bases os pares dialéticos: o interno e o externo, o novo e o velho, o tradicional e o moderno (HAURESKO, 2009, p. 14).

Para esta autora, o lugar é o resultado momentâneo da experiência de uma população local, embora progressivamente tal ocorrência seja regional, nacional e global. Parte-se do lugar/local, analisando as particularidades históricas do mesmo e os efeitos da modernidade sobre ele. Em Santos (1991), encontra-se uma definição que Hauresko (2009), também compartilha. Para Milton Santos a definição do lugar está condicionada ao conjunto de especificidades e, esta categoria geográfica, é considerada tanto como produto de uma dinâmica, que é única, ou seja, resultante de características históricas e culturais intrínsecas ao seu processo de formação, quanto como uma expressão das influências externas, não locais.

Aspectos neoliberais que suscitaram debate amplo, vivido e experimentado pós 1990, encontram-se no trabalho de Toledo (2009): *O mundo no lugar: o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA) (A viabilidade do território brasileiro para uso corporativo e a modernização do Porto de Santarém)*. Este trabalho trata das ações modernizantes realizadas no município de Santarém, no estado do Pará, Região Amazônica do Brasil, principalmente em seu porto, modernizado exclusivamente para atender à demanda de empresas privadas, sem trazer, contudo, o desenvolvimento ao município.

Segundo Toledo (2009), o atual projeto de modernização neoliberal está fundado em uma razão instrumental estritamente orientada para o aprimoramento técnico da produção e do território. Segundo o autor, para assegurar eficácia e eficiência ao sistema de ações das grandes empresas hegemônicas, são impostas ações modernizantes aos territórios nacionais.

Em Toledo (2009) esse processo de modernização dos lugares é alienado e não traz melhorias no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais, nem contribuições à emancipação sócio-cultural e política capaz de permitir o exercício da cidadania. Entretanto, assim como o mundo necessita da mediação dos lugares para se funcionalizar, o território, dimensão política do espaço geográfico, acaba por ser a grande mediação entre o mundo e as sociedades nacional e local. Portanto, este pesquisador, defende a tese de que a modernização dos lugares comandada pelo projeto técnico-econômico neoliberal impõe investimentos do Estado, prioritariamente, para viabilizar um uso corporativo do território nacional, inviabilizando um projeto político mais ampliado à nação no seu todo, o que aprofunda as desigualdades regionais e sociais. O autor faz referências, em seu trabalho, sobre outros autores e suas obras (ver quadro 4) como Milton Santos, na

sua obra *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Expondo trechos referentes ao capitalismo mundial e usando de diversas formas, como por exemplo, impõe-se aos lugares, as privatizações e a concessões de empresas e sistemas de objetos públicos. Trata-se de um cotidiano imposto de fora (TOLEDO, 2009, p. 23 *apud* SANTOS, 1996). Isso ocorre por meio de privatizações, desregulamentação de leis a fim de atender a projetos mundiais.

Muitos trabalhos que abordam a relação dialética apresentam inquietações acerca das transformações ocorridas nestes lugares. O que fez e faz destes lugares, ao gosto e ao afeto daqueles que o vivenciam? Conquanto a mercadoria (e o valor de troca nela existente) seja um ingrediente forte e cada vez mais presente nas relações sociais, logo, socio-espaciais, a resposta situa-se para além dela, uma vez que estes lugares cumpriram e cumprem funções significativas, à existência, à vida, e disto resulta a condição de resistência e de permanência que lhes é comum, o que faz destes lugares um campo de possibilidades ao uso do espaço como também um valor de uso.

4.2.2 A identidade do lugar

A importância do estudo do lugar dentro da Geografia continua sendo defendida por muitos geógrafos e não geógrafos, pois ele integra e espelha nossa análise de mundo com as interconexões entre concepções e usos do próprio lugar. Nas investigações realizadas nos trabalhos de pesquisadores que estão servindo de alicerce para esta pesquisa, as teses dos programas de Pós-Graduação em Geografia, observa-se que eles procuram chegar ao conhecimento da identidade do lugar, alicerçado na análise das percepções, atitudes e valores encontrados na relação, como exemplo, o de moradores de uma cidade com o ambiente.

Muitos trabalhos se apoiam na concepção da abordagem fenomenológica. No âmbito da ciência geográfica tem-se como princípio, valorizar as dimensões de ordem cultural sob a ótica do lugar. Neto (2009), relata que a fenomenologia foi incorporada de maneira implícita e parcial. Geógrafos encontraram, na fenomenologia, o suporte filosófico. Por isso, do método fenomenológico, foram apropriados os conceitos de “mundo vivido” e “ser no mundo” que, na Geografia,

foram traduzidos pelo conceito de “lugar” (NETO, 2008, p. 412 *apud* HOLZER, 1997).

No trabalho de Paula (2009), *Travessias - movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais*, a pesquisadora procurou estudar e compreender, dentro do processo migratório, a formação da identidade rural e as estratégias de reprodução camponesa dos sujeitos migrantes retornados ao lugar de origem no Norte de Minas Gerais através das tradições e das modificações nos modos de vida e trabalho. A pesquisa foi realizada em uma pequena comunidade tradicional ribeirinha e, também, com os sujeitos/atores/personagens do romance, dos contos e novelas do escritor João Guimarães Rosa. Paula (2009) procurou, em seu trabalho, valorizar as dimensões de ordem cultural sob a ótica do lugar, fazendo uma interpretação analítica das categorias tempo-espaço, território, territorialidade, espaço-lugar e percepção através do aporte fenomenológico. Tal aporte, nos estudos referentes à ciência geográfica, para esta pesquisadora, tem sido uma das fontes de orientação teórico-metodológica de pesquisa mais importantes desde a década de 1970. A abordagem da autora é ampla e resulta de leituras de vários autores, recomendando, no final de seu trabalho, que as bases estão sendo lançadas e discutidas por geógrafos ligados à Geografia Humanista, como em Sauer, Buttimer, Relph, Claval, Holzer, Tuan, entre outros.

Outro pesquisador apontado em diversos trabalhos é Marandola Jr., geógrafo brasileiro, professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e do Instituto de Geociências da Unicamp. Segundo Marandola Jr (2012), as pesquisas atuais têm refletido sobre o espaço do lugar na experiência do mundo e, como do ponto de vista geográfico, a Fenomenologia fundamenta a intuição das essências da experiência vivida (do ser-no-mundo) e a experiência pensada (do pesquisador). Tal afirmação é também observada no trabalho de Paula (2009). O objetivo do seu trabalho era de compreender como os lugares são construídos e reconstruídos através da mobilidade humana; como é o cotidiano das pessoas do lugar que ficam na espera daqueles que migram e das modificações no modo de vida e de trabalho, na vida comunitária e na unidade familiar, com o retorno dos migrantes de forma temporária ou permanente. Do ponto de vista da Fenomenologia, através das experiências e dos nossos envolvimento no mundo se constituem as bases do

corpo formal de conhecimento que designamos de 'Geografia' (PAULA, 2009, p. 34, *apud* MARANDOLA Jr, 2008).

O lugar como a representação do particular é descrito no trabalho de Lindner (2011), com título: *A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: Estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul*. Neste trabalho, a autora procurou analisar a organização do espaço do município de São João do Polêsine – RS sob a perspectiva das ruralidades. Focado na análise da paisagem e do lugar, buscou evidenciar a forte influência que as ruralidades exercem em pequenos municípios e como suas permanências influenciam os modos de vida das populações destes locais e, conseqüentemente toda sua dinâmica espacial.

Contudo,

Entender a organização do espaço de um pequeno município brasileiro como o "lugar das ruralidades", eis aqui o grande desafio dessa tese. Pensar como um espaço se organiza requer buscar entender toda a dinâmica de seus habitantes, suas vivências, sua cultura e suas formas de pensar o seu lugar. A organização de um espaço é percebida através da paisagem do lugar, pois é através dela que se pode visualizar a materialização das ações do passado e do presente, os resquícios históricos da formação e as particularidades de cada lugar (LINDNER, 2011, p. 11).

Lindner (2011), ao estudar os autores como Relph, Sturza, Suertegaray, Sauer, La Blache, Tuan e outros, faz análises do lugar como a representação do particular, um espaço dotado de identidade, de representações, de valores e significações. Não apenas tais análises, mas apresenta um quadro de definições e visões sobre esta categoria geográfica como o de Sturza ao declarar que, o lugar é o local onde o indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade e, assim, se percebe no lugar a identidade de quem ali está (LINDNER, 2011, p. 42, *apud* STURZA, 2005). Através da leitura desta citação percebe-se a importância da relação do homem com o seu lugar.

Lindner (2011), menciona, em seu trabalho, Suertegaray, dando significado às suas apreciações e utiliza a autora para realizar apontamentos em seu trabalho e dizer que durante muito tempo o conceito de lugar, para a ciência geográfica, deriva da cartografia, se tratando de uma dimensão do espaço geográfico na escala local, sendo a dimensão pontual. No entanto, Lindner (2011), aponta que, recentemente, esse conceito foi resgatado como fundamental para a geografia e tratado de forma

mais abrangente, referindo-se ao tratamento geográfico do mundo vivido, ou como apresentado por Suertegaray, trata-se de um conceito que nos remete à reflexão de nossa relação com o mundo (LINDNER, 2011, p. 43 *apud*, SUERTEGARAY, 2001).

Lindner (2011), apresenta outra visão do conceito de lugar ao mencionar em seu trabalho Sauer e La Blache. *Carl Sauer (1889-1975)*, geógrafo norte-americano, autor de *The Morphology of Landscape*, publicada em 1925 e Paul Vidal de La Blache, geógrafo francês, considerado o fundador da Geografia francesa moderna e da corrente francesa de Geografia humana. O lugar, inicialmente associado à ideia de região foi usado por Sauer e La Blache sem aprofundar sua significação. Na década de 1970, recuperado pela Geografia Humanista, como já mencionado anteriormente, o lugar passa à condição de um conceito chave ao ser associado às concepções da Fenomenologia e do Existencialismo.

Os resultados apresentados na pesquisa de Lindner (2011), apontaram que o espaço é antes de tudo uma construção social. Ele se organiza e se transforma de acordo com o ritmo e modos de vida dos que nele habitam, como no estudo de caso da organização do espaço do município de São João do Polêsine, RS. O grande desafio de sua tese, segundo Lindner (2011), foi o de entender a organização do espaço de um pequeno município brasileiro como o “lugar das ruralidades”.

O conceito de não-lugar é trabalhado na tese de Sturza (2005), com título: *Lugar e Não-Lugar em Rondonópolis - MT: Um estudo de cognição ambiental*. No trabalho, Sturza (2005), procura chegar ao conhecimento da identidade do lugar, alicerçado na análise das percepções, atitudes e valores encontrados na relação dos moradores de Rondonópolis com o ambiente. Procura verificar a influência das mudanças no espaço produtivo do Município, nos últimos trinta anos e na construção da identidade do lugar, especialmente no que tange à destruição da paisagem do Cerrado como fator contribuinte para o solapamento do lugar. Conceitos como de não-lugar e topofilia são tratados em seu trabalho.

Por “não-lugar”, Sturza (2005), descreve que este conceito é debatido, principalmente, por geógrafos, antropólogos e outros profissionais, cada qual com proposições teóricas e metodológicas adequadas aos propósitos de sua ciência e, sobretudo, à natureza da investigação. O autor argumenta que os geógrafos estudam o não-lugar sob o foco das características da relação entre o homem e o ambiente, fundamentalmente nos aspectos de percepção, atitudes e valores. Um exemplo apresentado por Sturza (2005), os aeroportos internacionais, são tratados

como o não-lugar, por ter identidade global, pois neles transitam pessoas de diversas nacionalidades, culturas e línguas. Ao tratar do conceito de “topofilia”, utiliza-se de Tuan (1980), e declara que o termo topofilia estaria ligado ao elo afetivo entre pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal (TUAN, 1980, p. 5).

Percebe-se, através das leituras das teses, como os lugares não são apenas abstrações ou conceitos, mas são fenômenos “experienciáveis” diretamente do mundo vivido, cheio de significados, objetos reais e atividades. O lugar passa a ser percebido como a articulação entre as experiências e vivências do espaço, ou seja, a representação do particular, repleto de símbolos culturais, mudanças e permanências, reflexo das vivências de um determinado espaço.

4.2.3 O lugar onde se vive através das práticas educativas

O ensino do lugar nas séries iniciais da Educação Fundamental apresenta-se como um desafio no processo ensino-aprendizagem das séries iniciais. Contudo o ensino do lugar refere-se à possibilidade de fazer com que os alunos aprendam a habitar o seu lugar reconhecendo-o como o “espaço do acontecer”. É a partir do lugar que podemos instaurar o espaço, àqueles que nos convêm e responder a diversas perguntas como: onde, como e por que estamos.

Diversos trabalhos pesquisados apontaram estudos relacionados ao ensino de Geografia para as séries iniciais da Educação Fundamental, o que possibilitou ampliar os horizontes da investigação e compreensão dessa categoria geográfica no que se refere às séries iniciais.

As pesquisas de Santos (2006) e Gonçalves (2006) buscam responder questões relacionadas ao ensino de Geografia para as séries iniciais, a fim de possibilitar a ampliação dos horizontes de compreensão do espaço geográfico.

Santos (2006) ao estudar os *Desafios no processo ensino-aprendizagem do lugar nas séries iniciais da Educação Fundamental: possibilidades para a formação da cidadania* procurou aprofundar seus conhecimentos sobre o ensino de Geografia para essas séries iniciais do Ensino Fundamental, buscando ampliar o horizonte de compreensão do que é o espaço geográfico e, mais especificamente, o conceito de

lugar para melhor interpretar como este é abordado nos sistemas educacionais. Para Santos (2006), o ensino do lugar, só faz sentido e, portanto, não poderá ser ensinado sem que se considere o movimento ou o conjunto das ações da sociedade que lhe atribui sentido. Ensinar a cidade, o bairro só faz sentido à medida que os alunos compreendem que eles mesmos são a sociedade, pertencem ao lugar, têm responsabilidade com o acontecer histórico.

O trabalho de Gonçalves (2006), intitulado: *Os espaços-tempos cotidianos na Geografia escolar: do currículo oficial e do currículo praticado*, busca compreender a ideia de “lugar” que, junto a outros temas da Geografia, faz parte dos conhecimentos escolares, traz uma grande porção de organização, moralização e socialização, e que vem sendo alvo de intensas discussões conceituais, ao longo do processo de institucionalização deste campo de conhecimento. Sendo assim, o trabalho buscou contribuir para a desnaturalização destes processos e ampliação de algumas noções que neles estão envolvidas.

Para isso, a autora dedicou-se a pensar sobre as teorias do currículo, sobre o campo de conhecimento da Geografia, a categoria lugar e, principalmente, a pensar os saberes e fazeres presentes no cotidiano escolar, a partir da compreensão do currículo não apenas como uma lista de conteúdos a serem ministrados, mas como criação cotidiana daqueles que fazem as escolas e como prática que envolve tanto os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico, quanto os conhecimentos e práticas desenvolvidas fora das atividades escolares e da vida cotidiana. A pesquisadora tece referências ao estudo dos espaços cotidianos apontando que estes estudos são preocupações privilegiadas tanto no currículo da Geografia Acadêmica como da Escolar.

Ainda de acordo com esta autora, o lugar, como denomina a própria ciência, é uma de suas categorias analíticas para compreender seu objeto de estudo - por ela mesma delegada - o espaço. E, como indicam os professores a respeito de suas práticas, os “espaços cotidianos” dos alunos são os lugares onde e sobre os quais eles tecem conhecimentos e ações, dentro e fora da escola.

Em seu trabalho, Gonçalves (2006), também faz referências a diversos pensadores como Sauer, La Blache, entre outros, por apontar que nos últimos anos sob influência humanística, o discurso geográfico vem sendo elaborado com base nesta perspectiva, que diz respeito a um espaço que é sempre um lugar carregado de significações. Traz também o debate sobre o lugar como base de reprodução da

vida, salientando que, a partir de 1980, este discurso vem sendo atrelado ao processo de globalização, apontando que as particularidades do lugar são constituídas de horizontalidades e verticalidades, ou seja, cometendo reflexões acerca, também, dos pensamentos de Milton Santos.

Cazzeta (2005), em seu trabalho: *Práticas educativas, processos de mapeamento e fotografias aéreas verticais: passagens e constituição de saberes*, através das reflexões sobre práticas educativas com fotografias aéreas procura inicialmente compreender como os professores do segundo ciclo (3a e 4a séries da Educação Fundamental) de escolas municipais utilizariam as páginas com fotografias aéreas verticais do Atlas Municipal e Escolar (geográfico, histórico e ambiental) do município de Rio Claro/SP em suas práticas educativas. Segundo essa autora, é nessa tensão entre a separação curricular habitual e as aproximações solicitadas pelo estudo do lugar que as fotografias aéreas verticais são inseridas pelos professores em suas atividades de ensino. Sobre o estudo do lugar o autor se refere em seu estudo: A potencialidade dessa linguagem reside justamente nisso, porque ao se conhecer corporalmente o lugar onde se vive, essas fotos irão solicitar os saberes corporais que serão misturados com outros saberes, provenientes de universos culturais distintos (CAZZETA, 2005, p. 33).

Outra maneira de ler o mundo, que é ao mesmo tempo uma maneira de olhar, foi se configurando na elaboração coletiva de uma visão de Atlas no trabalho de Aguiar (2006), ao escrever sobre *A cumplicidade entre a oralidade e a visualidade: lendo o mundo através dos mapas*. Neste trabalho, a autora buscou problematizar as relações entre os espaços de representação e a representação do espaço; entendendo que as estratégias orais são indispensáveis para não encerrar a linguagem cartográfica em si mesma e que, quando em cumplicidade, tornam o mapa um engenho nosso, portanto social.

Onde entra a categoria lugar? As potencialidades implícitas nesta visão indicam que o lugar, cada lugar, é uma teia, uma malha de relações intrincadas a procura de formas. Que toda forma contém seu próprio desenvolvimento e seu resultado: para que as formas se “geografizem” é preciso que elas sejam entendidas como relação, processo que põe em conflito e articula certo número de coisas, de valores, de situações e de acontecimentos.

Para Aguiar (2006), o atlas revela as formas dos lugares que ainda não têm forma. Mesmo quando ainda não sabemos dar forma em termos discursivos ou

conceituais a uma imagem que nos aparece de maneira significativa, logo percebemos que elas contêm suas próprias histórias, as quais, quando narradas, produzem o jogo espontâneo das imagens que requer a cumplicidade entre a oralidade e a visualidade.

Através de leituras referentes do filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), a pesquisadora Aguiar (2006) procurou entender questões ligadas à representação do espaço, à necessidade de reaprender a ver para reaprender o vivido e re-significar o mundo. Ela procurou evidenciar a estratégia das palavras na função representativa da imagem para, enfim, compreender que, quando a imaginação geográfica transforma a visão em apreensão do mundo, é o lugar que representa o mapa. Para esta pesquisadora, através do estudo dos mapas da sua cidade, os alunos se apropriaram de um instrumento de exploração de territórios existenciais e cognitivos que lhes consentiu dar visibilidade ao mundo que se realiza no lugar e, também, dar suporte intelectual eficiente a fim de permitir visualizar e operar rapidamente as informações.

À luz do uso da cartografia escolar, a partir de um projeto de formação de professores para o uso do Atlas, tem-se o trabalho de Rafaela Locali (2008): “Práticas docentes sobre ensino do lugar e cartografia escolar no contexto de uma pesquisa colaborativa: processos de uma construção”.

A pesquisa de Locali (2008), está voltada para um processo de construção, mas de conhecimentos sobre o Ensino do Lugar e Cartografia Escolar, a partir de um projeto de formação de professores para o uso do Atlas Municipal Escolar de Rio Claro/SP. Segundo Locali (2008) foi possível averiguar como professores e alunos, Universidade e Escola, se relacionam com esse conhecimento, na medida em que contemplam o Ensino do Lugar e as Representações Gráficas como linguagens. Ao mesmo tempo, a pesquisadora pode perceber que foi possível compreender como os professores que lançaram mão desse material se relacionaram com as noções de Ensino do Lugar e Cartografia Escolar, tanto nas práticas em sala de aula, quanto em relação aos limites e possibilidades de estar em um grupo de pesquisa, o “Grupo Atlas”. Dentre as principais alegações no grupo, tais professores argumentavam quanto à falta de um material que ofertasse, de maneira didática, um conjunto reunido de informações, dados, fotos, mapas, enfim, de subsídios que contribuíssem para o conhecimento mais aprimorado de seu município, ou seja, do Lugar.

O significado de Lugar, no trabalho de Locali (2008), ganha maior sentido geográfico de localização. Ele compreende relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos com seu ambiente, expressas através dos significados construídos pela experiência. Resultado importante foi alcançado através da utilização do Atlas Municipal Escolar de Rio Claro, SP. O modo de dar aula foi redimensionado, principalmente no que se refere ao ensino do Lugar, uma vez que as professoras-pesquisadoras passaram a preparar atividades que antigamente não lhes eram possíveis. Para Locali (2008), tudo isso ocorre porque cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e essa presença também modifica os valores preexistentes (LOCALI, 2008, p. 55, *apud*, SANTOS, 2002).

O uso de mapas e atlas, como um renovado instrumental para ensinar o Lugar, possibilita um conhecimento mais interiorizado, ou seja, mais significativo para alunos e professores, uma vez que desperta a topofilia, ou seja, o gosto pelo lugar onde se mora ou que a ele criaram-se laços de identidade. A representação do espaço em Atlas permite, também, fazer a leitura do mundo através do Lugar e admite abrir portas para outras discussões e possibilidades de uso deste material. Com isto, entender as relações cotidianas de um lugar específico (no caso, o município de Rio Claro) é entender parte do mundo, pois é no Lugar que as relações se concretizam, se realizam e se transformam (Locali, 2008, p. 56).

Para complementar tais fatos, Locali (2008) traz uma citação de Milton Santos que ilustra bem a pesquisa de Rio Claro, SP: Hoje, graças aos progressos técnicos e à mundialização da economia, a existência, ainda que incompleta, de uma comunidade humana universal permite reconhecer, em cada acontecer, uma fagulha do mundo (LOCALI, 2008, p. 56 *apud*, SANTOS, 2002).

O Ensino do Lugar implica, em síntese, em abordar as relações de identidade e afetividade existentes com o espaço de experiência, bem como possibilita a compreensão do espaço vivido, do espaço do acontecer solidário e, também, do espaço das adversidades do mundo contemporâneo.

Destaca-se que as pesquisas apresentadas nesta parte do capítulo, referentes às teses contendo a palavra-chave lugar, (em número de 17 teses e arroladas, anteriormente, no quadro 3), tratam este termo de distintas maneiras quanto às temáticas e as abordagens, porém, as referências bibliográficas da maioria dos autores são repetidas pelos pesquisados das teses analisadas (Quadro 6).

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS PESQUISAS* EM GEOGRAFIA COM A PALAVRA-CHAVE LUGAR, PERÍODO (2001-2011)	
<p style="text-align: center;">Abordagens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Econômica; • Histórico-cultural; • Sociológica, • Política; • Práticas Educativas; • Pesquisa colaborativa. 	<p style="text-align: center;">Conceitos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lugar; • Lugar/Mundo; • Não-lugar; • Espaço; • Percepção; • Topofilia.
<p style="text-align: center;">Técnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Qualitativa; • Entrevistas; • Questionários; • Trabalho de campo; • Observações para coleta de dados; • Narrativas. 	<p style="text-align: center;">Principais Autores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ana Fani Carlos; • Carl Sauer; • Eduardo J. Marandola Junior; • Edward Relph; • Merleau-Ponty; • Milton Santos; • Paul Vidal de La Blache; • Yi-Fu Tuan.
<p>* Em teses de Pós-Graduação em Geografia de 2001-2011</p>	

Quadro 6 – Características gerais das pesquisas em Geografia com a palavra-chave lugar, período (2001-2011).

Levantamento e organização: Mariane de Oliveira Fernandes (2013)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente trabalho, é necessário ter em mente os conceitos apresentados e sistematizados ao longo para que se possa estabelecer, cuidadosamente, a proposição terminal da construção de contribuições para a sistematização dos conceitos de lugar e território.

Não é objetivo negar a existência de esforços já estabelecidos nessa direção, mas de ampliar o debate através do que vem sendo produzido nas universidades brasileiras em torno da produção dos referidos conceitos, através das leituras das teses que fazem parte dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e o que seus discentes utilizaram como referencial teórico-metodológico baseados em conceitos de geógrafos e não-geógrafos brasileiros e estrangeiros.

Destaca-se a grande importância das universidades, nos estudos realizados pelos Programas de Pós-Graduação, pois estes, ao mesmo tempo e além da produção e transmissão de conhecimento, são os locais onde se procura comparar as experiências importadas de outras nações, examinando quando e como devem ser assimiladas ou rejeitadas. Como saber se o que vem sendo produzido tem sido assimilado ou rejeitado pela Geografia brasileira?

Voltando as décadas de 1960 e 1970, aproximadamente 50 ou 40 anos atrás, mais precisamente na década de 1960, ocorreu a busca pela interdisciplinaridade em nível técnico, indicando uma Geografia considerada científica. Isto teria sido decorrente da necessidade de conhecimento e mapeamento do território brasileiro combinado à ação de diversos estrangeiros já descritos neste trabalho como: Pierre Deffontaines, Jean Tricart, Leo Waibel, entre outros. Na década de 1970 houve uma abertura interdisciplinar ampla no sentido de conhecer e adotar os progressos da interpretação alcançados pelas demais ciências sociais.

Uma Geografia que criticamente era denominada descritiva, no entanto apresentava teoria. E na Geografia atual, o que vem sendo discutido?

Através das análises nas teses selecionadas e pertencentes aos Programas de Pós-Graduação em Geografia pode-se constatar o pluralismo de concepções metodológicas e temáticas no período de 2001 a 2011 nesta pesquisa.

A renovação crítica inserida nos estudos dos autores das teses, discentes dos programas de pós-graduação, revelou preocupação com o dado social e suas análises envolvendo diversas abordagens políticas, econômicas e sociais que foram inseridas e debatidas em seus trabalhos de pesquisa. Identifica-se o resgate de teorias e conceitos que já vinham sendo utilizados no campo geográfico a respeito de conceitos de território e lugar, porém esta discussão não é levada à exaustão da reflexão em torno dos conceitos que permitisse novas revelações à abordagem teórica conceitual em Geografia. Os resgates dos conceitos território e lugar foram utilizados para explicar os fenômenos atuais e salientar tendências teórico-metodológicas, as quais vêm sendo utilizadas em trabalhos geográficos e que se adentram neste século XXI.

O que dizem os autores e o que vem sendo produzido nas teses dos Programas de Pós-Graduação em Geografia com as palavras-chave território e lugar?

O quadro 7 apresenta, em síntese, o entendimento dos pensadores (geógrafos brasileiros e estrangeiros e os não geógrafos) mais utilizados pelos pesquisadores em suas teses que tratam de assuntos envolvendo os conceitos território e lugar. Identifica-se, deste modo, a aceitação dos conceitos trazidos para dentro das temáticas de teses envolvendo as análises sem questionamentos a cerca do emprego dos conceitos, tal como definidos pelos autores, de modo a possibilitar avanços teóricos para a reflexão na Ciência Geografia.

ENTENDIMENTO DOS PENSADORES SOBRE O CONCEITO TERRITÓRIO MAIS UTILIZADOS NAS TESES, 2001-2011.	
Pensadores	Apontamentos
Claude Raffestin	Utilizando referencialmente Michel Foucault, entende o poder do território como multidimensional, ao entender que a atuação do Estado encontra-se com outras dimensões do poder, incluindo as práticas e relações cotidianas da sociedade. Este autor defende a existência de múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais e locais.
Milton Santos	O território é visto como unidade e diversidade, ou seja, é uma questão central da história humana e de cada país e constitui o pano de fundo do estudo das suas diversas etapas e do momento atual. O território tem um sentido peculiar e, por isso, é acrescido de novas interpretações; nas suas argumentações o território não é apenas forma, mas produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações.
Rogério Haesbaert	Identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Também analisa a questão do conceito de território com um enfoque cultural, quando estuda a des-territorialização. Esses três elementos não são mutuamente excludentes, mas integrados num mesmo conjunto de relações sócio-espaciais.
Bertha K. Becker	Face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território. “Trata-se, pois, agora de uma geopolítica de relações multidimensionais de poder em diferentes níveis espaciais”. o debate sobre o território, no Brasil, aponta para o embate entre o lugar – dimensão local – e o global – dimensões regional e mundial. E este embate se dá de forma contraditória: ora o território local favorece as pessoas que vivem nele, seu cotidiano, ora o território se sujeita aos ordenamentos que vêm de fora.
Friedrich Ratzel	Em finais do século XIX, esteve centrada no Estado-nação como unidade exclusiva de poder e única realidade representativa do Estado como unidade política. O território, visto como fonte básica do Poder do Estado, passou a ser entendido como produto do meio físico. O território é a geografia física do Estado que serve para determinar os limites geográficos da soberania dos Estados nacionais.

Quadro 7 – Entendimento dos pensadores sobre o conceito Território mais utilizados nas teses, 2001-2011.

Org.: Mariane de Oliveira Fernandes, 2013.

O quadro 6 revela que os autores das teses analisadas e vinculados aos Programas de Pós-Graduação em Geografia ao tratarem do conceito território se utilizaram tanto de pensadores nacionais quanto estrangeiros. Quando tratando do conceito-forma território, foram apontadas novas abordagens e perspectivas para se pensar este conceito, mas sempre em escala local e seguindo a uma fundamentação empírica, como apresentado no capítulo quatro deste trabalho.

Os pesquisadores (autores das teses) revelam, em sua abordagem, a procura por caminhos que possam indicar o conceito de território marcado pelo poder, talvez revelando as contradições deste período que é marcado por relações que os homens mantêm entre si e dos diferentes conflitos. Igualmente revelam a preocupação em romper com a associação entre território e Estado, predominante na Geografia tradicional. Eles indicam que se usando novas abordagens em novas perspectivas poderia se pensar o território sob uma perspectiva crítica, ou seja, para além do que vinha sendo discutido como: “território-nacional e poder-estatal”. Como explicitado anteriormente, nas análises de algumas teses destaca a ênfase sobre a materialidade do exercício de poder (ver capítulo anterior).

Na maioria das teses encontra-se com destaque a importância de se entender o território por meio de relações cotidianas, da produção simbólica e como as práticas dos diferentes atores sociais se materializam. No entanto, as pesquisas referentes à análise das diversas instâncias do território, destacando-se a política e a econômica, abordando a territorialidade e o ordenamento territorial, ainda são presentes, mas aparecem em menor número. As pesquisas referentes a estas temáticas e abordagens utilizam os apontamentos e referências a pensadores como Friedrich Ratzel, partindo das análises clássicas acerca do território e da territorialidade, tentando compreender como se materializam as territorialidades e em que momento elas são utilizadas.

Poucos trabalhos apresentam descrição e análise do conceito de território tratando de sua origem e evolução, como é o caso da tese de Rodrigues (2011), Gill (2007) e Ramos Filho (2008), em que destacam a origem do termo no século XV e comparam o enfoque dado, a este conceito, a partir de 1970. Estes autores descrevem que uma reflexão sobre a categoria território, no momento atual, é uma tarefa árdua em virtude da significativa gama de estudos neste campo da ciência geográfica e, também, devido às diferentes formas de visão de mundo sobre esta

temática. Rodrigues (2011), Gill (2007) e Ramos Filho (2008), utilizam pensadores brasileiros como Ruy Moreira, Marcos Saquet e Rogério Haesbaert.

Há uma significativa ênfase dada a termos de outras ciências, como os provenientes da Sociologia, ao tratar do conceito de Territorialidade e de Microterritorialidade, entre outros.

As teses com a palavra-chave lugar foram em menor quantidade, como já referido anteriormente, pois poucos trabalhos continham esta palavra-chave, nas pesquisas, nestes anos iniciais do século XXI.

Através das leituras das teses selecionadas no período determinado nesta investigação, somente a partir de 2005, salienta-se a grande preocupação dos geógrafos em discutir a identidade do lugar alicerçada na análise das temáticas relacionadas às percepções, as atitudes e valores, mas também na visão da Globalização, que se efetiva concretamente, a partir da análise do lugar, por meio do qual o mundo pode ser percebido e interpretado nas suas diversas dimensões.

O quadro 8 apresenta as temáticas utilizadas e a relação com os apontamentos dos pensadores que discutem o conceito de lugar.

Temáticas	Apontamentos de Pensadores
As práticas e modos territoriais de vivência do(s) lugar(es). Por Baggio, 2005.	Todos os lugares do planeta são atingidos, direta ou indiretamente, pelos vetores da dinâmica global. (Ana Fani)
As cidades estão sendo inseridas numa “economia-mundo”, sendo estas interligadas por meio da produção. Por Holanda, 2007.	A cada lugar e ao mundo, pois, em cada lugar, coexistem frações desses sistemas, cuja totalidade é o mundo. (Milton Santos)
A representação do espaço que o Atlas traz permite também fazer a leitura do mundo através do Lugar. Por Locali, 2008.	Graças aos progressos técnicos e à mundialização da economia, a existência, ainda que incompleta, de uma comunidade humana universal permite reconhecer, em cada acontecer, uma fagulha do mundo. (Milton Santos)
O lugar como a representação do particular. Por Lindner, 2011.	O lugar é o local onde o indivíduo se reconhece enquanto uma singularidade e assim se percebe no lugar a identidade de quem ali está. (Sturza)

Quadro 8 – Temáticas e a relação com os apontamentos dos pensadores sobre o lugar.

Org.: Mariane de Oliveira Fernandes, 2013.

O quadro 8 revela as diferentes abordagens e o conceito de lugar desenvolvido por autores brasileiros e estrangeiros utilizados nas teses dos Programas de Pós-Graduação em Geografia. Tais conceitos e citações desses geógrafos e não geógrafos são referidas em muitas teses e sendo as citadas no quadro apenas uma amostragem de alguns pensadores utilizados e referidos e pelos pesquisadores em suas teses.

Como nas teses contendo a palavra-chave território, as teses com o termo lugar vêm abarcando diferentes abordagens e definições em seu corpo teórico, pois se trata da elaboração de um conceito-forma importante na atualidade não apenas na área de conhecimento geográfico, por transcender em muito ao uso na ciência geográfica revelando o diálogo que esta ciência vem mantendo com outras ciências.

As pesquisas contendo a relação dialética entre o mundo e o lugar, bem como o conhecimento da identidade do lugar e os que se referem a este conceito-forma identificando onde se vive, por meio das práticas educativas, são bem presentes nas pesquisas de doutorado lidas e analisadas, não havendo significativas diferenças quanto ao número de teses nas respectivas abordagens.

Geralmente, há mais pesquisas com a palavra-chave lugar tratando da origem e evolução deste conceito evidenciando a importância de descrever sobre este conceito-forma da categoria espaço da ciência geográfica nas pesquisas, como também de apresentar e esclarecer como o debate sobre o lugar vem sendo investigado em diversas ciências e como tem sido estudado por seus idealizadores.

Os pensadores mais citados foram os geógrafos brasileiros Milton Santos e Ana Fani Carlos, pois nas diferentes abordagens, os pesquisadores, em suas teses, buscam entender e compreender que os eventos do mundo chegam ao lugar ao longo de um determinado tempo histórico e descrevem que o uso do território acontece através das dinâmicas dos lugares.

Os trabalhos com a palavra-chave lugar partiram do entendimento de que este conceito-forma permite análises mais localizadas no tempo e no espaço e justificam que tais análises podem proporcionar respostas mais claras, ao representar a dimensão do espaço mais próximo do indivíduo como da coletividade.

Por fim, acredita-se que no atual período há uma grande diversidade de temáticas e abordagens, havendo uma pluralidade de ideias, utilizando-se de teorias de outras áreas do Conhecimento, indo para além da ciência geográfica. Deste modo questiona-se para onde o corpo teórico conceitual encaminha a geografia:

será ela entendida como uma ciência Natureza-Sociedade ou uma ciência da Sociedade-Natureza? Pode-se pensa-la como uma ciência do Espaço humanizado ou uma ciência do Homem espacializado? Será a geografia então uma ciência una ou dualista? Assim, prossegue o debate teórico, sem fim.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGUIAR, Lígia Maria Brochado de. **A cumplicidade entre a oralidade e a visualidade**: lendo o mundo através dos mapas. Rio Claro: UNESP, 2006. Tese. 189f. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

ALVES, Flamarion Dutra. Questões políticas nos estudos em Geografia Agrária: tendências metodológicas e interdisciplinaridade pós-1990. (p. 35-60). In: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente; MAIA, Adriano Corrêa (Org). **Estudos Agrários**: a complexidade de rural contemporâneo. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ALVES, Flamarion Dutra. Considerações sobre métodos e técnicas em Geografia Humana. **Dialogus**. Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 227-239, 2008.

ALVES, Flamarion Dutra. A relação campo-cidade na Geografia brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 7-18, set./dez. 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, ciência da sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e descaminhos da Geografia**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1993.

ANTONGIOVANNI, Lídia Lúcia. **Território como Abrigo e Território como Recurso**: territorialidades em tensão e projetos insurgentes no norte do Espírito Santo. Rio de Janeiro: UFF, 2006. Tese. 172f. – (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2006.

ARAÚJO, Nelcionei José de Souza. **As tensões territoriais ribeirinhas na reserva extrativista médio Juruá (AM)**. Rio de Janeiro: UFF, 2007. Tese. 328f. – (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2007.

BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio - políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG. Uberlândia: UFU, 2008. Tese. 411f. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós – Graduação em geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **A luminosidade do Lugar**: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: Apropriação e territorialidade no bairro de Santa Teresa. São Paulo: USP, 2005. Tese. 221f. (Doutorado em Geografia) –

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

BARCELLOS, Gilsa Helena. **Desterritorialização e r-existência Tupiniquim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose.** Belo Horizonte: UFMG, 2008. Tese. (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós - Graduação do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K; COSTA, R; SILVEIRA, C. (org.). **Abordagens políticas da espacialidade.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BELLONI, Isaura et. al. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 2000.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). **Território: globalização e fragmentação.** 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERNARDES, Nilo. A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.44, n.3, p. 513-523, jul./set. 1982.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto Editora, 1994.

CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. **Considerações a respeito da geografia neopositivista no Brasil.** Geografia (Rio Claro), v. 29, p. 355-382, 2004. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/5917/1/ARTIGO_ConsideracoesGeografiaNeopositivista.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2012.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores Artesanais: Natureza, território, Movimento Social.** São Paulo: USP, 2001. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Geografia Brasileira, hoje: algumas reflexões.** Revista Terra Livre, São Paulo, ano 18, vol. I, n. 18, jan/jun. 2002, p. 161-178.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar no/do Mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: < http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp/baixar/O_lugar_no_do_mundo.pdf> Acesso em 01 de out. 2011.

CAZETTA, Valéria. **Práticas educativas, processos de mapeamento e fotografias aéreas verticais: passagens e constituição de saberes.** Rio Claro: UNESP, 2005. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2005.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CICCOLELLA, Pablo José. Desconstrução / reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). **Território: globalização e fragmentação**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, Paul. A Contribuição Francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Robert Lobato; ROSENDAHL, Zeni. **Introdução à geografia cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (p.147-166).

COIMBRA, J. de A. A. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas, SP: Millenium, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. CORREIA, I. S.; Pereira, L. A. G; OLIVEIRA, A. P. Geografia fenomenológica: espaço e percepção. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, MG v. 11, n. 35 p. 173-178, Set/2010.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma Geografia do Cotidiano**: Território, Cultura e Homoerotismo na Cidade. Porto Alegre: UFRGS, 2007 - Instituto de Geociências, Universidade Federal Do Rio Grande do Sul, 2007.

COSTA, Benhur Pinós da. Espaço Urbano, Cotidiano, Cultura e Espaços de Proximidade: o Caso das Microterritorializações de Sujeitos Orientados Sexualmente para o Mesmo Sexo. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.). **Território, sexo e prazer**: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FERREIRA, Conceição; SIMÕES, Natércia. **A evolução do pensamento geográfico**. 8. ed. Lisboa: Gradiva, 1994.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003 – 2006). Presidente Prudente: UNESP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

FLÁVIO, Luiz Carlos. **Memória(s) e território**: elementos para o entendimento da constituição de Francisco Beltrão-PR. Presidente Prudente: UNESP, 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSE, Bernard. **A Geografia Ativa**. Trad. Gil Toledo; Manuel Seabra; Nelson de la Corte, Vincenzo Bochicchio. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, Maria da Penha Caetano de Figueirêdo. **As territorialidades de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFF, 2007 – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2007.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda. **Marãñã Bödödi** – a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró. São Paulo: USP, 2008. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

GONÇALVES, Amanda Regina. **Os espaços-tempos cotidianos na geografia escolar: Do currículo oficial e do currículo praticado**. Rio Claro: UNESP, 2006. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Processos planetários e fronteiras móveis: reflexões a partir da obra de Milton Santos. In: BRANDÃO, Maria A. (Org.). **Milton Santos e o Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi - territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo. Hucitec, 1978.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAURESKO, Cecilia. **Entre tradição e modernidade: O lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis – PR)**. Rio Claro: UNESP, 2009. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2009.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste Brasileiro. Sobral: Conexão Lugar/Mundo**. São Paulo: USP, 2007. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

HOLZER, Werther. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**. (3): 8-19, 1996.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista, In: **Revista Território**. LAGET, UFRJ, ano IV, nº. 7, jul./dez. Rio de Janeiro, 1999.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na Geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea **Geographia** –(5) – n. 10, 2003

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. **A Participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço de João Pessoa-PB**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. O Uso do Método Qualitativo na Análise da Influência dos Movimentos Sociais Urbanos na Produção do Espaço In: **Ariús**, Campina Grande, v. 16, n. 1/2, p. 64 - 73, jan./dez. 2010.

LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. Trad. T. Santos. 6. ed. São Paulo: Difel, 1982.

LACOSTE, Yves. **Contra os antiterceiro-mundistas e contra certos terceiro-mundistas**. Trad. Márcia Nogueira de Albuquerque. São Paulo: Ática, 1991.

LACOSTE, Yves. **Geografia: Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 1986.

LENCIONI, Sandrio. Vicente del.ra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

LINDNER, Michele. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul**. Rio Claro: UNESP, 2011. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2011.

LOCALI, Rafaela. **Práticas docentes sobre ensino do Lugar e cartografia escolar no contexto de uma pesquisa Colaborativa: processos de uma construção**. Rio Claro: UNESP, 2008. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2008.

MACHADO, Gilnei. **Transformações na paisagem da bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e perspectivas de desenvolvimento territorial**. Presidente Prudente: UNESP, 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009

MARANDOLA Jr., Eduardo. **Qual o espaço do lugar?:** Geografia, epistemologia, fenomenologia. Organizadores: Eduardo Marandola Junior, Werther Holzer e Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Geografia Humanística: a Perspectiva de Experiência Vivida e UMA Crítica radical AO positivismo. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 52, n. 4, p. 91-115. 1990.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1993.

MERLEAU PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. Trad. Carlos A. Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia Pequena História Crítica**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro:** as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008a.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia**. São Paulo: Contexto, 2008b.

MORIN, Edgar. **O método 1:** a natureza da natureza. 2. ed. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2008.

NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas Conservadoras**. Rio Claro: UNESP, 2006. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho de. **Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense**. Presidente Prudente: UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

OLIVEIRA, Livia, **Percepção ambiental a experiência brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 2. ed., 1996.

OLIVEIRA, Livia. “Contribuição dos Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica”. **Geografia**. Rio Claro: 2(3): 61-72, abril, 1972.

PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. **Travessias- movimentos migratórios em comunidades rurais no sertão do norte de Minas Gerais**. Uberlândia: UFU, 2009. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós – Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. Geografia do homem. In: **Ratzel**. MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo-SP: Ed. Ática, 1990. (Col. Grandes Cientistas Sociais.)

RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, 4 (7): 1-25, 1979

RELPH, Edward. Reflexões sobre a Emergência, Aspectos e Essência de Lugar. In: JUNIOR, Eduardo Marandola. **Qual o espaço do lugar?:** Geografia, epistemologia, fenomenologia. Organizadores: Eduardo Marandola Junior, Werther Holzer e Livia de Oliveira. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012. (p. 17-32).

RIBEIRO, W. C. Do Lugar ao Mundo ou o Mundo no Lugar? **Terra Livre**, AGB, 11-12: 237-242. 1993.

RODRIGUES, Suelen de Leal. **O poder da rede na materialização de Programas de Desenvolvimento Rural:** Território da cidadania Região Central/RS. Rio Claro: UNESP, 2011. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana.** Presidente Prudente: UNESP, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções do território.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org's). **Território:** globalização e fragmentação. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** - Técnica e Tempo. Espaço e Emoção. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico - científico - informacional.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** 6.ed. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido:** Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. 2.ed. Trad. Myrna T. Rego Viana. São Paulo: Edusp, 2004b.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: **OSAL:** Observatório Social de América Latina. Ano 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1.ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Giovana Aparecida dos. **Desafios no processo ensino-aprendizagem do lugar nas séries iniciais do ensino fundamental**: possibilidades para a formação da cidadania. Rio Claro: UNESP, 2006. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

ALVES DOS SANTOS, Roseli. **O processo de modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná**. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.

SAUER, Carl. O. A morfologia da paisagem. In: Corrêa, R. L., Rosendahl, Z. (orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74. 1998.

SCHNEIDER, Sergio; PEYRÉ, Iván Gerardo Tartaruga. **Território e abordagem territorial**: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. Raízes. Campina Grande, vol. 23, n. 01 e 02, p. 99–116, jan./dez. 2004.

SILVA , João Marcio Palheta da. **Poder, governo e território em Carajás**. Presidente Prudente: UNESP, 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia , Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

SILVA , Silvio Simione da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Presidente Prudente: UNESP, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

SOJA, Edward W. **Geografia Pós-Modernas**: A reformação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Complexo agroindustrial do fumo e território**: A formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo /RS. Florianópolis: UFSC, 2007. Tese. (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

STURZA, José Adolfo Iriam. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis - MT**: Um estudo de cognição ambiental. Rio Claro: UNESP, 2005. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2005.

TOLEDO, Marcio Roberto. **O mundo no lugar**: o atual projeto de modernização no município de Santarém (PA): A viabilidade do território brasileiro para uso corporativo e a modernização do Porto de Santarém. Rio Claro: UNESP, 2009. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2009.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**. Trad. Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo. DIFEL, 1983.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008.